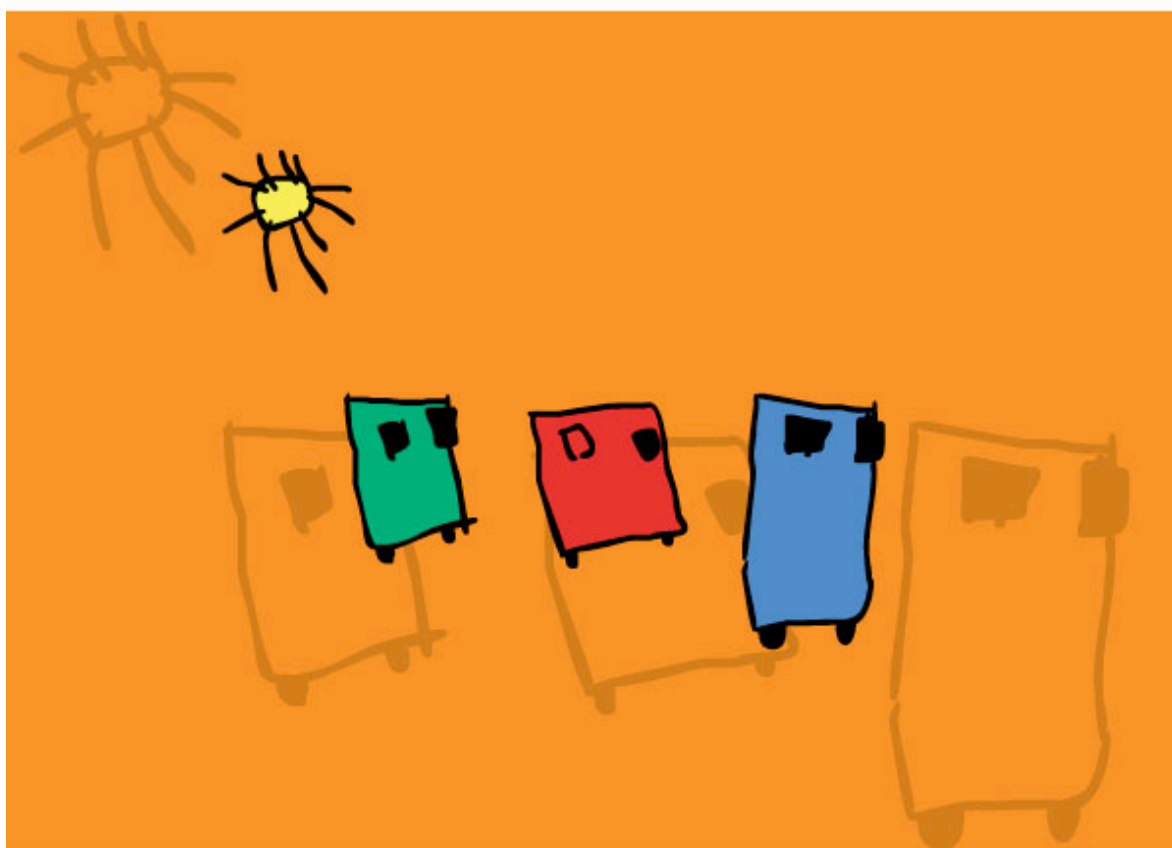


**SEMINÁRIO INTERNACIONAL
INFÂNCIAS SUL-AMERICANAS**
CRIANÇAS NAS CIDADES, POLÍTICAS E PARTICIPAÇÃO

CADERNO DE RESUMOS



07 A 10/03/2017

FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA USP

FEUSP



50 ANOS CAPES

FAPESP



SEMINÁRIO INTERNACIONAL INFÂNCIAS SUL AMERICANAS

Crianças nas cidades, políticas e participação

Apresentação

A consolidação do campo da Sociologia da Infância, em interlocução com outros campos das Ciências Sociais e humanas, como a Antropologia, a Geografia, a Educação, a História, a Filosofia, o Direito, a Arquitetura, constitui uma área conhecida como estudos da infância. Pode-se verificar, nacional e internacionalmente, um aumento na produção de pesquisas sobre a infância pela ótica das Ciências Sociais, que privilegia a exploração de metodologias com crianças e avança na compreensão da infância e das crianças no mundo contemporâneo, o que instiga a compreender os contextos nos quais as crianças estão ativamente engajadas como atores sociais, com seus próprios objetivos, entendimentos e contribuições simbólico-materiais, assim como sua inserção em ordenações inter e intrageracionais e outras estruturas, nas situações cotidianas de institucionalização socioeducativa e nos espaços urbanos e outros espaços que ocupam.

Ainda que seja recente uma troca mais ampla entre pesquisadores da América do Sul ou a parceria em projetos mais abrangentes de investigação, a possibilidade de superar as diferenças linguísticas e culturais, e de fazer emergir a pesquisa com crianças, metodologias e abordagens, tornou-se mais consistente a partir de contatos facilitados pela busca da interlocução sul-sul. Nessa linha, faz todo o sentido apostar em temas comuns e buscar compor quadros investigativos com temáticas semelhantes, desenvolvidas por diferentes países, e, mais do que isso, por pesquisadores de diferentes formações acadêmicas, num caminho de interlocução interdisciplinar, como demanda o estudo da infância.

Assim, um dos temas que buscamos destacar foi a vida das crianças nas cidades. O que se tem estudado, produzido e discutido sobre meninos e meninas que vivem em cidades, provavelmente como decorrência da concentração da população nos lugares onde estão os serviços e as possibilidades de emprego? Sabe-se que mudanças nos padrões de trabalho adulto, nas estruturas e dinâmicas familiares, no trabalho pedagógico, na organização e

delimitação de percursos de circulação, nos espaços de moradia e dos serviços públicos são elementos de impacto na organização social das vidas das crianças, incluindo onde elas passam o tempo, com quem elas passam e como esse tempo é estruturado e organizado. O que se pode dizer sobre a vida das crianças nas cidades... como reconhecer a agência infantil nas alternativas de vida em comum no espaço urbano? Como as mesmas compreendem suas próprias vidas nas cidades? Para tanto, a preocupação com o ponto de vista das crianças, é questão fundamental a ser considerada.

Estudar a participação da infância na sociedade significa repensar as práticas e os discursos que permitem a compreensão, o reconhecimento e a inclusão destes atores sociais. Compreender a participação das crianças nos diferentes contextos sociais em que vivem implica buscar conhecê-las a partir delas próprias e suas distintas práticas. Além do interesse na participação das crianças nas instituições, pretende-se ainda conhecer as relações das crianças com a cidade, objeto visto como oportuno para o reconhecimento de como tem-se dado ou não a participação das crianças em âmbitos e condições diversificadas, tais como, moradias populares e ocupações, praças e ruas.

Em síntese, dando sequência aos estudos e contatos com pesquisadores e universidades sul americanas, este evento, organizado em cooperação com a rede internacional de pesquisadores Southern Childhoods, tem como objetivo refletir sobre infância em países da América do Sul, suas relações com espaços urbanos, a participação das crianças e suas intervenções na cidade, e, ao mesmo tempo, discutir políticas, ações do Estado e dos movimentos sociais, buscando compreender as crianças nas relações macrossociais.

Pretende questionar, analisar e fomentar a produção do conhecimento no campo dos estudos da infância e divulgar ações voltadas para a presença e o registro das práticas sociais de meninas e meninos em diferentes arenas. Pretende ainda evidenciar as pesquisas, desafios, abordagens teóricas, procedimentos metodológicos, de modo a delinear e, possivelmente, constituir e fortalecer uma rede de pesquisadores do campo.

Para tanto, busca-se:

- Articular pesquisadores de distintos contextos – institutos e faculdades da USP e estrangeiras – como forma de divulgar e produzir conhecimento no campo dos estudos da infância;
- Discutir abordagens e quadros teóricos presentes em investigações sobre meninos e meninas, presentes nos estudos de pesquisadores e estudantes de pós-graduação;
- Promover diálogo e futuras parcerias entre pesquisadores de distintas instituições acadêmicas, nacionais e internacionais, envolvendo pesquisadores e profissionais da educação básica;
- Construir rede de pesquisadores da infância na América do Sul a partir dos pesquisadores docentes participantes e seus alunos de pós-graduação;

Assim sendo, acentuamos que o Seminário Internacional Infâncias Sul Americanas pretende discutir as condições de vida cotidiana e as formas de participação das crianças na sociedade e promover o conhecimento e a reflexão sobre a infância e os estudos que dela se ocupam, na América do Sul, apresentando pesquisas realizadas em áreas como a Sociologia, a Sociologia da Infância, a Geografia, a Arquitetura e o Urbanismo, a História, a Antropologia, a Arte, a Educação, entre outras. Para tanto, terá mesas redondas sobre aspectos de investigação e de intervenção urbana e contará com sessões de comunicações, submetidas a arbitragem científica, organizados em torno dos seguintes eixos:

1. As crianças em espaços urbanos;
2. Espaço, território, circulação e infância;
3. As crianças e as imagens;
4. Políticas e direitos das crianças;
5. Infância, Estado e Movimentos sociais

CONFERÊNCIA

INFÂNCIAS LATINO-AMERICANAS E DESAFIOS DA PESQUISA

Irene Rizzini

Professora da PUC-Rio

Diretora do Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância

(CESIPI/PUC-Rio)

A partir da promulgação da Convenção dos Direitos da Criança (1989) e do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) discursos, práticas e paradigmas passam a ser revisitados à luz de princípios e diretrizes de Direitos Humanos. Algumas concepções como por exemplo da criança como sujeito de direitos e a noção de participação infantil e juvenil desafiam discursos e práticas correntes com importante impacto sobre a pesquisa e a produção acadêmica, abrindo caminho para uma multiplicidade de novos aportes que compuseram os Estudos da Infância (Childhood Studies). A autora desenvolverá uma reflexão com base em sua trajetória pessoal de diálogo com diversos pesquisadores latino-americanos e com autores de referência em âmbito internacional no campo dos estudos da infância.

MESAS

MESA 1 - Participação social e política da infância

QUEM QUER A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DAS CRIANÇAS?

Lucia Rabello de Castro

Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa para a Infância e Adolescência Contemporâneas

NIPIAC

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Interrogar a participação política das crianças hoje exige tornar menos opaca e evidente a distância entre a infância e o político, como dois campos disjuntos e desafetos. Em primeiro lugar, trata-se de examinar como, e se, o político pode constituir e atravessar as relações que as crianças constroem com seus outros, ou seja, de como se dá a politização das relações entre crianças e outros atores sociais. Segundo, parece necessário compreender como o agenciamento da política e a constituição subjetiva que ela pressupõe se produz nos contextos de politização das relações de crianças. E ainda, que práticas e ações se instauram e se tornam visíveis para dar conta desta ordem de conflitos no campo social. A análise proposta se desenvolve a partir de uma articulação da filosofia política e as teorias contemporâneas da infância, em diálogo com alguns estudos empíricos sobre a participação de crianças em contextos escolares. Na discussão, a incidência da dominação e da exploração será considerada para examinar os processos de transmissão educacional institucionalizados na escola como aspectos estruturantes da infância globalizada.

INFANCIA, DERECHO Y TRABAJO: CONCEPTOS EN DISPUTA

Fernanda Wanderley

Instituto de Investigaciones socio económicas

Universidad Católica Boliviana (IISEC-UCB)

En 2014 Bolivia aprobó un nuevo Código Niña, Niño y Adolescente que incumple el Convenio 138 de la Organización Internacional del Trabajo sobre la edad mínima de admisión al empleo. La autorización del trabajo a partir de los diez años (bajo condiciones) convirtió Bolivia en el único país que permite expresamente el trabajo infantil. Los niños trabajadores tuvieron una importante participación en el debate público a favor de la disminución de la edad permitida para el trabajo.

El debate sobre trabajo infantil en Bolivia muestra las controversias alrededor de la implementación de normas internacionales de derechos humanos en contextos políticos y culturales distintos. Indica además la necesidad de incorporar las vivencias, comprensiones y expectativas de los niños y niñas de distintas sociedades al debate internacional sobre los derechos de la infancia.

El objetivo del presente texto es analizar las perspectivas de los niños y niñas trabajadoras sobre sus realidades en Bolivia y explorar sus razonamientos, acciones y demandas en la esfera pública y el grado de complejidad de sus lecturas sobre el trabajo en relación al ejercicio de derechos civiles, políticos y sociales.

El análisis de las realidades socio-económicas y culturales de la infancia en Bolivia, desde la visión de los niños y niñas y en el marco del debate que resultó en la disminución de la edad permitida para el trabajo en el nuevo Código Niña, Niño y Adolescente y en las reformas educativas ahora en curso, busca profundizar las concepciones de infancia, derecho y trabajo y contribuir a los matices necesarios para la implementación de normas internacionales en contextos diversos.

El texto argumenta a favor de análisis sobre la heterogeneidad de las actividades que constituyen el trabajo infantil, desde las responsabilidades domésticas y comunitarias hasta la explotación y el abuso; la diversidad de los alcances de las políticas de protección social entre los países y las divergentes concepciones de cuidado al interior de las familias y de las sociedades para el diseño e implementación de políticas y programas que superen la polaridad entre posiciones a favor o en contra del trabajo infantil.

LA PALABRA DE LOS NIÑOS Y NIÑAS COMO DISCURSOS SOCIALES: UNA DISCUSIÓN TEÓRICA Y METODOLÓGICA

Ana Vergara del Solar
Universidad Diego Portales - Chile

En América Latina, la investigación de la palabra de los niños y niñas como discursos sociales es poco frecuente. Cuando el término discurso aparece en la investigación, lo hace en un sentido psicoevolutivo individual, es decir, como un logro lingüístico y cognitivo meramente personal. Ello tiende a invisibilizar la relevancia de los contextos sociohistóricos, culturales y relacionales en el habla de los niños y niñas, así como la existencia de procesos identitarios que siempre articulan las biografías personales y colectivas.

En otras ocasiones, la perspectiva de los niños y niñas es indagada a través de instrumentos de respuesta cerrada, que limitan el rango de expectativas del investigador y la posibilidad de conocer el universo de significaciones de los sujetos. Muchas veces, incluso los investigadores cualitativos experimentados temen trabajar con niños(as), bajo el supuesto de que su palabra resulta excesivamente fragmentada, escueta, concreta y despolitizada.

En este marco, en la presente ponencia se desarrollará la relevancia de considerar la palabra de los niños y niñas como discursos sociales, histórica, cultural y políticamente situados, además de algunas consideraciones metodológicas que pueden ser de interés, a partir de los Nuevos Estudios Sociales de la Infancia, los estudios culturales y el Análisis Crítico de Discursos. Además, se presentarán ejemplos complejos y sutiles de discursos de niños y niñas de distintos estratos socioeconómicos de Santiago de Chile, generados a partir de una investigación relativa a su visión acerca de la infancia, y llevada a cabo entre los años 2010 y 2015.

MESA 2 – Infância e política

QUE TENDÊNCIAS PODEMOS CONSTATAR EM RELAÇÃO ÀS POLÍTICAS PARA A INFÂNCIA?

Lisete Arelaro
Faculdade de Educação
Universidade de São Paulo
(liselaro@usp.br)

Não há dúvidas que avançamos nas políticas de educação infantil no Brasil, pois, em quinze anos saímos de cerca de 6 milhões de matrículas em 2001, para 8 milhões em 2015, mesmo considerando que 30% desse atendimento se mantém na iniciativa privada. Também novas concepções de infância e de desenvolvimento infantil foram elaboradas e novas pesquisas realizadas. Diretrizes curriculares nacionais foram propostas em função de concepção mais abrangente e menos colonizadora (Resolução CNE/CEB nº 5, de 17/12/2009, que incorporam a brincadeira como um dos direitos das crianças.

Dois outros aspectos fundamentais para o avanço da quantidade e da qualidade da educação infantil foram: 1) a criação do Fundo Nacional da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), que incorporou a educação infantil de zero a seis anos neste financiamento; 2) o estabelecimento de piso salarial nacional do magistério, que possibilitou não só o reconhecimento das profissionais das creches como “professoras”, mas também estabeleceu um piso nacional que prevê um 1/3 de horas-atividades para qualquer jornada de trabalho da professora.

Isto não significa, no entanto, que só houve avanços. A decisão de obrigar a matrícula no 1º ano do ensino fundamental de todas as crianças de seis anos de idade, sem considerar os avanços que a educação infantil vinha conseguindo implantar tem trazido problemas pedagógico-educacionais que afetam diretamente as crianças, pois parte das redes públicas e privadas têm matriculado no 1º ano, as crianças com 5 anos, iniciando-se precocemente o processo de alfabetização das mesmas. Um outro aspecto diz respeito ao processo de

terceirização do atendimento em creches, uma vez que percentual significativo do atendimento vem sendo feito por organizações não governamentais (ONGs) e não pelo estado, muitas delas com precárias condições de funcionamento.

No atual governo, a 1ª dama assumiu a função de embaixadora da educação infantil no lançamento do programa “Criança feliz”, o que significa um retrocesso à visão assistencialista da creche no Brasil. E o governo também conseguiu aprovar, em dezembro de 2016, graves mudanças na Constituição Federal (PEC 55), que congelam por um período de 20 anos os investimentos nas áreas sociais, com especial repercussão nas áreas da saúde, da educação e da assistência social. O que podemos esperar dos próximos anos? Discutir essas questões é o objetivo deste artigo.

LXS NIÑXS Y LA DICTADURA. UN DEBATE SOBRE SUBJETIVIDAD, MEMORIA Y POLÍTICA

Valeria LLobet
CONICET / UNSAM

La ponencia se enmarca en los debates sobre la memoria del pasado reciente y la contribución a la misma que implica el foco en la experiencia infantil.

Específicamente, proponemos una discusión sobre las posibilidades de los niños de hacer sentido político del contexto dictatorial, revisando las concepciones sobre agencia y voz, la distinción entre público/privado y las relaciones filiatorias e intergeneracionales.

Para ello, el trabajo revisa el tratamiento dictatorial de los niños, y la memoria de la experiencia infantil en dos contextos urbanos diferentes, recuperando aristas del espacio de experiencias construidas como memoria biográfica por personas que vivieron su infancia durante la última dictadura militar en Argentina y cuyas familias no fueron ni “víctimas directas” ni perpetradores. Complementariamente, revisamos algunas producciones literarias de hijos de desaparecidos.

El planteamiento general parte de la cuestión ética sobre el lugar del testimoniante y las voces que se reconocen como legítimas en la transmisión, para centrarse en las dimensiones subjetivas y afectivas de la relación con el pasado en clave generacional. Se parte de la pregunta por las formas en que lo dictatorial emergía en la vida cotidiana para quienes fueron niños. En tanto las relaciones generacionales ponen en relieve el tono afectivo y el valor identitario de las interpretaciones políticas y éticas sobre el pasado, se argumenta que las sensibilidades y afectos movilizados en la trama biográfica y filiatoria enmarcan la producción de sentido sobre la experiencia.

DERECHOS DEL NIÑO: DEL DISCURSO A LAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Ernesto Durán Strauch

Profesor Pediatría Social

Coordinador Observatorio sobre Infancia

Universidad Nacional de Colombia

Se evidencian en el heterogéneo grupo de actores sociales que se mueven en torno a las políticas de infancia y adolescencia, diferentes lecturas sobre lo que significa el discurso de derechos, que se mueven entre el discurso de derechos como retórica, el discurso de derechos como un problema técnico-instrumental y el discurso de derechos como una herramienta de transformación social.

La institucionalización de un discurso formal de derechos, contrasta con las acciones de política social diseñadas desde una perspectiva de control social, dirigidas no a prevenir los problemas sociales, sino a evitar que estos generen conflictos que afecten el desarrollo del modelo económico predominante.

El aparente consenso discursivo sobre los derechos, contrasta con una lógica instrumental en su aplicación, lo cual genera en la construcción y desarrollo de las políticas unas tensiones importantes: discurso-hacer, ciudadanos-beneficiarios, garantía de derechos-provisión de servicios, universalización-focalización, integralidad-sectorialidad, participación infantil-adultocentrismo, estado-mercado, interés del niño-intereses privados.

Existe una en la región una importante fragmentación social en el acceso a servicios que garantizan derechos, siendo los ingresos de las familias el factor que marca diferencias: quienes tienen mayores ingresos satisfacen las necesidades de sus hijos en el mercado, mientras la intervención reparadora del Estado, se centra en las poblaciones de menor ingreso.

El discurso de los derechos del niño, con sus vacíos e inconsistencias, desafía hoy a los modelos de democracia restringida predominantes, a los inequitativos modelos económicos, a la institucionalidad proteccionista, al modelo de escuela tradicional, a la división social del poder en la familia, la escuela y la comunidad, a la concepción de infancia vulnerable e incapaz y a los modelos asistencialistas de política social.

Quedan abiertas las preguntas sobre hasta qué punto es posible desarrollar políticas públicas sustentadas en principios de solidaridad y justicia social, libertad, igualdad y dignidad humana en el marco de un modelo de democracia formal como el que predomina en la región, y hasta qué punto las políticas en vez de compensar las desigualdades, tienden a reproducirlas.

MESA 3 – Crianças, territórios e migrações

CRIANÇAS, TERRITÓRIOS URBANOS E VIVÊNCIAS ESCALARES

Jader Janer Moreira Lopes

Grupo de Pesquisas e Estudos em Geografia da Infância

(GRUPEGI/CNPq)

Programa de Pós-Graduação em Educação UFF/UFJF

Reconhecemos que as atividades das crianças ocorrem num tempo e num espaço. Habitamos um espaço, mas muitas vezes somos cegos a sua existência. A Geografia da Infância busca olhar para as crianças e suas infâncias através do espaço geográfico e das expressões espaciais que dele se desdobram, tais como: paisagem, o território, o lugar e outras, mas é também o desejo de compreender as geografias das crianças, suas expressivas

potências nas formas de vivenciarem, organizarem e construírem o espaço da sociedade e de seus mundos vividos.

A Geografia da Infância reconhece que as crianças possuem uma linguagem espacial própria, uma memória espacial, uma vivência espacial, que difere da vivência dos adultos, mas contextualizadas em seu meio e em constante unidade e interface com a sociedade e a cultura. Na organização e sistematização das cidades, a constituição da paisagem urbana, dos territórios oficiais e simbólicos, dos lugares, diferentes escalas se cruzam, inclusive a das crianças. Dialogar sobre as escalas vivências das crianças, suas participações e protagonismos é o objetivo desse diálogo, pois perfilhamos que as crianças estão no espaço, que as crianças são os espaços. Portanto, crianças e suas espacialidades, escalas geográficas e territórios, vivências escalares são os temas pertinentes dessa conversa.

MIGRAÇÃO SIMBÓLICA E CONFLITOS DE IDENTIDADE CULTURAL NOS PROCESSOS DE MIGRAÇÃO

Renato Seixas
PROLAM/USP

Tem sido objeto de números estudos em diferentes campos de conhecimento o fenômeno de que a migração, seja voluntária ou forçada, causa no migrante crise de identidade com múltiplas vertentes. O migrante constata que não pertence inteiramente à cultura do lugar para onde migra. Em vários aspectos o migrante é “diferente” das pessoas que ali estão e é também “igual” a elas. Por outro lado, quando retorna a seu lugar de origem, o migrante percebe que não é mais “igual” a quem vive ali, pois tem novos repertórios culturais que assimilou no lugar para onde migrou. Assim, a migração provoca no migrante profundos e angustiantes questionamentos: “Quem sou? A qual lugar pertenço? Que valores, princípios e repertório simbólico tenho verdadeiramente?” Não importa de que espécie de migração se trate, o fato é que ela implica num questionamento sobre a própria identidade cultural do migrante. A identidade cultural só passa a ser um problema para alguém quando é confrontada com o repertório cultural identitário de outra pessoa, grupo social, nação, país

ou civilização. Alguém sabe quem é ao constatar quem não é. Pode-se assim falar em **migração simbólica**. Disto resulta que o migrante comporá imaginário que implicará na reformulação de sua própria identidade cultural, que será a síntese possível, híbrida, de pelos menos esses dois sistemas simbólicos culturais. Compreender esse complexo processo dialético exige análise mais detalhada dos elementos constitutivos da identidade cultural, que se forma ou se reformula a partir de um conjunto cumulativo de elementos, a saber: **a)** o reconhecimento de que existe **alteridade** ente dois ou indivíduos ou grupos; **b)** **contraste** das semelhanças e diferenças entre os dois ou indivíduos ou grupos; **c)** constatação de que o fenômeno da alteridade e do contraste de semelhanças e diferenças ocorrem num certo **lugar**, que pode ser físico, virtual ou simbólico; **d)** constatação de que o fenômeno da alteridade e do contraste de semelhanças e diferenças ocorrem num certo **tempo**, que também pode ser o contado no relógio, o virtual ou o simbólico; **e)** a atribuição de **significação à relação** de alteridade e ao contraste das aludidas semelhanças e diferenças; **f)** a **transcendência** de tais semelhanças e diferenças para reorganizar os repertórios culturais em conflito de modo a viabilizar a **reprodução** dos indivíduos, da sociedade e do sistema simbólico que passam a compartilhar. Nesse contexto, refletir sobre as migrações de crianças, adolescentes e jovens exige que se explore e que se compreenda a complexidade das relações dialéticas que esses indivíduos e grupos vivenciam no trânsito de um lugar a outro, de um repertório cultural a outro, até que lhes seja possível, talvez, transcender os conflitos e compartilhar um sistema simbólico que lhes assegure a possibilidade de reprodução material e cultural.

LA INTEGRACIÓN DE LA INFANCIA MIGRANTE EN ESPACIOS LOCALES: ANÁLISIS DE DERECHOS¹

Iskra Pavez-Soto

Universidad Bernardo O'Higgins

Observatorio Regional de Paz y Seguridad (ORPAS)

iskra.pavez@ubo.cl

¹ En esta ponencia se presentan resultados del estudio FONDECYT 11121295 "La infancia como sujeto de las Políticas Públicas e Intervenciones Sociales. El caso de la niñez migrante en el Chile del siglo XXI".

La integración sociocultural de la infancia migrante es cada vez más un asunto de interés local, puesto que, en la familia, la escuela o el barrio (el territorio) es donde se ejercen cotidianamente los derechos y se experimenta el proceso de integración. A partir de este enfoque, este artículo analiza los procesos de integración sociocultural que viven niñas y niños migrantes en Recoleta (Región Metropolitana, Chile). El diseño metodológico de la investigación ha sido cualitativo, a través de entrevistas semiestructuradas a niñas y niños migrantes de 8 a 17 años de edad, de diferentes países (mayoría latinoamericanos). Se concluye que en el ámbito local de Recoleta se ejercen algunos derechos sociales (como salud y educación), pero las situaciones de pobreza, exclusión y discriminación afectan gravemente los procesos de integración social. Aunque el derecho a la opinión no siempre es considerado en los asuntos que les afectan –como su propia migración–, cabe destacar su elevada participación en asociaciones locales que fortalecen el sentido de pertenencia y una reflexión crítica con las formas culturales de “ser niña y niño, aquí y ahora”.

La niñez es una construcción sociocultural, que representa categorías sociales a la que los grupos, a lo largo del tiempo, le asignan unos significados u otros. Existen distintas representaciones de lo que es ser niña o niño en culturas, contextos o campos discursivos concretos, la niñez no es una instancia abstracta y universal, sino que participa de los cambios y las mismas condiciones de existencia de la cultura (Moscoso 2008:5). La infancia representa un campo en disputa, porque simboliza el espacio y el momento en el cual la comunidad se reproduce a sí misma, las niñas y los niños tienen la (invisibilizada) misión de darle continuidad (futuro) a una determinada sociedad y cultura.

A partir de esta mirada, resulta evidente que la integración de las niñas, los niños y jóvenes migrantes no solo implica el ejercicio de sus derechos a la educación o la salud, sino, también, la integración en las formas de «ser niña, niño o joven, aquí y ahora» (Feixa 2006). Para ser aceptados en sus grupos de pares, eventualmente deberán «imitar» los estilos culturales y el lenguaje de la niñez local, aunque esta adaptación implique contradicciones y conflictos generacionales con sus familias.

MESA 4 – As crianças e as pesquisas

INFÂNCIA E TERRITORIALIDADE NAS CIDADES DO HEMISFÉRIO SUL: ESTUDO DA PRODUÇÃO ACADÊMICA ESTRANGEIRA

Maria Cristina Soares de Gouvêa
Faculdade de Educação
Universidade Federal de Minas Gerais

O campo dos estudos da infância vem apresentando enorme crescimento nos últimos anos, tanto no cenário internacional, como nacional. Verifica-se não apenas o adensamento da perspectiva interdisciplinar, mas também a ampliação de temas e utilização de novas metodologias que contemplam a singularidade das linguagens infantis. Destaca-se a análise da inserção e participação das crianças em diferentes espaços sociais para além da escola, como família, comunidade e cidade.

Destaca-se um deslocamento da perspectiva analítica, ao conferir-se visibilidade para as formas de inserção e participação infantil na esfera pública, para além dos domínios da casa e da escola.

Este alargamento tem se materializado na construção de um campo específico, voltado para análise das relações da criança com a cidade. Caracterizada pela originalidade das temáticas e estratégias metodológicas, pelo caráter interdisciplinar da abordagem, tal produção tem contemplado especialmente as cidades europeias. Ainda que crescentes, são menos presentes os estudos voltados para a singularidade das relações entre as dinâmicas urbanas e a experiência infantil nas cidades do hemisfério sul. Busca-se neste trabalho analisar a produção acadêmica sobre o tema, presentes nos periódicos *Childhood* e *Children's Geography*. Tem-se em vista indagar: em que medida a singularidade das configurações urbanas contemporâneas das cidades do hemisfério sul têm sido consideradas nestes estudos? Como as tradições de sociabilidade características destas sociedades têm sido contempladas? Como a territorialidade das infâncias na cidade têm sido analisadas nestes estudos?

CONSIDERACIONES TEÓRICO-METODOLÓGICAS PARA EL ESTUDIO DE LOS CONOCIMIENTOS SOCIALES DE LOS NIÑOS Y NIÑAS

Mariana García Palacios
Investigadora Asistente del CONICET
Universidad de Buenos Aires

La presentación señalará la importancia de comprender los conocimientos sociales de los niños y niñas, situando sus construcciones en las relaciones sociales que se reproducen y actualizan en las prácticas cotidianas. Con este fin, se analizarán las contribuciones metodológicas y conceptuales de la antropología para la realización de investigaciones con niños y niñas, y se considerará la incorporación de diversos métodos y técnicas, incluidos los aportes de la teoría psicogenética. Para ello, se recurrirá a las investigaciones desarrolladas desde 2003 acerca de las construcciones que niños y niñas realizan sobre el conocimiento religioso.

Teniendo en cuenta estas indagaciones, se argumentará que es posible construir un abordaje que articule aspectos trabajados en ambos campos disciplinares, revisando las características centrales de la etnografía y del método clínico-crítico, como una vía para destacar sus potencialidades y límites. A su vez, se sostendrá que, dentro de una aproximación etnográfica, es necesario resignificar el método clínico de acuerdo con los presupuestos antropológicos.

MESA 5 - As crianças no desenho da cidade

MOBILIDADE URBANA DE CRIANÇAS NO DISTRITO FEDERAL: ENTRE O PLANO E A EXPERIÊNCIA

Fernanda Müller
Universidade de Brasília

Este trabalho trata da mobilidade urbana de crianças que habitam e estudam em Regiões Administrativas (RAs) diferentes do Distrito Federal (que atualmente é composto por 31, sendo o Plano Piloto apenas uma delas). Embora beneficiadas por programas de transporte em nível federal e distrital, crianças sofrem os mesmos problemas de trânsito de adultos do DF e de outras regiões metropolitanas. Ou seja, há uma grande distância entre as metas e programas e a experiência concreta das crianças com a mobilidade urbana.

As crianças no DF se beneficiam da Lei 4.462 (GDF, 2010), que dispõe sobre o Passe Livre Estudantil nas modalidades de transporte público coletivo. A lei favorece aquelas de 0 a 5 anos, que se beneficiam da gratuidade do transporte, e os estudantes de Educação Básica e Ensino Superior, de escolas públicas ou privadas, de zonas urbanas ou rurais. Outro programa refere-se ao benefício do ônibus escolar.

O trabalho consiste em uma etnografia no transporte escolar que leva crianças da RA XXIII Varjão, uma das RAs mais desfavorecidas do DF, para uma escola pública de Educação Infantil (pré-escola) e Ensino Fundamental (Anos Iniciais) localizada na Asa Norte do Plano Piloto (RA I). O Varjão localiza-se aproximadamente a 10 quilômetros do Plano Piloto, mas do ponto de vista de igualdade social, “possui condições materiais e imateriais de sobrevivência próximas às das populações mais pobres do planeta”. (Lúcio, 2009, p. 44).

De acordo com a CODEPLAN (GDF, 2013), estima-se que aproximadamente 375 crianças de 0 a 12 anos apenas dessa RA comutam para o Plano Piloto. O principal objetivo da pesquisa é investigar interações sociais de crianças nos trajetos entre Varjão-Escola-Varjão, sobretudo com pares. Um mapeamento já realizado com as crianças indica que os seus trajetos não se enquadram nas categorias mais fechadas e utilizadas nos estudos de mobilidade. Ao invés de utilizarem apenas transporte público (regular ou não) ou transporte privado, as crianças - em geral - se utilizam destes de forma combinada com caronas, baldeações, caminhadas, espera nos locais de trabalho dos responsáveis, nas casas de amigos ou parentes, entre outras estratégias. Também é evidente a ocorrência de percursos que variavam de acordo com o dia da semana. Toda essa riqueza de informações e experiências das crianças ficariam ocultas se a pesquisa apelasse apenas a uma análise de origem e destino.

A CRIANÇA E A PAISAGEM PERIFÉRICA – PROTAGONISMO NO PROJETO DOS ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS

Catharina Pinheiro
FAU USP

A borda metropolitana noroeste da cidade de São Paulo, desvela uma paisagem povoada de contradições: por um lado, uma base biofísica ambientalmente sensível onde ainda remanesçam nascentes ‘vivas’, planícies úmidas deslumbrantes, com seus rios, riachinhos, brejos e vertentes vegetadas com espécies de mata atlântica; por outro, um tecido urbano denso e espraiado onde conjuntos habitacionais construídos pelo poder público convivem com a precariedade das autoconstruções nas favelas e mais recentemente com condomínios fechados que o setor imobiliário tem construído, pressionando a população da periferia para setores que ultrapassam os limites do município.

Trata-se de um mosaico urbanístico, ambiental, social e cultural diverso onde conflitos dão a tônica da disputa pela terra; considerando a fragilidade do suporte ecológico e a pressão por ocupação bem como o reconhecimento do direito à cidade, o que inclui o direito à paisagem e seus atributos, o LABPARC - Laboratório Arte Paisagem e Cultura da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP – tem participado de um processo de elaboração de projetos de espaços livres públicos no âmbito da pesquisa, do ensino e da extensão universitária, onde crianças e adolescentes de escolas públicas municipais têm sido protagonistas, contribuindo com suas percepções, desejos e conhecimento das vicissitudes dos seus lugares de vidas mas, apropriando-se também dos conceitos, abordagens, linguagens e técnicas do campo da Arquitetura da Paisagem; espera-se, que todo esse trabalho resulte na construção de um conhecimento capaz de transcender as dicotomias vernacular-científico, erudito-popular, valorizando a contribuição da criança e do adolescente.

Nesse processo, destacamos aqui a experiência de projeto e construção do Parque Municipal Pinheirinho d’Água pelo qual, lutam, há 20 anos, movimentos sociais, escolas públicas, população em geral e universidade pública.

Trata-se de um rico e desafiador processo que tem como protagonistas crianças e adolescentes e que em sua fase mais recente pretende transformar esse equipamento público em um ‘Parque Educador’, ressignificando os espaços do projeto original com o propósito de potencializar as oportunidades pedagógicas latentes.

Esse trabalho pretende empreender uma reflexão sobre o processo em curso, seus ganhos, perdas e desafios, tendo como objetivo último a construção coletiva de uma cidade onde crianças e jovens possam ser sujeitos críticos de sua história, participando na luta por direitos que transcendem os básicos com suas necessidades imediatas, e pelo acesso aos espaços públicos e à paisagem, direitos inalienáveis que nos humanizam.

MESA 6 – Infância, Estado e Movimentos Sociais

O QUE APRENDEMOS COM AS CRIANÇAS DE MOVIMENTOS DE LUTA PELA TERRA, EM ÁREAS PERIURBANAS

Ana Paula Soares da Silva

LAPSAPE/FFCLRP-USP

Apoio Financeiro: FAPESP

apsoares.silva@usp.br

O acesso à terra, historicamente no Brasil, é resultado de um projeto de desenvolvimento que: privilegia a concentração da propriedade, da riqueza e do grande latifúndio; expulsa do campo os agricultores familiares; gera uma situação de constante conflito e violência; produz desigualdades econômicas e sociais no campo e na cidade, e entre a cidade e o campo; viola direitos e constrói um conjunto de precariedades no que se refere aos serviços de saúde, educação, moradia, condições sanitárias e previdência rural. Em resposta, ao longo da história, a resistência das populações do campo tem mobilizado setores empobrecidos, na crítica ao modelo vigente de produção e ocupação do solo, na luta pelos direitos fundamentais e na perspectiva de construção de novas relações sociais. É característica desses movimentos a centralidade da família em sua organização e a defesa

da participação das crianças na partilha da experiência política de seu grupo, como forma de construção de sua identidade e protagonismo, o que constitui um modo próprio de viver a infância. Na atualidade, a partir da preocupação com a diversidade das infâncias brasileiras e de um compromisso ético com a transformação social, têm emergido pesquisas com crianças vinculadas a movimentos sociais de luta pela terra. É interesse desta exposição priorizar a experiência de crianças de assentamentos da reforma agrária em áreas periurbanas. Nas fronteiras entre campo e cidade, as dinâmicas territoriais se complexificam, somando-se, às disputas que se travam em torno de projetos para o campo (reforma agrária x agronegócio), aquelas relativas ao processo de urbanização e da expansão dos limites da cidade. Estas áreas são estratégicas para compreender as relações que se constituem em torno do acesso aos serviços públicos, da mercantilização do espaço na cidade, da proposição de alternativas ao modelo hegemônico de urbanização, da urbanidade e da ruralidade desejadas pelos assentados. A proposta é apresentar reflexões a partir da experiência com crianças de um assentamento de reforma agrária situado neste “entre lugar” cheio de tensões, que se expressam nas concepções, desejos, projetos e dinâmicas de vida das crianças e de suas famílias.

ESCOLARIZAÇÃO, TRABALHO INFANTIL E CONSUMO EM TRÊS GERAÇÕES DE CRIANÇAS SERTANEJAS (PARAÍBA/ BRASIL)

Flávia Ferreira Pires

Universidade Federal da Paraíba

Este artigo analisa os efeitos do Programa Bolsa Família (PBF) na cidade de Catingueira, Paraíba, Brasil, no que diz respeito às transformações ocorridas no seio das famílias que passaram a receber o benefício de transferência condicionada de renda para famílias pobres e extremamente pobres no Brasil. Observamos uma mudança geracional em andamento, que pode ser entendida a partir do conceito de “geração bolsa família”, que abrange narrativas familiares sobre consumo, escolarização e trabalho infantil, já trabalhado em outros textos (Pires & Jardim, 2014). Neste artigo, priorizando o período entendido como infância, são analisados e colocados em paralelo as trajetórias de vida de três gerações no

que dizem respeito as melhorias no padrão de consumo e no acesso e permanência na escola, além das mudanças observadas nos trabalhos (doméstico ou não) realizados pelas crianças. A metodologia compreende pesquisas de campo de inspiração etnográfica com a aplicação das seguintes técnicas: observação participante, entrevistas com mães beneficiárias e grupos focais com crianças durante os anos 2009-2013.

MINICURSOS

1.

A PARTICIPAÇÃO DAS CRIANÇAS E O ESPAÇO PÚBLICO: O QUE A UNIVERSIDADE TEM A VER COM ISSO?

Juliana Prates Santana
Universidade Federal da Bahia

Neste workshop serão abordados os conceitos principais da Sociologia da Infância e da Psicologia do Desenvolvimento buscando compreender de que forma a participação da criança pode ser fomentada no espaço público. Para isso, será utilizada como exemplo a experiência do projeto de extensão universitária Crianças na UFBA. Trata-se de um projeto que tem por objetivo a ocupação do espaço da universidade pelas crianças e suas famílias, tendo como princípios fundamentais a desinstitucionalização dos tempos livres das crianças, uma infância livre do consumismo, a solidariedade e a preservação do meio ambiente e principalmente a participação como elemento central. Realizado mensalmente, nas dependências da Universidade Federal da Bahia, as crianças e suas famílias são convidadas a ocuparem uma praça da instituição, e durante um turno são disponibilizados atividades e brincadeiras tradicionais. As famílias são convidadas a trazerem lanches para compartilhar, assim como brinquedos e não são permitidas vendas no local, apenas trocas e doações. A partir deste projeto e dos conceitos abordados será possível refletir sobre a infância contemporânea e os modos de vidas das crianças. A centralidade da ação da criança e a ocupação de um espaço público, a partir de uma lógica que foge aos modelos

tradicionalmente ofertados para as crianças (no sentido da gerência e institucionalização do seu cotidiano) possibilitam refletir sobre as imagens sociais da infância e os lugares que esta ocupa no cenário político social. Ao final do workshop espera-se que os presentes possam ter elementos que subsidiem teórica e metodologicamente práticas e intervenções com crianças em contextos públicos e privados, facilitando e promovendo sua participação.

2.

INFÂNCIAS URBANAS EM IMAGENS: ENTRE PARQUES E PRAÇAS, O QUE FICOU NOS QUINTAIS?

Carmen Lúcia Soares

UNICAMP

Fernanda Theodoro Roveri

IESCAMP

A presença e o registro de práticas sociais de meninas e meninos em diferentes lugares, sejam eles materiais ou simbólicos, implica buscar as muitas e múltiplas formas desses registros, os quais, muitas vezes, encontram-se dispersos ou esquecidos por não expressarem os modos mais usuais de seu tratamento. Nessa perspectiva, nossas pesquisas privilegiam as imagens como fonte de pesquisa, o que implica precaução e muito cuidado em seu tratamento. É forçoso dizer, desse modo, que, quando tomamos as imagens como fonte ou registro, nos deparamos com um número bem maior de dificuldades, uma vez que o gesto de ler textos oferece uma suposta segurança aos procedimentos de pesquisa que uma imagem, aparentemente, não o faz. A interpretação de uma imagem mostra-se, assim, muito mais incerta, fugidia e distante.

Em nossas pesquisas, as imagens tais como fotografias, pinturas e também a publicidade, constituem fontes privilegiadas, sobretudo se pensamos na imprensa brasileira do período em que nossas pesquisas estão recortadas - os primeiros 50 anos do século XX. Uma fértil cultura de revistas e jornais é produzida neste período e, em suas páginas, parte significativa dos discursos ali presente se faz por imagens. Assim, pensar as infâncias na

América Latina, as crianças nas cidades, implica diversificar registros e, em nossas pesquisas, privilegiar diferentes imagens, dentre elas a fotografia, pois, como escreve Sontag, a imagem fotográfica (2003, p. 42) “[...] é sempre a imagem que alguém escolheu; fotografar é enquadrar, e enquadrar é excluir”. Como afirma a autora em outra obra, “[...] embora em certo sentido a câmera de fato capture a realidade, e não apenas a interprete, as fotos são uma interpretação do mundo tanto quanto as pinturas e os desenhos” (SONTAG, 2004, p. 17).

Nesse sentido, propomos um olhar para as representações de infância presentes em revistas de variedades, buscando compreender como estas constituíram um dos locais de produção discursiva sobre a infância. Procuramos, assim, perceber os indícios de uma educação que prescrevia regras e comportamentos legitimados na vida social de meninas e meninos pertencentes aos grandes centros urbanos brasileiros da primeira metade do século XX.

3.

AS CRIANÇAS E A ETNOGRAFIA

Emilene Leite de Sousa
GECI/UFMA - CRIAS/UFPB

Este minicurso tratará das questões metodológicas na pesquisa com crianças. Especialmente no que diz respeito à composição etnográfica em pesquisa sobre e com crianças. Para isso dedicar-nos-emos a uma reflexão sobre o método etnográfico e aos usos das técnicas tradicionais da antropologia como entrevistas, conversas informais e observação em pesquisas de campo com crianças. Analisaremos ainda o uso de métodos menos tradicionais como os desenhos, e o uso diferenciado dos instrumentos de pesquisa, como gravadores e máquinas fotográficas. Este minicurso problematizará ainda o uso de recursos como a imaginação, a criatividade e a ingenuidade, grandes aliadas na pesquisa de campo com crianças. Assim, objetivamos entender o que as crianças podem fazer pela etnografia e a importância de pesquisas cuja ênfase esteja nos sentidos e na experiência.

4.

INFÂNCIA E MOVIMENTOS SOCIAIS

Carolina de Roig Catini

UNICAMP

A partir da abordagem da participação das crianças nos conflitos sociais urbanos e da especificidade da infância na vivência de tais processos, tem-se como objetivo do minicurso delinear o conceito de experiência (Walter Benjamin). Com análises de casos de ocupações urbanas que auto organizam práticas educativas e na própria que tem na sociabilidade coletiva um processo de transformação de cada um dos integrantes das lutas sociais, pretende-se discutir o próprio conceito de formação em contraposição à pseudoformação (Adorno), própria das formas hegemônicas de educar no capitalismo. Com isso, se pretende tratar da relevância da inserção da infância nos movimentos sociais como processo de formação e de contraposição à barbárie.

5.

MÃO NA LATA - PROCESSOS COLABORATIVOS PARA A CONSTRUÇÃO DE IMAGENS E NARRATIVAS

Tatiana Altberg

Rio de Janeiro - RJ

Serão abordadas questões relacionadas à construção de memória e identidade na cidade a partir da experiência das oficinas de fotografia pinhole e literatura para crianças e adolescentes do projeto Mão na Lata.

As oficinas acontecem há 13 anos na Redes da Maré, na Maré, Rio de Janeiro. Mostraremos o processo de elaboração dos livros “Mão na Lata e Berro D’Água”, publicado em 2006 a partir de obra de Jorge Amado e “Cada dia meu pensamento é diferente”, publicado em 2013, e que teve como ponto de partida o olhar para a cidade do Rio de Janeiro presente nos contos e crônicas de Machado de Assis.

Por meio da apresentação dos processos colaborativos das oficinas do Mão na Lata falaremos sobre as possibilidades de uso da fotografia nos processos de ensino-aprendizagem com crianças e adolescentes.

6.

DESENHANDO A CIDADE: INFÂNCIA E MEMÓRIA

João Galera
São Paulo - SP

São Paulo, uma cidade antiga com uma história baseada em rios, pobre e isolada no início da colônia, foi crescendo sem dono (ou com muitos), enriquecendo, criando raízes, bairros, casas, vidas. Cresceu em importância econômica, política e arrogância. Tenta esquecer seu passado, destruindo-o. A casa típica dos bairros da cidade – o sobrado com janelas para a rua, o chão de cacos vermelhos, a geometria de arcos, as pequenas colunas, o jardim atrás – está sendo pouco a pouco substituída por grandes prédios de vidro e concreto. Bairros como Vila Madalena e Pinheiros, onde as casas dominavam o horizonte, vivem um período de intensa especulação imobiliária. As empreiteiras vendem os apartamentos como se os moradores fossem viver em um bairro bucólico de lindas casas, mas estas serão demolidas para erguer os novos empreendimentos. Contradições da cidade que tenta apagar sua memória. O projeto ‘Antes que acabe’ visa registrar iconograficamente os remanescentes dessas construções. É um trabalho de resgate e resistência. Baseado neste projeto, faremos uma atividade de registrar, através de desenhos, paisagens da cidade que representam a memória coletiva de seus habitantes. O olhar da criança sobre os bairros, casas e elementos que compõem o nosso cotidiano é fundamental para a perpetuação da memória. Por isso, indo na contramão do processo de verticalização e consequente impessoalidade das cidades, buscaremos esse olhar para observarmos e registrarmos as casas tradicionais de bairro, os sobrados, que dão personalidade à paisagem. Na oficina, caminharemos pelo bairro e trabalharemos, através do desenho de observação, o resgate de detalhes que caracterizam o lugar. Com lápis ou caneta, convidamos os participantes da oficina a registrar o entorno.

Depois abriremos uma roda de discussão sobre infância, percepção e memória: como cada geração percebe o entorno e qual a cidade que queremos?

SESSÕES TEMÁTICAS/ COMUNICAÇÕES

EIXO 1 - As crianças em espaços urbanos

EIT1 - QUAL O LUGAR DA INFÂNCIA NA ESCOLA? REFLEXÕES SOBRE OFICINAS DE ATIVIDADES LÚDICAS EM ESCOLAS PÚBLICAS DO RIO DE JANEIRO

Adelaide Rezende de Souza

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (UFRJ)

adelaidebrinqead@gmail.com

Nos últimos tempos a criança tem sido observada enquanto objeto de estudo nos ambientes escolares, contudo ainda tem sido pouco ouvida. Autores têm indicado que pouco sabemos sobre o significado de ser criança para a criança. Assim, podemos pensar que o conhecimento sobre a criança se limita, a uma representação adulta. É possível que uma das razões para esse fato seja a inquietação provocada pelas crianças por apresentar uma outra lógica, e que de certa forma ameaça a segurança dos saberes consolidados. Para compreendê-la seria necessário estar aberto para uma produção de cultura, contrária à do adulto. Por outro lado, a entrada na escola coloca a criança diante de um contexto bem mais amplo, e um novo papel acerca de seu comportamento lhes é reservado. Sendo a interação com professores e com os pares de grande importância na maneira como a criança vê a si mesma, e aos outros. Em muitas escolas o que vemos é uma pressão pela garantia da ordem estabelecida, para que nada saia da rotina que busca a “segurança da instituição” através de: avaliações formais, muitas atividades, filas para se deslocar de um lugar para o outro, falar apenas quando permitido e “o que pode ser falado”, tempo escasso para o ócio e inclusive,

em muitas escolas a ausência de recreio. A proposta desse trabalho foi incentivar através de oficinas de atividades lúdicas oferecidas em 5 escolas públicas do Rio de Janeiro, a construção de uma relação emancipatória coletiva, que permita as crianças refletirem sobre possibilidades de mudanças no cotidiano escolar. Assim, esse texto aponta para a investigação da brincadeira como instrumento emancipador diante das relações de coação, permitindo vislumbrar novas formas de estar no mundo. Durante 20 encontros através de conversas, fotografias e registros discursivos foi possível identificar mudanças nas formas de expressão das crianças e na maneira de se organizarem coletivamente. Vale ressaltar, que a linguagem vem como elemento importante quando se quer experimentar o mundo. Sob este ângulo, foram utilizados Larrosa, Winnicott e Fortuna, entre outros, na análise da pesquisa. Acredita-se que o espaço e tempo para criar novas formas de estar na escola deve ser algo que também deve pertencer à experiência infantil e essa “experiência infantil” deve fazer parte da educação. Palavras Chave: criança, escola, emancipação, atividades lúdicas

EIT2 AS OCUPAÇÕES DE ESTUDANTES SECUNDARISTAS NAS ESCOLAS ESTADUAIS DO PARANÁ: UMA ANÁLISE A PARTIR DA COBERTURA DOS JORNAIS “GAZETA DO POVO” E O “ESTADO DO PARANÁ.”

Cleide Lavoratti

lavoratti@yahoo.com.br

Alessandra Regina Teixeira de Freitas

teixeira.alle@hotmail.com

André Henrique Mello Correa

henriquemellocorreia@gmail.com

Amanda Machado

mandsmachad123@gmail.com

Thaís Galvão

thanalabuta@gmail.com

Serviço Social - Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)

O presente artigo visa expor a cobertura midiática acerca das ocupações das escolas estaduais do Paraná pelos estudantes secundaristas, propondo um recorte a partir dos

materiais produzidos pelos jornais de maior circulação no Estado (Gazeta do Povo e o Estado do Paraná), no período de 03 a 24 de outubro de 2016. Nesse período foram realizadas ocupações de mais de 700 escolas, envolvendo inúmeros alunos da rede pública de ensino e apoiadores, o que gerou grande mobilização da sociedade, com posicionamentos favoráveis e contrários ao movimento, retratados diariamente pelos meios de comunicação. Portanto, a proposta desse trabalho é analisar a suposta “neutralidade” das informações reproduzidas pelos veículos de comunicação impressos, a forma de abordagem das reportagens jornalísticas (termos utilizados e significados) e o modo como estas influenciaram a opinião pública e possíveis tomadas de posição em relação às ocupações. Para fundamentar a pesquisa, foi utilizada uma revisão bibliográfica acerca da história dos movimentos estudantis no Brasil e das categorias participação e mobilização social. Também recorreremos à pesquisa documental a partir das matérias jornalísticas produzidas no referido período, que foram organizadas em quadros e gráficos demonstrativos com a classificação das categorias analíticas, de acordo com os “achados” nos enfoques dados pelas reportagens. Em contraponto às matérias, foi realizada uma pesquisa de campo amostral com alunos, familiares e professores que se posicionaram favoráveis e contrários ao movimento de ocupação das escolas e a forma como eles perceberam as matérias veiculadas pela mídia. Entendemos a relevância desse debate diante do atual contexto político vivenciado no país, onde há uma tendência à criminalização dos movimentos sociais ligados à juventude e um retrocesso em relação aos avanços sociais conquistados historicamente pela população.

Palavras-chave: mídia, ocupações, Sociedade, Estado, juventude.

E1T3 - (RE) NATURALIZANDO A ESCOLA PÚBLICA: (RE) PENSANDO OS ESPAÇOS DO COTIDIANO

Alexandra Maria Aguiar Leister
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo USP
aleaguiar@gmail.com

A transformação da paisagem nas cidades tem colocado crianças em menos contato com a natureza no cotidiano (MOORE, & MARCUS, 2008). São incontáveis benefícios que o contato com a natureza oferece às crianças, além de que o comprometimento na vida adulta com questões ambientais está relacionado a exposições frequentes ao mundo natural na infância (KAHN & KELLERT, 2002; MOORE, 2003; ULRICH, 1981; ULRICH, 1986). Na situação do adensamento nas cidades, os espaços livres das escolas públicas, não vistos como ambientes transformadores, abrangem condição ímpar, pois além de atenderem milhares de crianças diariamente, permeiam a malha urbana e oferecem espaços de lazer para populações em regiões mais vulneráveis. Assim como os espaços não vegetados da escola assumem relevância cultural fundamental, a contribuição ambiental de suas áreas verdes é fundamental na cidade (QUEIROGA, 2012). Contudo, se os diferentes tipos de espaços na cidade assumem uma pluralidade de papéis, questionamos a capacidade dos espaços livres “verdes” da escola de potencializar a paisagem na transformação da “esfera da vida cotidiana” (QUEIROGA, 2012). A fragmentação dos espaços e tempos da escola caminham na contramão da pedagogia freiriana que liberta o homem na busca da consciência crítica. Freire (2005) explica que no mundo, intercessor da aprendizagem, os homens partilham a educação e ninguém educa ninguém, a educação torna-se um ato em que simultaneamente os homens refletem sobre si e sobre o mundo. Logo, os espaços mediatizam o aprendizado ao despertarem a percepção e compreensão do mundo (FREIRE, 2005). Essa pesquisa aprofundou a questão dos espaços livres das escolas públicas como potencializador do desenvolvimento integral da criança através do contato direto com a natureza, com o objetivo de traçar diretrizes para a qualificação dos espaços. A metodologia ancorou-se na pesquisa qualitativa e os resultados revelaram ambiguidades nos significados e sentidos do contato da criança com a natureza na escola e na apropriação dos espaços livres. A relação da criança com a natureza, com apoio da pedagogia, poderia fortalecer uma “imaginação poética do espaço” cultivando novas formas de ver paisagens do cotidiano, supondo que espaços do cotidiano extrapolam a dimensão física e transformam-se em referências do ser e estar, de acordo com Bachelard (2008). Concluímos que paisagens edificantes na escola poderiam ajudar crianças a encontrar momentos de prazer, aliviando vidas tão sofridas, para então caminharmos em direção a uma maior igualdade social na acumulação de experiências positivas na cidade.

E1T4 - POBLACIONES INDIGENAS URBANAS EN ARGENTINA: LAS EXPERIENCIAS DE NIÑOS Y NIÑAS EN EL CONTEXTO EDUCATIVO

Ana Carolina Hecht

anacarolinahecht@yahoo.com.ar

Noelia Enriz

noelia.enriz@gmail.com

Mariana Garcia Palacios

mariana.garciapalacios@gmail.com

UBA-CONICET

La presencia indígena en contextos urbanos de Argentina, motivada por procesos migratorios históricos y actuales, tanto internos como de países limítrofes, renueva cotidianamente el desafío a las formas tradicionales de concebir las identificaciones indígenas en diversas instituciones estatales. La multiplicidad de identidades en dichos escenarios, así como la histórica invisibilización de las mismas, supone nuevos interrogantes para las investigaciones en interculturalidad, especialmente en el campo educativo. La tradición de la EIB en Argentina se encuentra más ligada a modelos de vinculación entre las propuestas hegemónicas del Estado y alguna población indígena generalmente asociada a escenarios rurales (de allí el énfasis colocado en las lenguas y elementos construidos como tradicionales) y no en una multiplicidad de identidades, propias de contextos interculturales complejos como los urbanos. Particularmente, en esta exposición nos interesa atender a las representaciones que se construyen sobre los niños indígenas como alumnos dentro de instituciones educativas formales. Este tipo de abordaje nos parece imprescindible ya que permite deconstruir prejuicios, estigmas y miradas que circulan sobre los niños y las niñas indígenas y que ameritan ser estudiados en profundidad. Para ello, en primer lugar, remitiéndonos al campo sociolingüístico, consideraremos los juicios y valoraciones motivados por las situaciones de bilingüismo. Por otro lado, analizaremos la manera en que las escuelas abordan los “modos de vida” de las comunidades indígenas. Por último, daremos cuenta de algunos preceptos religiosos presentes en ambos ámbitos, haciendo hincapié en la tensión observada entre la religión institucional y las

identificações religiosas de los niños y niñas indígenas. En tal sentido, nos proponemos abordar la complejidad de las experiencias formativas de niños, niñas y jóvenes de diversas poblaciones. Nos interesa dar cuenta de las demandas de autenticidad que se abren en torno a la presencia de estos sujetos en el marco de instituciones escolares, religiosas y comunitarias de ámbitos urbanos.

E1T5 - AS CRIANÇAS NO ESPAÇO PÚBLICO: REFLETINDO E PROPONDO MUDANÇAS

Ana Carolina Pereira Martins dos Santos

anacarol_pedagogia@yahoo.com.br

Darleng Arten Cavaletti

darlengac@gmail.com

CEI “Maria José Gonçalves”

Prefeitura Municipal de Campinas

Observando os espaços da cidade notamos o quanto os automóveis têm dominado o cenário, o que contribui cada vez mais para que as pessoas se reclusam em suas residências e deixem de ocupar os espaços urbanos, principalmente quando se trata das crianças. A preferência pelo automóvel tornou a rua, antes também espaço para brincadeiras, num ambiente perigoso, hostil, inapropriado à infância, prejudicando assim a apropriação do espaço público e da cidade como espaço para múltiplas relações e convivência na diversidade de maneira harmoniosa. Com o objetivo de que as crianças se apropriem dos espaços públicos, começamos a observar o entorno do CEI (Centro de Educação Infantil) em que trabalhamos junto com as crianças, fomos brincar num campinho que fica num terreno ao lado do mesmo e iniciou-se um processo de reflexão sobre este perímetro, a partir do qual foram escritas cartas destinadas à Prefeitura Municipal de Campinas, solicitando melhorias tanto para o campinho quanto para o entorno, destacando a sinalização e limpeza da área. Dessa maneira, acredita-se, como Sarmento e Pinto (1997), que a participação das crianças favorece o trabalho a partir de seus interesses e favorece a

formação de indivíduos comprometidos com o grupo no qual está inserido. Após o envio das cartas, as crianças foram recebidas pelo vice-prefeito do município que ouviu todas as reivindicações, sendo que algumas delas foram atendidas. Com essa dinâmica de trabalho as crianças se expressaram de diversas maneiras, pensando, refletindo e discutindo o entorno junto a seus pares e propondo soluções para o espaço em questão. Assim, assumindo papel de protagonistas nas relações sociais e se tornando corresponsáveis pelo espaço urbano. Para tais análises, tomamos como base as considerações de Tonucci (2005, 2014), ressaltando a necessidade da criança se apropriar dos espaços da cidade, privilegiando o direito e o dever da brincadeira, bem como também Nascimento (2009), que denota a invisibilidade das crianças no espaço urbano, ficando restritas a locais especificamente construídos para elas, restringindo, assim, sua interação com a cidade. Entendemos que a cidade para além de ser um lugar de lazer, brincadeiras, é também um espaço de encontros, de relações, de socialização e, portanto, convivência na diversidade. Nesse sentido, pretendemos dar continuidade a este trabalho, aumentando o perímetro de observação das crianças e reflexão.

Palavras-chave: criança; cidade; protagonismo infantil; escola.

E1T6 - RELAÇÕES INTERGERACIONAIS NA ESCOLA E NOS ESPAÇOS URBANOS: CRIANÇAS DE 3 ANOS INDO À FEIRA-LIVRE

Ana Lúcia Borges

analuborges@folha.com.br

Prefeitura Municipal de São Bernardo

Pretende-se discutir neste artigo as relações intergeracionais entre adultos e crianças na escola e em espaços urbanos por meio da análise de situações onde crianças pequenas de uma Escola de Educação Infantil pública, visitaram por diversas vezes a feira-livre do bairro. Por meio da metodologia colaborativa embasada em Alcântara (2009, 2015), a autora deste texto desenvolveu com a equipe escolar um plano de formação em serviço, onde, além de pesquisadora, também atua como diretora da escola. O objetivo do plano era o de refletirem sobre as práticas pedagógicas presentes na escola. Para tal, foi necessária uma mudança paradigmática da concepção de criança e do papel da escola da infância por

parte das profissionais da unidade escolar para que a ocupação do espaço feira-livre fosse possível. Por sua vez, a reação dos adultos feirantes ao receberem crianças pequenas, ilustram o debate acerca da visão social de criança presente nas relações cotidianas na região metropolitana de São Paulo onde se localiza a escola. Adota-se a abordagem dos estudos da Sociologia da Infância de Sarmento (2007; 2009; 2011), Corsário (2011) e Nascimento (2011) e também os estudos da Pedagogia da Infância de Mello (2009; 2014), Gobbi; Pinazza (2014), Barbosa (2015) e Fochi (2015) como base para a análise pretendida. Reconhece-se que a institucionalização da infância em escolas, tão crescente nos grandes centros urbanos, tem como consequência a separação das crianças dos espaços públicos, mas, por outro lado, a mudança de paradigmas das instituições escolares por meio de projetos políticos pedagógicos orientados para a ampliação dos direitos das crianças e na afirmação das capacidades de participação infantil pode ressignificar este quadro de separação. Conclui-se com esta análise que a construção de relações intergeracionais que considerem e respeitem o modo próprio da criança agir e interpretar o mundo a sua volta, pode contribuir para romper com alguns obstáculos nas relações das crianças com os adultos nos espaços urbanos, ao menos a nível da localidade.

Palavras-chave: espaços públicos, Relações intergeracionais; Educação Infantil; Infância.

E1T7 - LAZER E EXERCÍCIOS FÍSICOS PARA CRIANÇAS NO ESPAÇO PÚBLICO: UMA REFLEXÃO SOBRE A “ACADEMIA DA PRIMEIRA IDADE”

Cibele Haddad Taralli

cibelet@usp.br

Andrea de Brito Stefanelli Vieira

andrea.vieira@usp.br

FAU USP

O propósito deste estudo é o de levantar fundamentos teórico-conceituais relacionados ao brincar e se exercitar na infância e relacioná-los à proposta de um novo conjunto de equipamentos denominado Academia da Primeira Idade (A.P.I.), implantados pelo poder público em algumas praças e parques da cidade de São Paulo. Busca-se a origem, histórico e conceitos do equipamento; entendimento das concepções sobre espaço livre público e

aspectos de implantação, discutindo sobre playgrounds e crianças na cidade. Justificativa: Pretende-se contribuir com referências para projetos de equipamentos / playground para crianças em espaços públicos que ofereçam lazer, atividades físicas, desenvolvimento de habilidades, experimentação de sensações em condições de segurança e adequação ao uso nas atividades oferecidas aos seus usuários, considerando como papel fundamental na sua formação. Métodos: Levantamentos bibliográficos e iconográficos; entrevistas com profissionais responsáveis pelo projeto, fabricação e implantação da A.P.I., além de análise técnica visual direta sobre os equipamentos em seu local de uso. Referencial teórico: Buscou-se bibliografia sobre o brincar e se exercitar na infância (AGUIAR (2011), BICHARA et al (2009), KISHIMOTO (1998), OLIVEIRA (2004), SOUZA JUNIOR E BIER (2008), material histórico e conceitual sobre a A.P.I (LAU (2008), OLIVEIRA (2015), RAFAELLA (2009), VERISSIMO (2011)), sobre espaço livre público de lazer (SILVA (2015), KUHNEM e LUZ (2013), MAGNOLI (2006), QUEIROGA (2012)), histórico sobre o espaço e equipamentos do playground (FREYBERGER (2000), LUZ e KUHNEN (2013), NIEMEYER (2002), ROSA (2013), SANTOS E PINTO (2014)). Questão: Qual o histórico e quais os conceitos que norteiam a oferta dos atuais equipamentos da A.P.I., (entendida como uma ramificação das Academias ao Ar Livre), implantadas pelo poder público nas áreas destinadas ao playground como proposta de lazer e atividade física para crianças? Principais conclusões: Diversidade de concepções sobre equipamentos (com foco na A.P.I.); playground e espaços de lazer e seus papéis na formação da criança. Percepção atual de retorno da importância da atividade física como fator a ser considerado no lazer infantil. Falta de informações ao usuário no local sobre função e modos de uso dos equipamentos. Importância do espaço público como local de lazer, de brincar, se exercitar com equipamentos adequados a formação da criança, valorizando-a como cidadã de hoje e do futuro.

Palavras-chave: espaço público, playground, equipamento urbano, Academia ao Ar Livre, Academia da Primeira Idade

E1T8 - CRIANÇAS, JOVENS E A CIDADE: DESAFIOS DA PARTICIPAÇÃO E DA REPRESENTAÇÃO

Beatriz Corsino
Universidade Federal Fluminense (UFF)/ Campos dos Goyacazes
biacorsino@gmail.com

O tema da participação de crianças e jovens tem ganhado relevância nas pesquisas e marcos legais nas últimas décadas. Embora tenhamos avançado na concepção de crianças e jovens como sujeitos de direitos, a igualdade política ainda está longe de ser conquistada. Ainda são vistos como “menores” e representados por adultos que falam sobre e por eles, sem se questionar como ocupam este lugar de representatividade (Castro, 2007). Pensando nestas questões, foi realizada uma pesquisa-intervenção em parceria com o Conselho Municipal de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, no município de Campos dos Goytacazes-RJ, como objetivo de construir um espaço de fala e participação política e social de crianças e jovens, colocando-os em diálogo com os membros do Conselho e de representantes da sociedade civil. Foram realizados cinco encontros com jovens, com idades entre 12 e 18 anos. Já as oficinas com as crianças foram feitas em duas instituições diferentes e tiveram como objetivo conhecer suas opiniões sobre a família, a escola, os projetos sociais e a comunidade onde moram, provocando a reflexão sobre as questões que as afetam em seu cotidiano. Ao todo, participaram 30 crianças com idades entre 4 e 9 anos. Percebemos que crianças e jovens possuem grande interesse de falar sobre os espaços onde estão inseridos, revelando a dificuldade de se fazerem ouvir dentro de suas famílias, nas escolas, e até mesmo nos projetos de contraturno escolar, que, muitas vezes, assumem uma estrutura rígida e uma hierarquia entre crianças/jovens e adultos, como uma reprodução do modelo escolar. Muitas crianças se queixaram de não ter tempo livre para brincar, correr, conversar com os colegas, de não poder escolher o que estudar e as atividades que gostariam de fazer. Crianças e jovens também apontaram para os problemas da cidade: a violência urbana e a dificuldade de circulação pelos espaços. O transporte público na cidade é precário, além disso, eles se sentem discriminados e preferem não frequentar certos lugares por não se sentirem bem-vindos. Ressaltaram questões ambientais como a poluição do Rio Paraíba do Sul e o desejo que se tenha mais árvores na cidade. Algumas crianças tinham sido removidas de suas casas na comunidade Margem da Linha, pelo programa

habitacional Morar Feliz, sendo realocadas num conjunto habitacional e falaram sobre o rompimento dos vínculos e as dificuldades de se adaptar a essa nova realidade.

Palavras-chave: infância, juventude, participação, representação, cidade

E1T9 - CRIANÇAS E YOUTUBE: PRÁTICAS SOCIAIS E DIFERENTES FORMAS DE VIVER A INFÂNCIA

Amanda Ribeiro Rosas

amandarrosas@gmail.com

Carla Eduarda Coutinho

carlacoutinho204@gmail.com

Helenice Mirabelli Cassino Ferreira

tucassino@gmail.com

UERJ

O texto aborda a relação de crianças com as imagens, mais especificamente, com vídeos assistidos no canal Youtube, e a produção de imagens feitas pelas crianças para divulgação no mesmo canal. A partir de um vídeo/depoimento produzido no âmbito de uma pesquisa institucional vinculada à Faculdade de Educação, procuramos compreender a dimensão mediadora das imagens e da cultura digital, como um todo, no modo como crianças apreendem o mundo e agem sobre ele, considerando sua participação ativa nos diferentes contextos em que vivem. Para tanto, procuramos dialogar com autores do campo da sociologia da infância, da geografia e da cibercultura, além de trazer Bakhtin para pensar teórico-metodologicamente a criança como “o outro” na pesquisa. Entendendo que as mídias promovem novas territorializações a partir da mediação dos dispositivos e põem em xeque organizações espaçotemporais fixas, cabe indagar quais são os espaços de brincadeira e diversão ocupados hoje pelas crianças e de que forma são ocupados. As conclusões provisórias apontam para diferentes modos de estar nos espaços das cidades e outras formas de participação da infância na contemporaneidade.

Palavras-chave: crianças; vídeos; espaços de brincadeira.

E1T10 - CONVERSANDO COM CRIANÇAS SOBRE O TEMPO

Caroline Trapp de Queiroz

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

trapp.queiroz@gmail.com

Esse artigo tem por objetivo apresentar uma reflexão sobre a relação das crianças com o tempo, balizada pela dinâmica da vida urbana. Partindo dos resultados de uma pesquisa de mestrado que se propôs a conhecer que sentidos as crianças criam acerca do tempo no processo de construção e desconstrução desse conceito, pretende-se destacar como as concepções temporais das crianças se constituem no entrelaçamento de referências cotidianas, empíricas e também filosóficas, que variam de acordo com o contexto em que vivem. Como metodologia fez-se a opção pelo diálogo, provocado a partir do uso de recursos materiais, como imagens e objetos, e imateriais, como a elaboração de perguntas, de situações hipotéticas e o uso da imaginação para suscitar deslocamentos espaçotemporais. Vale destacar que a ideia para as conversas não foi fornecer uma resposta capaz de dar conta das muitas questões que envolvem a reflexão sobre o tempo, mas sim compartilhar com as crianças as perguntas possíveis de se fazer no interior desse diálogo. Como referencial teórico, as concepções de infância foram discutidas a partir de Walter Benjamin, Rita Ribes Pereira, Beatriz Fabiana Olarieta, Lev Vigotski e Solange Jobim e Souza. As questões sobre o tempo foram entendidas a partir das teorias de Norbert Elias, Edward Hall, Edward Thompson, Marcos Chiquetto, George Woodcock e também a partir dos filósofos Heráclito, Platão, Aristóteles, Agostinho, Bergson e Walter Benjamin. Como principais conclusões desta pesquisa destacam-se: a importância da problematização em metodologias de pesquisa que se propõem ao diálogo com crianças; as reflexões sobre os afetos e as dinâmicas cotidianas como balizadores das relações que as crianças tecem nos e com os diferentes espaçotempos; a necessidade de educar as sensibilidades para que se possa compreender que esses afetos constituem os modos que as crianças criam para significar o mundo; e a percepção de que as tessituras criadas pelas crianças na construção de uma narrativa sobre o tempo se aproximam muito daquelas construídas pelos filósofos, considerando as dimensões do movimento e da mudança, as relações entre a “alma” e o

tempo, a questão da duração, as reflexões sobre o ser o devir, e o lúdico como dimensão perceptiva que permite outras tessituras temporais.

Palavras-chave: infância; tempo; pesquisa

E1T12 - DIÁLOGOS (IN) COMUNS ENTRE INFÂNCIA, CIDADE E SOCIEDADE

Erica Atem Gonçalves de Araújo Costa

ericaatem@yahoo.com.br

Deborah Christina Antunes

deborahantunes@gmail.com

Ricardo Alexandre Paiva

paiva_ricardo@yahoo.com.br

Universidade Federal do Ceará (UFC) / Sobral

Este trabalho objetiva refletir sobre projeto interinstitucional que integra professores, pesquisadores e estudantes dos cursos de graduação e pós-graduação de Psicologia, Arquitetura e Educação. O projeto pretende promover práticas multi e transdisciplinares sobre a sociedade, a produção do espaço urbano e arquitetônico, em interlocução com diferentes atores sociais, privilegiando a discussão da criança como um desses agentes. Apoiar-se no diálogo entre perspectivas críticas no âmbito da Arquitetura e do urbanismo, da Psicologia Sobral e do novo campo de estudos da infância. Compreende-se que debates transdisciplinares posicionam os saberes em regiões de fronteira, possibilitando que a produção do conhecimento caminhe em consonância com a complexidade dos desafios sociais contemporâneos. Desafios que exigem uma postura ético-política daqueles implicados na educação e convergem com propostas curriculares e formativas transversais e menos engessadas. Resulta da parceria entre projetos de extensão e grupos de pesquisa da Universidade Federal do Ceará dos cursos de Psicologia de Sobral e Fortaleza e do curso de Arquitetura e Urbanismo/Fortaleza e do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo e Design (PPGAU+D). Estão diretamente envolvidos o Laboratório de Pesquisa

e Prática em Psicologia e Educação/LAPPSIE (Psicologia UFC/Sb), Núcleo de Estudos em Teoria Crítica, Indústria Cultural e Psicologia Social/PRISMAS (Psicologia UFC/Sb) e o Laboratório de Crítica em Arquitetura, Urbanismo e Urbanização (LoCAU) do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFC. Em 2016, essa parceria se efetivou na forma de um evento realizado nas cidades de Fortaleza e Sobral, envolvendo diferentes metodologias e a articulação com práticas culturais, no caso, o lançamento e discussão em torno do livro de Arquitetura para crianças, intitulado: “Casacadabra: invenções para morar” de coautoria de Bianca Antunes. Foram realizadas ainda rodas de conversa e oficinas com crianças de 5 a 11 anos, vinculadas aos projetos de extensão parceiros na proposta do evento e/ou interessadas. Sua concretização mostrou que, apesar dos desafios enfrentados para integrar e mobilizar diferentes instâncias sociais, estas práticas podem efetivamente dispor os sujeitos, seja qual for seu pertencimento geracional/etário, em situações de construção de pautas comuns à vida social.

Palavras-chave: infância; transdisciplinaridade; relação ciência/práticas culturais.

E1T13 - EDUCAÇÃO DAS INFÂNCIAS: AS CRIANÇAS NARRAM SUA CIDADE

Sndra Regina Simonis Richter

srichter@unisc.br

Marcia Vilma Murilo

marciamurillo@gmail.com

Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC)

Este texto apresenta a pesquisa realizada para a dissertação de mestrado, a qual persegue caminhos narrativos abrindo uma temática que emerge nas discussões contemporâneas sobre Infância e Educação: a criança e seus espaços de vida coletiva na cidade. A partir do encontro com grupos de crianças de 8 a 10 anos que frequentam os anos iniciais do Ensino Fundamental, de três escolas do município de Santa Cruz do Sul/RS, geograficamente próximas, reflete como, para estas crianças, em sua condição de alteridade dos adultos, narram sua cidade através das experiências por elas vividas. Trata-se, ao se deter nas narrativas das crianças para ampliar o debate curricular nos anos iniciais do Ensino Fundamental ao problematizar a tendência dos adultos apresentarem e narrarem a cidade. O

interesse científico é destacar ”como” as crianças aprendem na cidade e não “o que” aprendem “sobre” a cidade. A criança, em seu devir humano plural, mimético e plástico, é nesse estudo compreendida como agente social na história, que parte da cultura e produz cultura, e por isso, um interlocutor cultural em co-existência com outras crianças e adultos. Para alcançar as infâncias, parte do pensamento de Walter Benjamin tecendo interlocuções entre as abordagens fenomenológicas de Gaston Bachelard, Michel Maffesoli, Jorge Larrosa, Joan-Carles Mèlich, e o Método Indiciário de Carlo Ginzburg. Da interlocução emerge uma fenomenologia do detalhe, enquanto estratégia metodológica para alcançar, na leitura das cartas e na escuta das crianças nas rodas de conversas, muitas cidades na cidade. A partir dos encontros com as crianças, emergem algumas narrativas de cidades: a cidade de consumo, a cidade das crianças, a cidade das relações, a cidade dos começos, a cidade proibida, a cidade de lugares para as crianças, entre outras. A experiência, por não poder ser fixada nem pelo grau de veracidade nem por seu conteúdo, é algo que acontece, que está em ação: a ação de utopar, de vislumbrar, de projetar. Assim, o estudo captura achados e detalhes das experiências narradas das crianças para discutir o que a cidade perde sem as crianças ao apontar a cidade como espaço coletivo de educação.

Palavras-chave: criança; cidade; experiência; narrativas; ensino fundamental.

E1T16 - CORPO, INFÂNCIA E CIDADE: AS PRÁTICAS EDUCATIVAS NOS PARQUES INFANTIS DE SÃO PAULO

Flávia Martinelli Ferreira

Universidade de Brasília

flaviamartinelli@uol.com.br

Este trabalho teve como objetivo central pesquisar e analisar a produção bibliográfica que investigou os Parques Infantis de São Paulo, por meio de uma revisão sistemática das teses, dissertações e trabalhos de conclusão de curso produzidos na Universidade de São Paulo (USP) e Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). A pesquisa empreendida buscou o tema mencionado nas palavras-chave, títulos e resumos publicados tanto nos acervos digitais quanto nos acervos físicos destas universidades. Os Parques Infantis foram estudados em 4 teses – USP (2) e UNICAMP (2) – 11 dissertações – USP (8), UNICAMP

(3) e 3 trabalhos de conclusão de curso produzidos na UNICAMP, totalizando 18 produções localizadas. Com a direção crescente do campo à cidade, surgem novas preocupações relacionadas à habitação e à ocupação do tempo livre dos adultos e das crianças. Os Parques Infantis foram implantados na década de 1930, na cidade de São Paulo, promovendo a socialização de crianças em seu tempo livre com a oferta de atividades em turno contrário à escola. Os referidos trabalhos destacam que este projeto representou uma iniciativa que modificou substancialmente a educação das crianças situadas em espaços urbanos. A primeira publicação encontrada foi produzida por João Paulo da Fonseca, em 1978. Os Parques Infantis foram entendidos em diversos trabalhos como um espaço e um tempo de sociabilidades entre as crianças; espaço de encontros e desencontros entre as culturas produzidas no universo infantil e as culturas do mundo adulto que compõem estas arquiteturas, incorporadas e transformadas pelas crianças. É possível destacar também, nestes espaços e tempos, a presença de uma intencionalidade das práticas educativas em relação ao corpo, assinaladas pela valorização da educação física como atividade escolar. A partir das pesquisas estudadas, foi possível compreender o contexto da implementação dos Parques Infantis em São Paulo, além de sua interiorização em diversas cidades como Campinas – SP e Ribeirão Preto – SP. Esta proposta de urbanização e modernização da cidade, significou, portanto, enormes alterações no ritmo de vida das pessoas e o surgimento de outros modos de circulação e convívio. Consideramos, a partir da análise destas produções, uma diversidade de trabalhos orientados por várias temáticas: arquitetura escolar e da cidade, práticas educativas e educação do corpo ou a dinâmica cultural infantil em espaços urbanos. Por fim, percebemos que estes trabalhos estudados sugerem novas oportunidades de pesquisa que derivam dos estudos já realizados. Destacamos que ainda são necessárias produções que contribuam com a descrição e compreensão destas práticas em espaços urbanos, consolidadas nos Parques Infantis.

Palavras-chave: infância; cidade; parques infantis.

**E1T18 - CIDADE E INFÂNCIA: PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO
“PROJETO NOSSA CULTURA” DA EDUCAÇÃO INFANTIL DO CAP – ISEPAM
EM CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ**

Ingrid Fiuza

Instituto Superior de Educação Professor Aldo Muylaert (ISEPAM)

ingridfiuza@yahoo.com.br

Trabalhar o Patrimônio Cultural dentro das escolas é extremamente necessário para o fortalecimento das relações dos cidadãos com suas heranças culturais e, assim, estabelecer um vínculo com estes bens, com a responsabilidade pela valorização e preservação do Patrimônio e, desta forma, também fortalecer sua prática para a cidadania. Dentro dessa perspectiva, desde o ano de 2014, o Projeto “Nossa Cultura” vem se desenvolvendo nas turmas de Educação Infantil do Colégio de Aplicação do ISEPAM – Instituto Professor Aldo Muylaert, na cidade de Campos dos Goytacazes - RJ. Assim, a intenção desse trabalho é trazer um relato das ações do Projeto em questão, apresentando as etapas de elaboração, planejamento, execução e demais desdobramentos que vêm envolvendo a coordenação pedagógica do seguimento de ensino, professores, alunos entre 03 e 05 anos de idade e tem contado com a parceria dos pais e alguns outros sujeitos da comunidade local. O Projeto “Nossa Cultura”, conta com diversas ações que visam resgatar e valorizar o acesso à cultura local e regional em suas variadas formas de expressão, com a finalidade de firmar raízes culturais, incentivar a brincadeira e a leitura, de forma a ampliar o repertório cultural dos alunos, que são envolvidos ao longo do ano letivo com as atividades que contam um pouco da história da cidade de Campos dos Goytacazes de forma a contribuir para a construção de identidade e identificação com a cultura local, proporcionando uma aprendizagem significativa, ao passo que os conteúdos curriculares são adaptados à temática. Estudos sobre a infância e o brincar têm apontado como a cultura, contexto, comunidade ou local onde a criança nasce, cresce e se educa é essencial para sua formação integral, o que ressalta a importância da realização desse Projeto que envolve os alunos já nos primeiros anos de escolarização, contribuindo, assim, para o resgate, valorização e apropriação da história que precisa ser contada para as crianças, pois a infância é lugar seguro para a preservação da memória. Dessa forma, para maior compreensão dos conceitos de identidade, memória e história, que se apresentam centrais neste trabalho, foi feito um estudo utilizando as concepções de Hall (2006), Pollak (1992), Lê Goff (2003)

como também de Casco (2005), Magalhães (2009) e Horta e Grunberg (1999) que apresentam contribuições importantes sobre Políticas Patrimoniais e Educação Patrimonial. Palavras-chave: história e cultura local. Infância. Identidade e memória.

E1T20 - MATERNIDADE E RUA: DIREITOS E VIOLAÇÕES NA PRIMEIRA INFÂNCIA

Janaína Gomes

janadgg@gmail.com

Nara Cunha

Mariana Reyna

mariana.n.reyna@gmail.com

USP

O presente trabalho visa apresentar as primeiras impressões de uma pesquisa coletiva em andamento a partir de um projeto de extensão da Faculdade de Direito da USP - Clínica de Direitos Humanos Luiz Gama - cujo objetivo consiste em compreender o fluxo de atenção e encaminhamento de crianças e mães em situação de rua na cidade de São Paulo, com foco nos impactos sobre a primeira infância. A partir de metodologia qualitativa, consistindo em entrevistas e revisão bibliográfica da antropologia, direito e saúde (cabe mencionar a carência de material acadêmico específico), buscou-se compreender o fluxo de atendimento a mulheres gestantes ou acompanhadas de seus bebês. Como conclusões provisórias, é necessária a diferenciação do cenário local e nacional. Em âmbito municipal, a análise de políticas públicas específicas para a maternidade na rua revela que as iniciativas existentes para o acolhimento e cuidado dessas mulheres são pontuais e insuficientes, e as mulheres estigmatizadas pelo uso de drogas, o que é observado pelos atores da rede de atendimento. (CAMARGO, 2015; HOLTZTRATTNER, 2016). O parto culmina, potencialmente, como o momento da separação entre mãe e bebê, violando direitos de ambos. Atores do poder judiciário são acionados para que a criança seja acolhida institucionalmente e, potencialmente, entregue à adoção. Raramente há informações sobre a mãe, suas condições sociais ou se havia o desejo de permanecer com a criança. Ainda, há diversos interesses que

orbitam o assunto: projetam-se mudanças no ECA para acelerar a adoção. Ressalta-se ainda a diferenciação entre direitos da mãe e da criança, que, se analisados separadamente, têm um potencial de violação a direitos, observados em campo. Assim, objetivamos apresentar a pesquisa em andamento, compartilhando experiência de pesquisa e, potencialmente, realizando trocas sobre cenários locais, em especial considerando-se que não se trata de uma realidade isolada de São Paulo, mas que também é observada em outros estados.

**E1T21- SONHAR A CIDADE NA PRESENÇA DE INFÂNCIAS: INTERVENÇÃO
URBANA E RELAÇÃO INTERGERACIONAL NA REIMAGINAÇÃO DO
ESPAÇO COMUM**

Juliana Salles Siqueira
FEUSP

j.sallesdesiqueira@gmail.com

Esta comunicação visa a investigação do extravasamento de uma tipologia arquitetônica que notadamente marcou, e continua a marcar, a experiência de muitas crianças que viveram em meio urbano em diferentes períodos e contextos sócio-econômicos e culturais. Ao pensar as praças-parques como marcadores de infâncias na cidade, nos questionamos sobre a sobrevivência dessas construções cuja concepção remonta ao século XIX. Intentamos aqui indicar permanências e rupturas em seu desenho e propositividade, de forma a auscultar novas formas de inscrição de infâncias na materialidade do espaço comum. Para tanto, partimos do “parque para brincar e pensar”, intervenção impulsionada pelo coletivo paulistano Contra-filé, com início em 2011. Este ponto de inflexão do olhar nos é estendido por um método de observação em que confrontamos e justapomos, associamos e dissociamos, fotografias e registros de práticas imaginadas e imagens praticadas no acontecimento de algumas praças-parques. Ao passo que montamos um campo de imagens, reencaminhamos o percurso de nossas questões de interesse: quais relações e noções de infância promovem certas aberturas na cidade e se dão a ver em sua existência material? Quais processos e concepções educacionais as permeiam? Qual relevância o pensamento sobre a infância ganha na contextura urbana, na reimaginação da cidade como espaço de sonho? Se, conforme nos diz Hannah Arendt, a educação tem a ver

com a natalidade, com o fato de que “seres humanos nascem para o mundo”, nos parece que olhar para estes espaços como uma possível inscrição das crianças na cidade nos leva a pensar em como e onde são recebidos os que recém-chegam, no encontro com os que aqui estão. Assim, destacamos uma primeira e mais genérica dimensão educacional destas praças, atrelada à própria relação intergeracional.

Palavras-chave: intervenção urbana, espaço comum, infâncias, relação intergeracional

**E1T22 - A INFÂNCIA E O DIREITO À CIDADE: INVESTIGANDO
COMPONENTES TERRITORIAIS QUE POSSIBILITAM E /OU CONSTRANGEM
O ACESSO DOS RECÉM-CHEGADOS À EDUCAÇÃO INFANTIL EM SÃO
GONÇALO**

Maria Tereza Goudard Tavares

mtgtavares@yahoo.com.br

Cintia Larangeira

cilarangeira@gmail.com

Julyana Verissimo

julyanacverissimo@gmail.com

UERJ/FFP

O presente trabalho é fruto da pesquisa em fase de realização, financiada com recursos da Faperj/RJ, e desenvolvida em parceria com Unidades de Educação Infantil Públicas da cidade de São Gonçalo, situada na região do Leste Fluminense, no Estado do Rio de Janeiro. Pretendemos com a comunicação em tela reafirmar o papel da metrópole contemporânea e a importância do direito à cidade no processo de educabilidade de crianças da Educação Infantil, em diálogo com a perspectiva freireana de alfabetização como leitura de mundo, que antecede e amplia a leitura da palavra. Vimos defendendo em nosso trabalho investigativo, a perspectiva da cidade como um “livro de espaços”, ressaltando que a leitura da cidade é uma leitura fundamental de ser realizada e apre(e)ndida nas Unidades Municipais de Educação Infantil (UMEIS), e que a alfabetização cidadã que intencionamos, possibilita à criança a leitura de seu patrimonial cultural, dando ênfase tanto aos “bens de pedra e cal”, quanto ao patrimônio intangível, denominado

imaterial da cidade. Compreendemos a cidade como um dispositivo teórico e prático que possibilita a criança (re)fazer a leitura do mundo que a rodeia, ampliando sua compreensão do universo sócio-cultural e da trajetória histórico-temporal na qual está inserida. O trabalho apresenta a cidade como um “livro de espaços” (ALVAREZ, 1996) potencialmente ensinante de um outro ethos de educabilidade social, cabendo, portanto, aos equipamentos escolares de Educação Infantil interagir na e com a cidade, com a sua inquietante polifonia e texturologia, com suas diferentes ambiências semióticas. Nesta perspectiva, um dos importantes papéis das escolas de Educação Infantil seria estimular e garantir o “direito à cidade” (LEFEBVRE, 1991), entendendo que o currículo aberto e transversal da educação da pequena infância poderia propiciar experiências epistêmicas e políticas riquíssimas de fruição e aprendizagens da vida cidadina.

Palavras-chave: infância e a cidade; alfabetização cidadã; componentes territoriais e o direito à cidade em São Gonçalo.

E1T24 - O RICO E O POBRE: O QUE AS CRIANÇAS TÊM A DIZER?

Layza Castelo Branco Mendes

layza.mendes@uece.br

Hélida Melo Conrado Fernandes

helidamelopsi@gmail.com

João Ernesto Moura Sobreira Bezerra

joao.ernesto@uece.br

UECE

O objetivo desta pesquisa é compreender como as crianças percebem, por meio de seus próprios olhares, os estereótipos do “rico” e do “pobre”, e discutir as influências desse fenômeno para a construção de suas subjetividades. Desde o período colonial, o Brasil apresenta desigualdades sociais evidentes e esse cenário histórico pouco mudou em mais de cinco séculos. Os estereótipos acerca do rico e do pobre têm passado transgeracionalmente de forma pouco crítica, tendo em vista que se encontram arraigados na sociedade brasileira, influenciando as relações e a construção de subjetividades. Logo, as crianças tendem a naturalizar as desigualdades financeiras seculares que dificultam o desenvolvimento do país

e, portanto, reproduzem esses papéis que lhes são conferidos por uma realidade pouco favorável à mudança. Trata-se de um estudo qualitativo realizado em Fortaleza, Ceará, Brasil. Os sujeitos da pesquisa são crianças com idade entre 8 e 12 anos. A coleta de dados foi realizada por meio de grupos focais de crianças de classes sociais diferentes, e os instrumentos foram representação gráfica na forma de desenhos, discussão coletiva e sociodrama. O Psicodrama foi o referencial teórico e metodológico utilizado. Percebeu-se que as crianças reproduzem o status quo das diferenças sociais sem reflexões críticas acerca dos conflitos desencadeados por esse fenômeno. Contudo, verificou-se que elas não apenas são capazes de compreender e discutir a temática, como são dotadas de potencial criativo para pensar soluções para a problemática. Percebeu-se que as crianças precisam de espaços onde possam ser instigadas a pensar espontaneamente sobre as diferenças sociais e os estereótipos de riqueza e pobreza na sociedade atual.

Palavras-chave: desigualdade social, estereótipo, criança, rico, pobre.

E1T26 - INFÂNCIA, CIDADE E EDUCAÇÃO INTEGRAL

Levindo Diniz Carvalho

levindodinizc@gmail.com

UFMG

Este texto procura compreender processos infantis de inserção e participação na cena social a partir da análise da presença e circulação de crianças em espaços públicos e equipamentos sociais em uma região de Belo Horizonte. Examina-se aqui como as crianças, em sua ação coletiva, apropriam-se, reinventam e interpretam a cultura adulta, os espaços destinados a elas, tais como a escola, os espaços públicos e a cidade. A recente tendência de ampliação da jornada escolar no Brasil na perspectiva da Educação Integral aponta para novos modelos e concepções de institucionalização da infância. Com base nos Estudos da Infância nas ciências sociais problematiza-se aqui como, em uma dada política de educação, se conformam as experiências de infância. Reflete-se também acerca da agência das crianças na escola e na rua. Emergem ainda reflexões acerca da infância como foco da política social numa perspectiva intersetorial. Os dados aqui apresentados são fruto de uma etnografia multiespacializada de cotidianos infantis, com crianças de seis a oito anos de idade, em

escola pública que oferece o Programa Escola Integrada. Esse programa, que atua no horizonte conceitual da cidade educadora, amplia a jornada escolar para nove horas diárias, com a oferta de atividades de esporte, arte, cultura e possui parcerias com espaços comunitários e culturais. Como parte das atividades propostas as crianças transitam por diferentes espaços da comunidade. Os episódios aqui analisados revelam que, por um lado, as crianças exercem uma participação periférica e, ao mesmo tempo, transgridem as imposições da forma escolar, atuando como agentes de cultura e reconfigurando o “ofício de aluno”. E por outro, sugerem que as crianças estão visíveis no espaço público e em alguma medida exercitam e compreendem seus direitos. Contribui-se assim para reflexões acerca das formas pelas quais as crianças interpretam a cidade e ao mesmo tempo discute-se o risco da exclusão e perda de autonomia das crianças nos espaços públicos.

Palavras-chave: Infância, criança, cidade, Educação Integral

E1T29 - RECONSTRUINDO ESPAÇOS E DESCONSTRUINDO LIMITES NA INTERLOCUÇÃO COM AS CRIANÇAS

Érica Atem Gonçalves de Araújo Costa

ericaatem@yahoo.com.br

Maria Daiana Maciel Fernandes

dayanafernandesm@gmail.com

Ticiane Costa Mesquita

ticiane.mesquita@outlook.com

UFC/ Sobral

Este trabalho objetiva apresentar discussões relativas aos modos de expressão e experiências protagonizadas com e por um grupo de crianças acerca dos lugares em que vivem, atuam e circulam. As contribuições da Psicologia sócio histórica, da Psicologia Social e da Sociologia da infância constituem a malha teórico-metodológica para a análise dessas experiências. Trata-se de ações desenvolvidas no âmbito do Projeto “Concha: escuta e criação entre sujeitos, grupos e instituições”, projeto de extensão da Universidade Federal do Ceará, vinculado ao curso de Psicologia, campus/Sobral cujas propostas objetivam a criação de espaços para o exercício de uma análise crítica sobre as demandas recorrentes à

Psicologia na interface Educação e Assistência Social. Metodologicamente, optou-se pela realização de oficinas com crianças de um centro de educação infantil da região norte do estado do Ceará visando as formas e interpretações que elas se utilizam em sua relação de pertencimento com os espaços em que circulam. Destacam-se os processos criativos vivenciados na/para construção das concepções e posturas das crianças, das professoras e das facilitadoras. Nesse sentido, compreendidas como dispositivos para criação conjunta, as oficinas proporcionaram, através do desenho, falar sobre si e a relação com o território, com a escola e com os demais atores presentes nesses contextos. Entende-se a infância como um campo estruturante da sociedade, portanto as crianças são sujeitos ativos e têm muito a dizer e a contribuir social e politicamente. A medida em que a psicologia ocupou um lugar entre as crianças, percebeu-se que, ambas (crianças e psicologia) são fixadas em um lugar já habitual pela rede discursiva da escola. Os atores escolares (adultos e crianças) significaram os momentos de encontro como brincadeira. A posição do adulto em relação às estratégias lúdicas naturaliza as inquietações que poderiam advir de uma prática psi com as crianças e não sobre as crianças. A visibilidade proporcionada pelas oficinas, quando posta em análise, faz ver os riscos de manter inalterados os lugares habituais de crianças e adultos. Mostraram a complexa relação entre visibilidade e agência, indicando a importância de que hajam espaços para que a atuação da criança possa fazer problema aos que dela se ocupam, permitindo a compreensão dos transbordamentos espaço-temporais que operam para além da escola.

Palavras-chave: crianças; visibilidade; práticas psi; vivências espaço-temporais.

**E1T30 - METODOLOGIAS DE PESQUISA COM CRIANÇAS EM ESPAÇOS
URBANOS: ARTICULANDO A PESQUISA COLABORATIVA E A ETNOGRAFIA**

Maria Ines Mafra Goulart

marinesmg@gmail.com

Vanessa Ferraz Almeida Neves

vfaneves@gmail.com

Universidade Federal de Minas Gerais

O propósito deste estudo é discutir a aproximação de duas formas de pesquisas com crianças e adultos que delas cuidam e educam: a etnografia e a pesquisa colaborativa. Tendo como pressuposto a concepção de crianças como sujeitos ativos e de direitos que interagem com seus pares e com os adultos, nosso objetivo é conseguir uma aproximação mais acurada deste universo infantil e desvendar os modos de ordenação e significação contidos nos artefatos, atividades e rotinas culturais produzidos pelas crianças em interação com o mundo adulto. Essa aproximação cuidadosa, rigorosa e ética requer metodologias específicas que instrumentalizem os pesquisadores trazendo para a análise a riqueza do universo infantil. Assim, entendemos que as abordagens mencionadas são as formas mais adequadas de uma compreensão do real em processo de mudança. A primeira por nos ajudar a entrar e permanecer em campo e a segunda por nos convocar e desafiar a trabalhar com a demanda que surge no campo (NEVES, 2006). Os pressupostos que sustentam a etnografia enquanto campo de produção do conhecimento são (a) conceitos de cultura; (b) perspectivaêmica; (c) microscópica e holística; (d) contínua e comprometida; (e) flexível e autocorretiva (CORSARO, 1985; GREEN, DIXON, e ZAHARLICK, 2005; SPRADLEY, 1980). Torna-se primordial não apenas o entendimento formal desses princípios, mas também a capacidade de colocá-los em prática por meio da observação participante, das anotações em diários de campo, das filmagens e fotografias. Por outro lado, em diálogo com os participantes da pesquisa (crianças e adultos) surgem demandas de mudanças das práticas culturais nos contextos pesquisados. Alguns princípios e posturas éticas como – escutar, aceitar, provocar e transformar a prática – foram observados por nós em uma construção dialogada com os demais participantes (GOULART e REIS, 2016). Com base em pesquisas desenvolvidas por nós, argumentamos que os princípios e desafios das abordagens discutidas são potentes ao evidenciar as perspectivas dos participantes acerca das práticas que desenvolvem (neves, XXX) e ao propiciar: a tomada de consciência e responsabilização individual e coletiva dos participantes do espaço institucional em prol da afirmação concreta das crianças como sujeitos de direitos; e o papel do pesquisador enquanto organizador deste processo (GOULART e ROTH, 2010; PIMENTA, 2005; SAVIO, 2012).

Palavras-chave: metodologias de pesquisa; Etnografia; Pesquisa colaborativa; Infâncias.

E1T32 - DENTRO, FORA, AQUI E ALI: A CIDADE COMO DIREITO DA CRIANÇA

Rhaisa Naiade Pael Farias

rhaisapael@aluno.unb.br

UnB

Nas incontáveis esquinas das cidades transitam diariamente diferentes grupos geracionais. Segundo o documento publicado pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) em 2012, quase metade da população mundial de crianças vivem em áreas urbanas. Nesse sentido, parece haver uma emergência em se pensar as múltiplas infâncias vividas na cidade. Tomando como referência autores da Sociologia (PARK, 1979; FREITAG, 2002) podemos dizer que a cidade é a consequência das relações humanas em um espaço e um tempo concomitantes, (re)criada e (re)vivida nos cruzamentos de suas vias e na materialidade de suas construções por habitantes e visitantes que nela (inter)agem criando signos e significados singulares e plurais. Entretanto, autores como Augé (2011) e Bauman (2003) afirmam que a cidade na modernidade tem perdido seu caráter agregador de convivência e interação, tornando-se apenas um lugar de passagem e as mudanças na maneira de viver experimentada atualmente implicam diretamente em nossa relação com o tempo, o espaço e os outros. Ao que assinala Augé (2011), o sujeito da modernidade deixa de conectar-se aos lugares e não mais estabelece com estes relações significativas, por isso, estes parecem ser “espectadores” em movimento por “não lugares”. Ao pensarmos tais mudanças, não podemos esquecer que as crianças experienciam suas infâncias nessas mesmas cidades, portanto, este artigo tem como objetivo discutir teoricamente a respeito das dimensões da cidade moderna e a participação das crianças na vida social urbana enquanto direito. Como principais considerações a este respeito podemos afirmar que apesar do aparato legal existente que afirmam os direitos das crianças de participação social e convivência, estudos (RASMUSSEN, SMIDT; 2003; MÜLLER, 2007) mostram que cada vez mais as crianças não têm tido a oportunidade de vivenciar autonomamente os espaços públicos, conseqüentemente, sua participação na cidade perpassa essencialmente os paradoxos entre direito e impedimento, público e privado. Assim, propomos a retomada da

noção de cidade como espaço de coexistência, educação e compartilhamento para que a construção da infância e sua cidadania aconteçam de maneira ampla e compartilhada.

Palavras-chave: criança; cidade; direito; participação

EIT34 - A REDE DE VIZINHOS “AMIGOS DA RUA” E A OCUPAÇÃO DE UM ESPAÇO PÚBLICO COM CRIANÇAS

Samy Lansky

samylansky@gmail.com

Universidade FUMEC

Este texto é resultado de atividades integradas de pesquisa, extensão, e ensino que adotam a temática da criança e a cidade. Neste contexto, abordamos os espaços públicos, relações de vizinhança e a presença de crianças nos arredores da Universidade Fumec - uma fronteira social numa das regiões mais desiguais do município de Belo Horizonte. O objetivo foi explorar outras formas de observar, mapear e planejar o espaço urbano na perspectiva dos sujeitos, em especial das crianças. Como resultado pretendeu-se criar subsídios para a elaboração de planos e projetos urbanos para este contexto tendo como foco a criança, além de desenvolver formas colaborativas de pensar e intervir nos espaços públicos e coletivos. Inicialmente fomentamos a criação de uma rede de vizinhança denominada Amigos da Rua, com o objetivo de compreender as demandas e os conflitos presentes no local, incluindo diversos agentes presentes nos arredores da Universidade tais como associações de bairro, moradores, crianças, estudantes e professores, entre outros. Neste sentido, realizamos encontros presenciais e criamos um grupo em rede social. Ao mesmo tempo, realizamos pesquisa exploratória sobre as crianças do Bairro para em seguida verticalizar nas crianças moradoras da Vila Pindura Saia, entre 8 e 12 anos, definidas pela presença destas crianças nos encontros e nos espaços públicos. Em seguida foram adotados diversos procedimentos metodológicos, entre eles: observação participante, encontros e entrevistas informais, acompanhamento no trajeto entre a casa e a escola, distribuição de máquinas fotográficas e desenhos. Com o desenvolvimento da rede e da coleta de dados, os encontros passaram a acontecer num “resquício” de espaço público localizado entre o Mercado Distrital e a Vila. Ao verificar a potencialidade deste local, passamos a ocupá-lo com diversas atividades,

especialmente focadas nas crianças. Como resultado deste processo, fizemos algumas intervenções físicas e desenvolvemos um projeto colaborativo com foco nas crianças para este espaço que, aos poucos, passou a ser denominado de “Nossa Pracinha”, local onde atualmente acontece a apropriação espontânea pelos moradores da Vila, especialmente as crianças.

Palavras-chave: crianças; Cidade; Espaço Público; Vizinhança; Participação.

E1T35 - CRIANÇAS E FORMAÇÃO ARTÍSTICA NA CIDADE DE SÃO PAULO: O CASO DA EMIA

Sandra Mara da Cunha

Universidade de São Paulo

sandram.cunha@terra.com.br

Ao adentrarmos o Parque Lina e Paulo Raia, na cidade de São Paulo, deparamo-nos com três casas, nas quais funciona desde 1980 uma escola pública de iniciação à arte, cuja característica distintiva é a integração entre linguagens artísticas. Ali, crianças de cinco a doze anos de idade dão seus primeiros passos na dança, na música, no teatro e nas artes visuais. Nessa escola, adultos e crianças atuam juntos, guiados por projetos que preveem o intercâmbio de experiências, de saberes e de ideias que levam à criação artística. A participação das crianças nos processos de aquisição de conhecimento no campo da arte, de modo inicial e não profissionalizante, é um dos princípios da ação pedagógica da Escola Municipal de Iniciação Artística de São Paulo – EMIA/SP, e acontece quando elas interferem nas propostas lançadas pelos professores, em negociações que ampliam ou modificam o que foi planejado e preparado para elas no início de cada ano. O resultado pode ser visto e ouvido a cada porta ou janela que se abre. Ele pende dos tetos, está nas paredes, sai das casas e ocupa o parque na qualidade de acontecimentos e objetos artísticos, efêmeros ou duradouros; e permite afirmar que, na EMIA, as crianças fazem arte. O objetivo principal desse ensaio é, portanto, tentar compreender como se dá a participação das crianças nesse contexto educativo, no qual concepções de ensino de arte, infância e participação infantil, presentes nos textos escritos pelos professores nas suas Narrativas Poéticas (CUNHA, 2016) são analisados e dialogam com pressupostos lançados por BAE

(2015); CORSARO (2011); FERNANDES (2005); FERREIRA (2004, 2008); OLSSON (2013); RICHTER (2005); RICHTER & LINO (2016); SARMENTO (2002, 2003, 2007) e THOMAS (2007). Para tanto, o dispositivo metodológico adotado é a pesquisa documental dos escritos dos professores que contam sobre os processos artísticos-pedagógicos desenvolvidos na escola. Como conclusão, afirmo que a arte feita pelas crianças na EMIA emerge do entrelaçamento de experiências, saberes, ideias e interesses compartilhados entre adultos e crianças, e entre crianças e crianças na escola. Compreender como se dão os processos de aquisição de conhecimento na EMIA contribui para a visibilização da ação infantil no campo da arte e para o reconhecimento da escola como um espaço de resistência da infância na cidade de São Paulo.

Palavras-chave: aprendizagem artística; EMIA; Participação Infantil; Sociologia da Infância; Estudos da Infância.

E1T36 - ALÉM DOS MUROS DA ESCOLA: A RUA COMO ESPAÇO URBANO DE CULTURA CIENTÍFICA DAS CRIANÇAS DA REGIÃO AMAZÔNICA

Hileia Monteiro Maciel Cabral

Universidade do Estado do Amazonas

hileiamaciel@gmail.com

Silvia Lima dos Santos

Secretaria Municipal de Educação - SEMED/Manaus

silvinhalima@msn.com

Vivemos em uma época que a aprendizagem e a cultura científica não se restringem somente aos limites dos muros da escola, pois hoje, diferentes são os espaços urbanos educativos que podem ser um caminho para uma educação relacionada a valores sociais e ambientais. Evidencia-se também, a importância das crianças na articulação entre ciência/cultura/sociedade para construção de cidadania na comunidade em que vive, indicando possibilidades para o desenvolvimento de ações educativas. Sob o foco de várias argumentações, buscamos compreender a rua como um local de participação e conhecimento das crianças, como espaço propício para investigação e potencialmente cultural. A pesquisa se configura como estudo do tipo etnográfico que tem a centralidade na

criança, capaz de elaborar e dotar no sentido próprio o contexto a qual está inserida. A pesquisa foi realizada com as crianças de uma escola e na rua do Município de Urucurituba/AM. Também, destacamos os espaços trabalhados na pesquisa, o espaço formal e não formal e a relevância de suas relações, a partir da Palmeira de Urucuri (*Attalea phalerata*) como instrumento de pesquisa e como potencial para os estudos da Ciência. Participaram desta pesquisa 16 crianças e 2 professores como sujeitos centrais. Utilizamos como procedimentos metodológicos a observação participante e as rodas de conversas. Os instrumentos de coletas de dados foram o gravador de voz, câmera fotográfica e o diário de campo. A pesquisa demonstrou que as vozes das crianças apontam uma forte relação com as ruas da cidade, evidenciando como espaço não formal propício para atividades escolares e não escolares. Também evidenciamos que escola não é a única propiciadora do conhecimento, mas uma das possibilidades de aprender a importância de considerar outros espaços como sendo potencialmente educativos e estimuladores para as crianças, a fim de que possa haver uma interligação entre educação formal e não formal. O que queremos dizer é que, quando falamos de educação não a reduzimos à instituição escolar, mas, doravante, é necessário entendê-la tal como um processo complexo que se desenvolve em múltiplos espaços urbanos, indo para além dos muros da escola.

Palavras-chave: Rua. Cultura Científica. Crianças. Espaço Urbano.

E1T37 - EU SEI DIZÊ DISSO AÍ [...]”: O LUGAR SOCIAL DA CRIANÇA RIBEIRINHA DA AMAZÔNIA MARAJOARA

Simei Santos Andrade
simeiandrade@uol.com.br

UFPA

Esse estudo é parte de uma pesquisa mais abrangente sobre Infâncias da Amazônia, ainda em andamento, na região da Amazônia Marajoara, no Estado do Pará, na Mesorregião do Marajó, município de Curalinho, Distrito Vila do Piriá, e que tem como interlocutores 20 crianças na faixa etária de 5 a 11 anos. Compreendemos que a criança ribeirinha é parte integrante da estrutura social; ela marca a história do seu tempo, participando ativamente da vida em sociedade. Estabelece relações sociais incorporando a cultura do seu meio; nasce

inserida em sua cotidianidade, participa da vida social por inteiro, apropria-se de valores e comportamentos que traduzem o seu tempo e lugar, visto que as relações sociais fazem parte da sua existência de sujeito, que interage no e com o mundo. O objetivo deste estudo consiste em analisar o lugar social da criança ribeirinha da Amazônia Marajoara. O referencial teórico centra-se na Sociologia da Infância: CHRISTENSEN; JAMES (2005); FERREIRA (2004); PROUT (2010); QVORTRUP (2005); SARMENTO (2009), além dos pesquisadores que desenvolvem investigação com as crianças da Amazônia, com destaque para ALVES (2007, 2014), ARAÚJO (2014), CARVALHO (2012, 2014), LIMA (2011), LOPES (2012), MORAES (2014), OLIVEIRA (2015), POJO; VILHENA (2013) e TEIXEIRA (2009, 2013). A pesquisa foi realizada por meio de uma abordagem qualitativa baseada numa etnografia com crianças. Nossa opção por esta metodologia se deu em virtude de ela responder com maior efeito às nossas expectativas no sentido de ouvir a voz da criança. O estudo possibilitou a análise da vida cotidiana, da cultura, do lugar, do tempo de ser criança em condições objetivas. As conclusões do estudo mostram que as crianças ribeirinhas detêm saberes que norteiam suas práticas sociais cotidianas, embora convivam com uma realidade nem sempre favorável ao seu pleno desenvolvimento em virtude da precariedade social, econômica e política a que estão submetidas; têm a capacidade de dizer do seu lugar de uma maneira simples, concreta e sensível, com a predominância da cultura oral sobre a escrita, produzindo histórias que geram multiplicidades de enfoques da cultura e do lugar.

Palavras-chave: criança ribeirinha. Amazônia Marajoara. Vila do Piriá. Lugar. Cotidiano.

E1T38 - ESCUTANDO OS ADULTOS SOBRE PROTEÇÃO DA INFÂNCIA E CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE RUA NO BRASIL URBANO

Suzana Santos Libardi

DEEDU-UFOP

suzana.libardi@gmail.com

Marit Ursin

NOSEB-NTNU

Trondheim, Noruega

marit.ursin@svt.ntnu.no

Esse trabalho se localiza na área dos estudos da infância, que concebe a criança como sujeito ativo na sociedade e que é, entre outros fatores, marcado pela sua posição geracional perante outras gerações. Nessa oportunidade, refletimos sobre como são percebidas as crianças brasileiras que vivem no espaço urbano e em um contexto de adversidades muito específico: a rua. O objetivo foi conhecer de que forma os adultos percebem as crianças que estão em situação de rua, e como veem o dever de proteção da infância aplicado a essas crianças. Para isso, apresentamos os resultados de duas pesquisas qualitativas, realizadas separadamente pelas autoras, em três cidades diferentes do Brasil, contando com o total de 84 adultos. Eles participaram por meio de entrevistas individuais ou em grupo – estas inspiradas na metodologia dos grupos operativos. Os registros dos trabalhos de campo foram analisados e geraram categorias que contemplam a noção de infância/criança, a questão de quem é a responsabilidade sobre crianças em situação de rua, e a proteção das infâncias marginalizadas. Baseado no trabalho empírico das duas pesquisas, percebemos que os adultos ainda compartilham uma visão idealizada de infância, a qual os faz não reconhecer as crianças em situação de rua como integrantes da mesma geração das outras crianças que não fazem da rua a sua morada. Em decorrência disso, alguns adultos defenderam um tratamento distinto para estas, quando comparado ao que deve ser dado às demais crianças. Os participantes elegeram o Estado como o responsável pelas crianças em situação de rua. Para essa infância marginalizada, parte dos adultos convocou instituições estatais como únicas responsáveis por prover algum trato às crianças em situação de rua; o qual não necessariamente se configurou como uma medida de proteção. A responsabilização e a punição foram mais evocadas pelos adultos do que a proteção. Como conclusão, vimos que, ao não se sentirem convocados a proteger infâncias marginalizadas, os adultos pensaram prioritariamente em sua própria proteção. Os “pivetes” foram duplamente não reconhecidos em sua condição: o não reconhecimento do seu status de criança, da sua infância; e o não reconhecimento como sujeito de direitos. O reconhecimento foi dado pelos adultos somente por vias negativas, pois a criança em situação de rua foi vista por alguns como um mal que age e sabe por que age – sendo este o único momento no qual essas crianças foram vistas de forma ativa; negativamente.

Palavras-chave: criança em situação de rua; proteção da infância; infância.

E1T39 - CONSIDERAÇÕES SOBRE AS CRIANÇAS CARIOCAS E A VIOLÊNCIA URBANA DO RIO DE JANEIRO

Thaís de Carvalho Rodrigues Lopes

PUC-Rio

thaiscarlo@gmail.com

O trabalho parte da minha pesquisa de mestrado sobre a relação das crianças cariocas com o conceito de “violência”, na qual adotei a etnografia comparada como metodologia. Foram quatro meses de observação participante em duas escolas de perfis socioeconômicos consideravelmente diferentes: a escola A, particular e de mensalidade elevada, localizada no bairro da Tijuca; a escola B, pública e municipal, localizada em uma das favelas do Complexo da Maré. Esta comparação traz à luz a pluralidade de infâncias (co)existentes na cidade do Rio de Janeiro, pondo em xeque a universalidade das categorias “infantil”/”adulto”. O objetivo principal deste artigo é analisar criticamente a relação de dois diferentes grupos de crianças com o espaço urbano e os perigos e violências a ele associados. Serão consideradas nesta análise as manifestações verbalizadas das crianças sobre o tema e também a naturalização das dinâmicas violentas da cidade no seu vocabulário e nas suas brincadeiras. Com isso, procura-se provocar a reflexão sobre a necessidade de relativizar a categoria “criança” e questionar a eficácia dos dispositivos de proteção à infância – uma vez que o estudo evidencia a exposição dos pequenos a situações de risco e a conteúdos violentos, tanto no seu cotidiano quanto na mídia. Os relatos das crianças colhidos no trabalho de campo, sobre a sua relação com a cidade e a violência urbana, vão contrastar com os documentos referentes à proteção da criança (como o Estatuto da Criança e do Adolescente) e à educomunicação, em especial as publicações da UNESCO sobre o tema. O referencial teórico utilizado para embasar esta análise vem de trabalhos sobre a relação das crianças com o espaço urbano e sobre a concepção da violência e da paz na cidade do Rio de Janeiro. Ressaltam em especial três autores: Tobias Hecht oferece os conceitos de criança cuidada (nurtured) e cuidadora (nurturing), relacionando-as aos lugares que habitam na cidade – respectivamente, a casa e a rua; Gilberto Velho oferece uma perspectiva antropológica para o espaço urbano carioca,

abordando o tema da violência em sua relação com a cidade; por fim, Michel Misse desenvolve as teorias sobre a criminalidade urbana no Brasil, visando a problematizar a associação que se faz entre crime e pobreza no imaginário popular.

Palavras-chave: crianças; violência; Rio de Janeiro.

E1T42 - EXISTINDO NA CIDADE: AS CRIANÇAS INDÍGENAS KALAPALO E O CONTATO COM O MUNDO URBANO

Veronica Monachini de Carvalho

Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

[vernicamonachini@gmail.com](mailto:veronicamonachini@gmail.com)

O objetivo desta apresentação é propor uma discussão de como as crianças Kalapalo (povo indígena falante de uma língua karib), do Parque Indígena do Xingu, tem se relacionado com a cidade de Canarana - MT, localizada nas proximidades das aldeias. Esta pesquisa esta baseada em um referencial teórico da Antropologia, que visa problematizar a noção de infância como uma categoria aproximativa para se referir a um período da vida, que varia de acordo com cada sociedade. Desta forma, entre os Kalapalo, não há uma palavra sinônima para o termo “infância”, mas sim uma que fala em “crianças”, se referindo às pessoas que vivem esta dita “infância”, e não partindo de uma categoria - como é a “infância” – inventada. Esta bibliografia também problematiza a posição da pessoa em suas relações sociais, e visa atribuir à criança a noção de sujeito e agente, que é ativo em suas relações sociais, ressignificando as relações e conhecimentos em que se insere. A metodologia utilizada é a etnografia e a observação participante. Para isso, a autora realizou três idas a campo, tendo obtido contato com a aldeia Aiha Kalapalo e com a cidade de Canarana, onde as crianças Kalapalo passam temporadas esporádicas acompanhando seus pais. Lá, estas crianças existem, resistem, e de forma ativa, modificam a cidade ao se relacionar com ela. Mesmo no papel de acompanhante, as crianças demonstram estar presentes de fato na cidade, que para elas esta inserida numa lógica social extremamente distinta da lógica da aldeia indígena. Na cidade, os Kalapalo costumam se hospedar na Casa de Saúde do Índio, a CASAI, que recebe indígenas enfermos, e acolhe os sadios que, longe das aldeias, não possuem familiares. Lá a dinâmica tenta se aproximar da lógica da aldeia,

ao dormirem em redes e proverem alimentação similar à da aldeia: peixe com beiju de mandioca. As crianças que vão para lá são acolhidas, e recebem cuidados de todos os hóspedes indígenas e não indígenas. Segundo um interlocutor Kalapalo, a cidade é perigosa para as crianças, pois elas ainda não estão completamente protegidas dos itseke – espíritos -, que podem levar a alma da criança. Neste sentido, os adultos Kalapalo nunca deixam uma criança passar vontades, pois se ela chora muito, este itseke pode vir busca-la, para um mundo muito mais atrativo, que é o mundo dos mortos – que na cosmologia Kalapalo é um lugar ideal, onde os mortos fazem festas diariamente. Por isso, na cidade, os adultos não recusam as vontades das crianças, que são ainda mais aguçadas com os estímulos do capitalismo, com diversas propagandas e opções de comidas por todos os lados. As crianças na cidade costumam comer muitos alimentos a base de açúcar, e esta não é uma preocupação nem para elas e nem para os adultos.

Palavras-chave: crianças indígenas, indígenas na cidade, Alto Xingu, Kalapalo, povos indígenas em transformação

EIXO 2 - Espaço, território, circulação e infância

E2T1 - VOZES DA INFÂNCIA BRASILEIRA

Adriana Friedmann

NÚCLEO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM SIMBOLISMO, INFÂNCIA E
DESENVOLVIMENTO (NEPSID)

adriafried@globo.com

Vozes da Infância Brasileira - VIB - constitui uma proposta de escuta e pesquisa com crianças, elaborada pelo grupo de pesquisas do NEPSID/MIB. A partir dos estudos de autores de referência da Antropologia da Infância (Sarmiento, Cohn, Friedmann e outros); e pautados por princípios éticos (Kramer, ERIC e outros) desenvolvemos em 2016 um dispositivo metodológico de processos de escuta e pesquisa com crianças, considerando suas brincadeiras, produções plásticas, expressões corporais, musicais e outras narrativas. Desenvolvemos três pesquisas com crianças na cidade de São Paulo: 1 - Aplicamos o

instrumento em diversos equipamentos e regiões da cidade: abrigos, junto a crianças bolivianas, igrejas, praças, espaço para bebês, coletivo, ONG em favela, ONG em periferia. Desenvolvemos processo contínuo de formação junto ao grupo de pesquisadores. 2 - Promovemos a formação de pesquisadores no SESC Formação e Pesquisa que desenvolveram estes processos de escuta em 17 organizações. 3 - Promovemos orientação a mais de 60 organizações para processos de escuta no escopo do projeto 'Se essa rua fosse minha - Vamos ouvir as crianças' que resultou em mais de 20 processos de escuta em hospitais pediátricos, escolas, creches, ONGs e outros equipamentos. Os resultados destes processos de escuta apontaram diversidade de singularidades, realidades, anseios e conhecimentos das crianças sobre seus territórios, a partir das suas próprias 'vozes'. Estes processos estão publicados na plataforma do Mapa da Infância Brasileira, no livro 'Quem está na escuta' (que reúne artigos de renomados pesquisadores e experiências no Brasil e no mundo); e futura publicação pelo SESC.

Palavras-chave: crianças, escuta, diversidade, ética

E2T3 - ESCOLA, PROTEÇÃO E DIREITO À CIDADE: PONTOS E CONTRAPONTO NO DEBATE DAS EXPERIÊNCIAS INFANTIS

Aline Regina Gomes

Prefeitura de Belo Horizonte/UFMG

alinets4@gmail.com

Tulio Campos

UFMG

tulio.camposcp@gmail.com

Larissa Altemar

UFMG

laltemar@hotmail.com

Dimensões distintas são apontadas nos trabalhos acadêmicos sobre a relação criança e cidade, ancorados em diversos referenciais teórico-metodológicos da sociologia, da antropologia e da geografia da infância. Entende-se a criança não apenas como objeto de políticas urbanísticas construídas pelo adulto, mas como ator social que vive a cidade e a

modifica, através de sua participação no espaço público. Se tradicionalmente associa-se à criança aos domínios dos espaços privados da casa e da escola, os estudos contemporâneos entendem a criança como usuária da cidade e de seus equipamentos e serviços. O objetivo deste trabalho é, a partir da literatura disponível, levantar os pontos e contrapontos sobre as experiências infantis nos usos da cidade, tratando-as com dois enfoques. No primeiro, iremos abordar as práticas e demandas de proteção das crianças na cidade, de forma a tensionar as representações do espaço “rua” no contexto urbano contemporâneo. O segundo enfoque se refere às interações infantis que acontecem quando crianças se movem e exploram equipamentos públicos e privados da cidade em contextos escolares e, portanto, institucionalizados. Entendemos que esta análise bifocal vai ao encontro das discussões sobre a complexidade da vida contemporânea urbana, na qual periculosidade, confinamento e segregação parecem ser as palavras de ordem. Enquanto algumas pesquisas destacam que a restrição e privatização dos espaços de circulação das crianças em especial nas metrópoles brasileiras sinalizam um empobrecimento da experiência social infantil, outras pesquisas buscam dar visibilidade às apropriações e usos do espaço urbano pelas crianças. Nesse sentido, cada vez mais as crianças apresentam experiências distintas, definidas no entrecruzamento de categorias identitárias (local de moradia, classe social, pertencimento de gênero, étnico-racial e etário). Espera-se, com isso, contribuir com apontamentos e reflexões nesse rico território de debate “infância e cidade”, na qual o campo de estudos sobre a infância tem se debruçado atualmente.

E2T5 - A ESCALA DAS CRIANÇAS: POTENCIALIDADES FORMATIVAS PARA PROFESSORES DA PEQUENA INFÂNCIA

Andrea Braga Moruzzi

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

deab.moruzzi@gmail.com

O presente trabalho inspira-se teoricamente na Geografia da Infância para fazer a seguinte provocação: o que o estudo e a experimentação da escala das crianças por um grupo de estudantes de pedagogia e estagiárias(os) da educação infantil trazem de potencialidades formativas para a(o) professor da pequena infância? O objetivo desta investigação

experimental foi analisar as potencialidades do estudo da escala da criança para a formação do(a) professor(a) da pequena infância. Para tanto, a proposta consistiu em proporcionar a um grupo de estudantes do curso de Pedagogia e estagiários(as) da educação infantil, a experimentação da escala das crianças, de diferentes faixas etárias e em diferentes espaços públicos, de forma a documentar, por meio de filmagens, o que as crianças enxergam/experimentam visualmente nestes espaços. Entre os locais filmados na escala de crianças destacam-se: supermercados, praças públicas, escolas de educação infantil, bibliotecas públicas, livrarias, ruas e avenidas, etc. As filmagens com as escalas das crianças foram debatidas entre o grupo de estudantes de modo a questionar a maneira pela qual estes espaços públicos estão disponibilizados e problematizar em que medida a cidade é pensada e projetada para as crianças. Para sistematização das ideias centrais, os(as) estudantes também responderam a um questionário com questões que envolviam a potencialidade da escala, as reflexões levantadas e as reverberações para se pensar a educação infantil. Observou-se que estas reflexões reverberaram na educação infantil, local onde estes estudantes estagiaram, possibilitando repensar, principalmente, os espaços destinados às crianças, especificamente nestas instituições que deveriam, majoritariamente, atender aos direitos fundamentais das crianças. Considerou-se, portanto, que o estudo da escala das crianças, proposta esta trazida pela Geografia da Infância, potencializa o olhar de futuros(as) professores(as) sobre aquilo que proporcionamos às crianças nas instituições de educação infantil, levantando aspectos que poderiam ser melhorados do ponto de vista dos espaços destinados às crianças nestas instituições.

Palavras-chave: Infância, Espaços Públicos, Educação Infantil, Formação de Professores

E2T7 - A RUA COMO LUGAR VIVO E PULSANTE PARA AS BRINCADEIRAS INFANTIS

Ângela Maria Rodrigues de Figueiredo

UFAM

angelaf.uea@gmail.com

Embora as condições de confinamento que muitas cidades têm outorgado às crianças, viver em cidades nem sempre é sinônimo de enclausuramento. Existem fugas e bifurcações

encontradas por crianças para suas realizações mais características, o brincar. Este texto trata do brincar em espaços urbanos, especialmente nas ruas da cidade de Parintins-Am e tem como objetivo analisar a capacidade de transformação dos espaços das brincadeiras e as condições adotadas pelas crianças ao colocarem em ação uma dinâmica própria às ruas do bairro, um espaço aparentemente hostil para elas. Assim procuramos captar o cotidiano das crianças como experiência de vida que flui num ritmo particular e ao mesmo tempo trazer à discussão as formas de apropriação dos espaços pelas crianças, onde as brincadeiras funcionam como dispositivos para subverter a ordem das coisas. Tomamos as ruas como um espaço que se difere qualitativamente do sentido original de suas funções (lugar de passagem, de trânsito e de fluxo de pedestre e/ou veículos) para tornar-se lócus preferível da criatividade, da imaginação e da apropriação não-linear. A pesquisa está alicerçada nos pressupostos da etnográfica e toma como ponto de confluência a aproximação e a percepção do lugar como o olhar do andarilho que observa sem pressa a dinâmica das ruas para ver de perto como está organizada cotidianamente a vida das crianças que brincam nas ruas. Porém este olhar não foi desprezioso, pois procurou captar as formas como as crianças organizam seus espaços as estratégias que utilizam para impor sua presença. A construção desse entendimento foi assumida a partir de Benjamim (2011 e 2009); Baudelaire (1993); Augé (2012); Baba (1098); Tuan (1983); Wenzel (2013). As reflexões que decorreram deste estudo colocam em evidência o brincar nas ruas como um acontecimento que flui, ainda que sob condições adversas, em contrapartida é na adversidade que a criança cria e recria espaços, modificando a funcionalidade que hegemonicamente tem se consolidado nas cidades.

Palavras-chave: brincadeiras; ruas; espaços urbanos; crianças.

E2T8 - O SONHO DAS CRIANÇAS BOLIVIANAS EM UMA OCUPAÇÃO DE MORADIA EM SÃO PAULO

Carolina Abrão Gonçalves

FEUSP

abrao.carolina@usp.br

Este artigo parte da pesquisa de mestrado em andamento, que tem por objetivo compreender os modos de viver a infância de crianças imigrantes bolivianas moradoras de uma ocupação de moradia na região central da cidade de São Paulo. Baseada em autores que refletem sobre temáticas, como: a sociologia urbana (Lúcio Kowarick), imigração de bolivianos na cidade de São Paulo (Carlos Freire da Silva, Giovanna Modé Magalhães e Odair da Cruz Paiva) e infância (Ana Paula Silva e Fernanda Müller); buscamos um olhar do ponto de vista econômico, histórico, social, político e cultural. Levando em consideração a trajetória dos imigrantes bolivianos que cruzam as fronteiras físicas e identitárias em busca de novas oportunidades de vida e enfrentam importantes questões na cidade, como a exploração do trabalho e dificuldade em encontrar moradia, fato este que os aproximam de movimentos sociais conhecidos por ocupar espaços ociosos na cidade, transformando-os em locais de moradia. Como se tratam, em alguns casos, de famílias imigrantes, passamos a olhar não somente para os adultos e adultas que compõem os grupos de imigrantes residindo em ocupações de moradia na cidade, mas também para as crianças que acompanham seus parentes neste percurso ou aquelas que nem chegaram a conhecer a nação de origem, nascendo na nação de destino. E buscando compreender o modo de viver a infância das crianças imigrantes nas ocupações é que propusemos a observação participante como metodologia de pesquisa percebendo seus cotidianos e interagindo por meio de oficinas de desenho e fotografia, dando ênfase ao processo desta interação, notando falas, brincadeiras e os artefatos produzidos pelas crianças. Compreender o tempo social de ser criança - a infância - boliviana na cidade de São Paulo é levar em consideração suas vozes na composição destas identidades que se situam no limiar, na fronteira, entre as nações de origem e de destino. Deste modo, propomos neste trabalho ressaltar a importância de olhar para as pequenas e os pequenos bolivianos imigrantes que residem em uma ocupação de moradia na região central da capital paulista. Em hipótese, ao resgatar as narrativas que compõem o universo da infância imigrante boliviana, temos a possibilidade de compreendermos e aprendermos com as trajetórias das crianças na cidade de São Paulo.

Palavras-chave: crianças bolivianas; imigração; São Paulo

E2T10 - EPISTEMOLOGIAS DO SUL: INFÂNCIAS E CANDOMBLÉ NA CIDADE DE SÃO PAULO

Ellen Gonzaga Lima Souza
UFLA
dra.ellengonzaga.ls@gmail.com

A presente trabalho busca compreender como as práticas sociais de culturas infantis no ILE Axé Omo Oxé Ibá Latam se desdobram em processos educativos e desvelam novas compreensões e significados acerca das infâncias. Para tanto, a pesquisa permitiu que as crianças apresentassem suas experiências de ancestralidade, corporalidade e oralidade vividas no candomblé. A metodologia foi construída com as crianças e a comunidade do candomblé, com base na Fenomenologia e na Semiótica da Comunicação, visando captar as diferentes linguagens das crianças. Os dados são descritos sob uma análise compreensiva, construindo episódios por meio dos registros coletados com as crianças. A análise dos dados considerou a possibilidade de estabelecer diálogos entre os princípios de cosmologia de mundo yorubá, presentes no candomblé, com as premissas legais dos pareceres CNE/CP/03/2004 e CNE/CB/20/2009, pertinentes à Educação Infantil. Considerando a circularidade presente ao longo da pesquisa, aportada na lógica exúlica, indicam-se possibilidades para a construção de uma educação igualitária, por meio das produções de culturas das crianças do candomblé.

Palavras chave: infâncias, candomblé e descolonização

E2T12 - AS CRIANÇAS DO CARNAVAL: UM ESTUDO SOBRE O LUGAR QUE AS CRIANÇAS OCUPAM NO CONTEXTO DAS ESCOLAS DE SAMBA

Fabiana Duarte
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC)
fduarte17@yahoo.com.br

A presente comunicação tem por objetivo apresentar uma parte da pesquisa de doutorado em andamento, a qual se estrutura dentro de uma perspectiva de se pensar sobre os processos de socialização e organização das crianças fora de contextos escolares, buscando outros espaços de circulação destas. Nesse sentido, partimos do objetivo central de compreender que lugar ocupam as crianças dentro do contexto das escolas de samba. Esta

investigação se justifica pela ausência de estudos sobre as crianças dentro desse campo específico e pelo interesse da área da Sociologia da Infância em conhecer as crianças e suas infâncias em outros espaços e contextos, assim, o espaço da escola de samba aparece enquanto uma marca cultural forte na vida cotidiana de comunidades em localidades específicas, onde as crianças participam ativamente desse movimento. Levando em consideração que nos últimos anos as pesquisas, e em especial as da área da educação, centraram-se dentro das unidades educativas, este estudo revela uma possibilidade de ampliar o olhar para as crianças a partir de suas culturas e práticas sociais próprias em contextos não escolares dialogando com os Estudos Infância de forma interdisciplinar, e levando em consideração ainda as dimensões sociais e étnicas, bem como sua origem cultural. Sendo assim, torna-se necessário situar o contexto histórico, buscando tais dimensões desse “lugar” que as crianças se inserem. Para tanto, propomos aqui apresentar um recorte do levantamento histórico e bibliográfico onde buscamos, numa perspectiva etnográfica, localizar o lugar que a criança veio ocupando ao longo deste percurso dentro dos contextos das comunidades carnavalescas, procurando compreender de que forma as crianças aparecem nas pesquisas apontadas no estado da arte que se referem à temática em questão e ainda nas fontes históricas sobre o carnaval e as escolas de samba, em especial nos municípios de Florianópolis e Rio de Janeiro. O levantamento num primeiro momento nos apresenta uma quase ausência de pesquisas que trazem a criança pensada nesse contexto, no entanto pelas fontes históricas percebemos que elas sempre estiveram presentes nas atividades ligadas às escolas de samba, seja participando ativamente ou acompanhando seus pais e familiares.

Palavras-chave: crianças; infâncias; escola de samba; carnaval.

E2T14 - DE CASA PARA A ESCOLA: PERCEPÇÃO DE AMBIENTE URBANO DE CRIANÇAS EM PARINTINS/AM

Gracy Kelly Monteiro Dutra Teixeira

gracydutra@hotmail.com

Margareth Magalhães Sakamoto

megmalvada@gmail.com

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS (UEA)

Este estudo realiza uma discussão sobre a percepção ambiental de crianças sobre a disposição do trânsito na cidade de Parintins, no Amazonas. A perspectiva analítica parte de uma argumentação científica ainda recente no contexto brasileiro, a Percepção Ambiental, oriunda das inquietações da Geografia Humanística e da Psicologia Social do Ambiente sobre a relação pessoa e ambiente. A pesquisa foi realizada em duas escolas da rede municipal de educação da cidade de Parintins, durante o período de 2015 e 2016, na qual se objetivou analisar a percepção ambiental de crianças das séries iniciais do ensino fundamental sobre o arranjo espacial urbano, bem como descrever o ambiente urbano de Parintins, identificar o arranjo espacial urbano pela criança e refletir sobre o significado do trânsito para as crianças. A percepção do ser humano, é resultado da interação que estabelecemos com o que está a nossa volta e a forma como se percebe o ambiente é o resultado das experiências positivas ou negativas que o ser humano tem com ele (TUAN, 1980; LIMA, 1989; FISCHER, 1994; CRUZ, 2008; TEIXEIRA, 2015). Considerando as características da temática desde trabalho, ela se desenvolveu de acordo com a Abordagem Multimétodos (PINHEIRO e GÜNTHER, 2010), que engloba a pesquisa qualitativa, descritiva e exploratória e teve como técnica de pesquisa o desenho e a entrevista direcionada para as crianças entre 9 e 11 anos do 5º ano do Ensino Fundamental. Nos desenhos realizados, as crianças apontaram para três formas de perceber o trânsito (Paisagem Topográfica - Paisagem de Risco – Paisagem do Medo), os quais, direta ou indiretamente, afetam o cotidiano desses sujeitos no ir e vir da escola de Parintins /AM. Palavras-chave: percepção ambiental; crianças; trânsito; significados.

E2T15 - O DESIGN E O BRINCAR NO ESPAÇO URBANO: COMO AS CRIANÇAS SE APROPRIAM DO "MINHOCÃO"

Graziela Nivoloni

nivoloni@usp.br

Denise Dantas

dedantas@usp.br

Clice de Toledo Sanjar Mazzilli

clice@usp.br

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAUUSP)

Propõe-se, com este artigo, analisar como as crianças, ao brincarem livremente em espaços não destinados ao lazer, relacionam-se entre si e interagem com o espaço urbano a fim de repensar a forma como são propostos e projetados por arquitetos e designers. Considera-se fundamental a tentativa de compreensão da maneira como algumas crianças ainda interagem com o meio urbano, considerando-se que, gradativamente, elas o usam menos e muitas já não se identificam com sua cidade e tampouco reconhecem-na como sua. Como referência de projeto, considerou-se a intervenção urbana adjunta a uma escola em Londres, realizada não somente com a participação das crianças, mas fundamentada em suas proposições, dinâmicas, usos e explorações. Algumas ferramentas metodológicas de pesquisa centrada no humano, como stakeholding map e abstraction ladder, foram exploradas durante o estudo em que foram observadas crianças no viaduto Elevado Presidente João Goulart, conhecido como “Minhocão”, na região central da cidade de São Paulo. O protocolo de coleta de dados visuais foi realizado por meio da observação não participante de alguns aspectos gerais como presença de pais e adultos responsáveis, participação ou não destes na brincadeira, faixa etária das crianças, utilização ou não de elementos urbanos ou objetos e brinquedos trazidos por elas, levando à classificação de situações recorrentes que emergiram conforme os dados foram sendo coletados e avaliados. As pessoas observadas em espaço público tiveram suas identidades preservadas, visto que os registros foram realizados por meio de desenhos e croquis, o que permitiu ao pesquisador que as dinâmicas fossem representadas graficamente e alguns aspectos e movimentos relevantes, reforçados. Conclui-se que instaurar um novo olhar para o brincar, a fim de estimulá-lo ou explorá-lo, objetivando que aconteça de forma mais rica, livre, com autonomia e criatividade, representa grande desafio para a complexa e multidisciplinar atividade do profissional que o projeta, define e desenha. Mas, trata-se de um esforço necessário e de extrema relevância social.

Palavras-chave: design, livre brincar, criança, apropriação urbana, processo de projeto.

E2T16 - RESISTÊNCIAS DECOLONIAIS: AS CASAS DE PENSAMENTO INTERCULTURAL NA CIDADE DE BOGOTÁ

Flávio Santiago

UNICAMP

Este trabalho é resultado de um encontro transnacional entre experiências decoloniais que visam pensar a educação infantil num contexto descolonizador e respeitando as diferentes infâncias vivenciadas pelas crianças latino-americanas. Trata-se de uma análise de um pesquisador brasileiro sob as experiências das casas de pensamento intercultural da cidade de Bogotá - Colômbia, estas instituições recebem crianças com idade entre 0 a 6 anos, sendo em sua maioria indígenas vítimas de conflito armado e negras. O objetivo pedagógico destas instituições é proporcionar um espaço que exceda a segregação e a discriminação para com os povos originários e os afrocolombianos, trazendo elementos dos aportes culturais dessas populações, bem como promovendo práticas que favoreçam a manutenção de vínculos entre a ancestralidade de cada menino e menina e o dia-a-dia do ambiente educacional. Entre as estratégias pedagógicas adotadas está a interlocução entre as comunidades indígenas, a herança cultural das crianças e o diálogo com as famílias, procurando garantir o direito a uma perspectiva educativa diferencial, que rompa com o legado do colonialismo eurocêntrico. A partir dos aportes do Pensamento Decolonial Latino-Americano (MIGNOLO, 2005; 2007; QUIJANO 2005, 2007; WALSH, 2008, 2009) e a Sociologia das Ausências e a Sociologia das Emergências (SANTOS, 2010a; SANTOS, 2010b), lançaremos invitações afim de pensarmos pedagogias descolonizadoras para o contexto de creche e pré-escolas tendo como base esta experiência intercultural colombiana.

Palavras-chave: Infâncias, Colômbia, Interculturalidade, decolonialidade

E2T17 - GEOGRAFIA E INFÂNCIA: EXPERIÊNCIAS ESPACIAIS DAS CRIANÇAS NA CIDADE

Iara Vieira Guimarães

Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

iaravg@ufu.br

Jader Janer Moreira Lopes

Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

jjanergeo@gmail.com

A pesquisa analisou as relações espaciais das crianças em uma cidade de médio porte do Sudeste do Brasil e, desse modo, quais as possibilidades e os constrangimentos que se têm apresentado para elas na contemporaneidade. Tendo como referencial teórico Qvortrup (2014), Sarmiento (2005), Levy (2001), Harvey (2004) a pesquisa questionou: Como as experiências espaciais das crianças estão sendo desenhadas no cenário contemporâneo? Como elas se movem na cidade? Como se conduzem ou são conduzidas no espaço urbano? Temos aí uma infância desprotegida? Uma infância confinada? Uma infância globalizada? Para responder ao problema da pesquisa, adotamos uma proposta metodológica de cunho qualitativo que buscou recuperar as vozes das crianças inseridas no espaço urbano. A estratégia utilizada foi a realização de oficinas com as crianças, que foram concretizadas em uma escola pública da rede municipal de ensino. As crianças participantes têm entre 9 anos e 10 anos de idade e foram organizadas em dois grupos, sendo que cada um constituiu-se por 28 crianças. As oficinas se constituíram em um espaço de conversação e produção de narrativas. Buscamos, por meio das atividades desenvolvidas, suscitar um diálogo com as crianças e, assim, observar que narrativas elas constroem sobre a suas experiências espaciais. Após os encontros, foram produzidos os diários de campo buscando descrever, de modo detalhado e sistemático, os acontecimentos, os dizeres e os gestos dos interlocutores da pesquisa e o próprio significado da atividade para os pesquisadores. Os dados da pesquisa mostram que a educação geográfica deve tomar como objeto de preocupação a conexão das crianças com o entorno para que elas possam pensar no futuro das cidades. O trabalho de imaginar um lugar que respeite o tempo e o espaço da infância depende, em boa medida, da possibilidade de tornar mais viva e questionadora a relação das crianças com o espaço urbano, a observação atenta sobre o que acontece na vizinhança, os problemas, as faltas, os excessos. Quando as crianças são convidadas a contar histórias sobre a vida na cidade, conversar com os colegas sobre os problemas e os êxitos do lugar, elas expõem saberes consistentes sobre o entorno. Além disso, elas explicam, com destreza, as redes de lugares frequentados e mostraram-se interessadas pela composição dos seus lugares e percursos. Mais do que isso, presenciamos a construção de propostas de novos arranjos espaciais, novas possibilidades de vida urbana.

Palavras-chave: infância; cidade; relações espaciais; geografia

**E2T18 - REDE OCARA, REDE LATINO-AMERICANA DE EXPERIÊNCIAS E
PROJETOS SOBRE CIDADE, ARTE, ARQUITETURA E ESPAÇO PÚBLICO NOS
QUAIS PARTICIPAM CRIANÇAS**

Irene Quintáns Pintos

Fundação Bernard van Leer e Red OCARA

parahabi@gmail.com

A Rede OCARA (www.redocara.com), criada no Brasil, é uma rede latino-americana de experiências e projetos sobre cidade, arte, arquitetura e espaço público nos quais participam crianças. Nosso objetivo é compartilhar trabalhos realizados em circunstâncias urbanas e sociais semelhantes, para que nos inspirem e ajudem a todos. Criar rede, abraçar, falar. Amplificando o alcance desses trabalhos, inspiram outros em ambientes urbanos e sociais semelhante. Referencial teórico OCARA é uma palavra tupí-guaraní, que significa praça ou centro da aldeia, e deriva da palavra "oca" (casa, abrigo). Com este nome a rede quer ser um grande espaço onde compartilhar os trabalhos. Lançada em novembro de 2013, a Red OCARA é um portal online que compila experiências bem-sucedidas de participação infantil em iniciativas que reúnam conceitos de cidade, arte, arquitetura e espaço público. Esta proposta quer ser uma fonte de referência em um tema, criança e cidade, no qual são conhecidas poucas experiências nas periferias das grandes cidades latino-americanas. A rede incentiva colaborações com entidades externas, programação atividades e encontros de intercâmbio de experiências. Dispositivo metodológico Hoje, a Red OCARA congrega cerca de 80 experiências de 13 países e, funciona como um laboratório urbano que acredita na participação infantil como enriquecedora e propositiva para a cidade. a visão central de rede são as crianças e jovens como multiplicadores de experiências e agentes da transformação da sociedade. Principais conclusões do estudo: Replicar boas práticas, divulgar resultados exitosos, debater novas abordagens, crescer inspirando uns aos outro: uma espiral que cresce e se alimenta através do trabalho e da junção, da troca e da divulgação, do estímulo à realização

Palavras chave: rede, cidade, arquitetura, mobilidade urbana, urbanismo

E2T19 - CRIANÇAS ENTRE FRONTEIRAS: A PARTICIPAÇÃO COMO RESISTÊNCIA NO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA PAZ COLOMBIANO

Jana Tabak

PUC-Rio

jtabak@gmail.com

Desenvolvimento e progresso: essas são as promessas defendidas pela sociedade internacional ao investir na proteção de crianças em processos de paz. Apesar da Convenção dos Direitos da Criança das Nações Unidas (1989) afirmar que as crianças devem participar na elaboração dos programas que visam à promoção do seu bem-estar, a maioria das práticas de proteção às crianças ainda apresenta uma abordagem excludente que silencia as perspectivas e demandas das próprias crianças. A partir dos Estudos da Infância, o presente artigo argumenta que o silenciamento das múltiplas formas pelas quais as crianças pensam e agem é (re)produzido pelos limites da infância moderna, responsáveis por articularem um modelo (supostamente universal) de desenvolvimento que visa a formação de cidadãos maduros. O objetivo central desse trabalho é analisar e problematizar como este modelo, aqui chamado “criança mundial” impossibilita a participação infantil efetiva em processos de construção de uma paz sustentável. Assim, essa análise se inicia a partir da discussão sobre como práticas internacionais autorizam e normalizam tanto o que a criança deve ser quanto a sua trajetória até se tornar um cidadão moderno pleno, produzindo, assim, um modelo de “criança mundial”. Em seguida, o artigo investiga, especificamente, o conceito de participação de infantil no âmbito desse modelo de infância. Dessa forma, é possível: (i) analisar a articulação dicotômica do debate entre proteção/participação da criança no campo dos direitos da criança; e (ii) discutir a ênfase dos processos de construção da paz na proteção da criança, entendida como ser inerentemente vulnerável e irracional. A última parte do artigo é dedicada à análise do caso colombiano com o objetivo de descrever e discutir os limites e possibilidades de participação de crianças no processo de construção da paz atual. Assim, esse artigo, ao problematizar as fronteiras da “criança mundial”, permite re-imaginar outras formas de ser criança em mundos que não terminam onde os limites são traçados com tanta elegância e violência. Finalmente, propõe-se pensar as crianças como sujeitos “entre fronteiras”, cujas

capacidades e limitações são reconhecidas, sendo, portanto, seus direitos de participar e de ser protegido somados.

Palavras-chave: Participação infantil; Direitos da Criança; Proteção; Colômbia.

**E2T23 - TRANSPORTE ESCOLAR E INFÂNCIA DO CAMPO: AS VIVÊNCIAS
DAS CRIANÇAS DE UMA ESCOLA LOCALIZADA NO RIO UAICURAPÁ -
PARINTINS – AMAZONAS**

Gyane Karol Santana Leal

Universidade do Estado do Amazonas (UEA)

gyanekarol26@hotmail.com

Kilsimara Nascimento Ribeiro Evelyn

Secretaria Municipal de Educação - SEMED

kilsiribeiroknr@gmail.com

Evelyn Lauria Noronha

Universidade do Estado do Amazonas (UEA)

evelynlaurianoronha@hotmail.com

Este estudo teve como objetivo compreender quais as vivências das crianças do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental dentro transporte escolar nos rios da Amazônia. Para a fundamentação nos apoiamos em autores como: Maia-Pinto (2011); Sarmiento (2007); Fraxe (2007), entre outros. Essa pesquisa é de cunho qualitativo que permitirá ao pesquisador assumir uma posição de interação e construção em relação ao tema estudado e os sujeitos da pesquisa. Fazenda (2008) diz que a pesquisa qualitativa se fundamenta pela descrição e no qual tenta focalizar o seu objeto. Os sujeitos da pesquisa serão 09 crianças da faixa etária de 06 a 11 anos que para salvaguardar sua identidade utilizaremos nomes fictícios e pediremos a autorização de seus pais ou responsáveis para o uso de sua imagem e depoimento na investigação. Os resultados apontaram que as crianças enfrentavam grandes desafios no transporte escolar no percurso até a escola, principalmente quando foram privadas de seus direitos em frequentar a escola. Durante as viagens elas nos revelaram suas interpretações e visões de mundo, seja por meio de suas falas, de seus desenhos e de seus silêncios. Ao final de nossa pesquisa surgiu-nos uma problemática com a falta do

transporte escolar para as localidades rurais, isso foi causado pela as irresponsabilidades dos nossos governantes em não garantir o transporte escolar ferindo os direitos constitucionais da criança em frequentar a escola, e que previsto nas legislações vigentes.

Palavras-chave: Transporte Escolar. Infância. Vivências. Crianças.

E2T25 - REDESCOBRINDO ESPAÇOS: A EXPERIÊNCIA TEATRAL COMO VIA PARA A EXPERIÊNCIA DA CIDADE

Larissa Maria Santos Altemar

UFMG

laltemar@hotmail.com

As reflexões que permeiam a relação entre criança e cidade no cenário contemporâneo advêm também das novas lentes que são colocadas para compreender a criança em nossa sociedade. Hoje através de pesquisas da área de sociologia, antropologia, psicologia e geografia da infância são reveladas as culturas das infâncias. Compreendemos que esse é um dos passos para pensar a relação entre criança e cidade. Compreender a criança como produtora de cultura que contribui no espaço urbano abre a possibilidade de dialogo para que a criança possa experienciar a cidade a sua maneira, dialogando é claro com as políticas e com os direitos da criança. Mas a cidade com toda a sua complexidade está preparada para receber a criança? O I Congresso Internacional das Cidades Educadoras em 1990 pontua o papel da cidade como agente de educação, portanto considera que a cidade deve conter instrumentos, aparelhos para um espaço educativo formal e não formal, ocasionando experiências planejadas e não planejadas. O objetivo desse texto é discutir a relação da cidade com o espaço formal de educação refletindo sobre o papel da escola para uma cidade educadora. O papel da escola será aqui delineado através da perspectiva do teatro na educação infantil e suas possibilidades de dialogo com a sociedade. Traremos um relato de uma excursão de crianças de 5, 6 e 7 anos de uma escola da rede particular de Belo horizonte à escola de teatro da UFMG, pensando a relação entre a criança e cidade através desse encontro teatral. Entrelaçando assim, o papel da escola básica, do teatro e da universidade como parceiros para uma cidade educadora.

Palavras-chave: criança, cidade, teatro, educação.

**E2T26 - O USO DO ESPAÇO URBANO POR CRIANÇAS EM CORTEJOS E
CAMINHADAS PROMOVIDAS POR ESCOLAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO
INFANTIL DA REGIÃO CENTRAL DE SÃO PAULO**

Lilith Neiman

FEUSP

lilith.th@gmail.com

Este trabalho tem como objetivo analisar a experiência de Escolas Municipais de Educação Infantil da região de São Paulo que promovem caminhadas e cortejos festivos pelas ruas e espaços públicos com as crianças, trazendo contribuições para o crescimento das pesquisas com meninas e meninos em seus contextos de vida cotidiana. Para Magnani (2002), nos debates sobre os usos dos espaços públicos da cidade, certos atores aparecem sempre “representados” por instâncias institucionais, dando sobretudo suporte para as análises macrossociais ou para organização de estratégias políticas. Sendo recente a concepção de infância como categoria social a ser analisada e compreendida a partir das vozes das próprias crianças, a ausência da perspectiva infantil nas pesquisas sobre a vida nas cidades aponta para a necessidade da consolidação de tais estudos. Analisar a presença- ou ausência- das crianças na região central de São Paulo inclui debruçar-se sobre a vida cotidiana na cidade. Para Lefebvre (1991), são nos resíduos da vida cotidiana que encontramos também as resistências ao fechamento completo do ciclo de produção: a cidade é produzida para organizar a vida, mas o urbano, a vivência na cidade pode guardar em si a potência que faz face a esse cotidiano programado. Esse trabalho adota como base referencial sobretudo os conceitos de uso, apropriação, espaço diferencial presentes em Lefebvre e os estudos de Michel de Certeau (1994) sobre as “artes de fazer” que apontam para o caráter enunciativo das práticas espaciais. Como metodologia, utiliza a observação das caminhadas e cortejos, entrevista com adultos participantes e análise das falas, desenhos e fotografias das crianças sobre a proposta. A partir da análise desse material, esse trabalho busca compreender as práticas espaciais decorrentes da proposta dessas escolas em seu caráter de uso e apropriação do espaço. O trabalho organiza-se em torno das seguintes questões: Qual o papel mediador dessas instituições na relação entre crianças e espaço urbano? Há transformações nos territórios escolar e urbano a partir dessas relações? São

essas as reflexões apresentadas que buscam contribuir para a contextualização de meninas e meninos nos espaços urbanos, atribuindo-lhes lugar nas pesquisas sobre a vida cotidiana na região central de São Paulo.

Palavras-chave: infância, criança, cidade

**E2T27 - INVISÍVEIS: ¿ATÉ QUANDO? - CRIANÇAS E ADOLESCENTES CUJAS
FAMÍLIAS ENFRENTAM O ENCARCERAMENTO DE UM DOS ADULTOS
REFERENTES**

Luciano Cadoni

Plataforma NNAPes / Church World Service

lcadoni@cwsglobal.org

Sidnéia Bueno Marianno

Projeto Meninos e Meninas de Rua

Bloco EURECA - Eu Reconheço o Estatuto da Criança e do Adolescente

neiamarianno@gmail.com

Já algumas décadas interrompidas, a região vive uma epidemia de encarceramento, como resultado, em grande parte da chamada “guerra contra as drogas” e das respostas de certos estados com reformas legais regressivas e repressivas e com o uso excessivo da privação à liberdade. Neste contexto, quem aparecem como as vítimas invisíveis do delito e do sistema penal são “os filhos de pessoas presas”. Eles, em geral, sofrem o estigma da criminalidade e seus direitos de criação se vêm afetados pela ação delitiva do progenitor como pela resposta do estado em nome da justiça”. Para entender a realidade e necessidades destas crianças e adolescentes (CA), e seguindo as recomendações feitas pelo Comitê de Direitos de Crianças das Nações Unidas logo do Dia de Debate Geral de 2011, um grupo de organizações da sociedade civil do Brasil, República Dominicana, Nicarágua e Uruguai decidiram unir-se para produzir “Invisíveis: até quando?”. O objetivo geral do estudo foi realizar uma primeira aproximação da situação das CA cujas famílias enfrentam o encarceramento de um dos adultos referentes. A metodologia do estudo incluiu a aplicação de técnicas qualitativas (entrevistas), levantamento de dados secundários e entrevistas a informantes qualificados em nível regional e especialistas em nível internacional. As

principais conclusões foram que, se constatou a situação de violação de direitos na qual se encontram as CA que têm referentes adultos presos. Notou-se também uma reconfiguração dos papéis no grupo familiar e a modificação da situação econômica que faz que estas CA tenham que assumir novas tarefas, vinculadas ao produtivo e ao reprodutivo, que afetam sua participação em âmbitos que atuam como garantias de seus direitos. Outro aspecto que se constatou foi a aparição do estigma nas CA em função da situação de privação de liberdade do adulto referente encarcerado. Este se manifesta na vergonha que as CA sentem e na invisibilidade, em geral, por parte das instituições nas quais tem contato (escolas, médicos, parques, serviços de acolhimento, etc). Constatamos que existe uma ausência de políticas ou programas para essas crianças e de informação qualitativa e quantitativa relacionada com as CA com referentes encarcerados. Também, conseguimos observar a desarticulação existente entre os dispositivos que garantem os direitos à infância e o sistema judiciário.

Palavras chave: crianças & adolescentes; encarceramento; pais; políticas públicas. falta de resposta; advocacia

E2T28 - LUTO E LUTA DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RUA

Luiza Ferreira

Caps Infanto Juvenil Vila Mariana - Projeto Quixote

luizarpferreira@gmail.com

O presente trabalho tem como objetivo compartilhar a experiência de trabalho da rede “Ao Não Silenciamento de Vidas e Morte de Crianças e Adolescentes em Situação de Rua no centro de São Paulo” e refletir sobre o lugar ocupado por esses jovens na cidade a partir dos questionamentos de Buttler (2015): quais vidas são dignas de serem vividas? Quais mortes são dignas de serem choradas? A rede Ao Não Silenciamento é composta por profissionais do Sistema de Garantia de Direitos, sendo que as ações diretas junto às crianças são realizadas pelos educadores dos serviços da assistência social e da saúde. A rede nasceu em 2015 com a mobilização dos educadores após serem notificados de 7 mortes de crianças, adolescentes e jovens adultos. Formou-se, assim, um grupo de trabalho para ações que visem o não silenciamento dessas vidas e mortes que se concretizam nas ruas. No dia

13/03/2015 ocorreu o primeiro ato do grupo, protagonizado pelos próprios meninos e seus familiares. O cortejo simbólico representou um importante espaço de vivência do luto, além de denunciar e evidenciar a frequente violação dos Direitos Humanos e do Estatuto da Criança e do Adolescente. Um ano depois, no dia 13/03/2016, outro adolescente, atendido pela rede, foi brutalmente agredido, falecendo pouco tempo depois. O grupo decidiu retomar suas atividades e organizou o segundo ato, mais uma vez protagonizado pelos meninos e meninas. As atividades lúdicas de preparação também foram espaços que tentaram irromper com a naturalização dessas mortes e defesa dessas vidas. Além dos atos a rede propôs uma audiência pública, que ocorreu em 21/07/2016 e teve como principal característica a participação das crianças, que ocuparam o espaço e denunciaram a invisibilidade de suas vidas e mortes a partir da inexistência de uma política pública pensada com e para elas. Outra ação da rede foi a ExpoRua, exposição itinerante que ocorreu no dia 16/12/2016, e tem como objetivo transformar o espaço social ocupado por esses jovens: poderem ser também crianças e artistas. Partindo das reflexões de Judith Butler sobre os discursos que oprimem as minorias e a partir da experiência junto aos jovens pretende-se discutir especificamente as condições de vida cotidiana dos meninos e meninas em situação de rua e as formas de participação deles na sociedade.

Palavras-chave: crianças em situação de rua, luto, participação social

**E2T31 - BOTANDO O BLOCO NA RUA – MALEZINHO: CARNAVAL,
INFÂNCIAS E A CIDADE DE SALVADOR (BA)**

Míghian Danae Ferreira Nunes

FEUSP

mighiandanae@yahoo.com.br

Em 1979, o bloco afro Malê Debalê foi fundado em Salvador (BA), ecoando parte das demandas do movimento negro baiano, que via pouca participação da população negra na tradicional festa de carnaval da cidade. Em 2005, o bloco criou o Malezinho, seção destinada às crianças entre 04 e 17 anos, com a intenção de integrá-las nas atividades organizadas pelo bloco, já que elas estavam em grande número e participavam dos cursos, eventos, oficinas, concursos e ensaios que o bloco realizava em sua sede. Este artigo

discute as possibilidades de participação infantil bem como da apropriação da cidade de Salvador por este grupo através da participação no carnaval e as apresentações em vários espaços da cidade ao longo de todo o ano (AGOSTINHO, 2010; RODRIGUES, 2005, 2006), a partir do envolvimento com o Malezinho, discutindo estas ações a partir dos estudos sociais da infância (LOPES, 2006, 2008). Numa perspectiva interdisciplinar, que pareceu ser a mais acertada a seguir nos estudos realizados com as crianças e a realidade em questão, elaboramos paralelo ao registro historiográfico e sociológico, a apresentação das falas de algumas crianças partícipes do grupo. Estas falas, registradas a partir de um gravador simples, informam um pouco sobre as culturas das crianças (FERREIRA, 2002; SARMENTO, 2003; SANTOS, 2010, PAULA, 2014) e como elas veem sua própria participação e das demais crianças, além da relação que possuem com o espaço do bloco e a cidade. Reconhecendo a ação social (BORBA, 2005; COUTINHO, 2010) das crianças, este artigo reafirma a potência presente nas pesquisas que levam em conta o que dizem as crianças sobre as experiências que vivem.

Palavras-chave: estudos sociais da infância, carnaval, participação das crianças, bloco afro, Malezinho.

E2T32 - ONDE ESTÃO AS CRIANÇAS SOLDADO COLOMBIANAS? INFÂNCIA E O ACORDO DE PAZ NA COLÔMBIA

Patrícia Nabuco Martuscelli
DCP-USP
patnabuco@gmail.com

As conversas de paz entre o governo da Colômbia e as Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia – Ejército del Pueblo (FARC-EP) despertaram várias discussões sobre como será o momento pós-acordo, principalmente considerando o papel do Tribunal Penal Internacional (TPI) de punir aqueles que cometerem crimes de guerra, de genocídio e contra a humanidade, dentre eles o recrutamento e uso de crianças menores de 15 anos em conflitos armados. Nesse sentido, foi firmado um acordo especial em que as FARC-EP se comprometem a liberar todas as crianças de suas filias. Assim, esse artigo pretende discutir qual o lugar das crianças em negociações de paz, principalmente quando ocorre o uso de

crianças soldado e como isso está acontecendo na Colômbia. O método de estudo de caso se justifica por ser a Colômbia o único país da América Latina que vive um conflito armado há mais de 50 anos e por estar passando por um processo único de negociação da paz, pós-criação do TPI. Dessa forma, as negociações podem contribuir para a construção da paz e de uma justiça de transição do ponto de vista latino-americano, considerando principalmente o papel das futuras gerações e das crianças envolvidas direta e indiretamente no conflito armado interno. Os resultados esperados são visibilizar o fenômeno do uso de crianças soldado na Colômbia e a importância de acordos que destaquem essa situação para a construção da paz e de uma justiça de transição, considerando uma perspectiva latino-americana. Palavras-Chave: Colômbia; crianças soldado; Acordo de Paz

E2T32 - O ESPAÇO DA CRIANÇA: PROTAGONISMO INFANTIL PARA A CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO

Paula Martins Vicente

FAU-USP

paulamv.arq@gmail.com

No campo da Arquitetura e do Urbanismo, de modo geral, as crianças têm pouca participação na construção do espaço urbano. Quando projetos arquitetônicos e urbanísticos são voltados para elas, pouquíssimos são os momentos em que elas são minimamente consultadas ou ainda tem a oportunidade de participar desses processos. Muitas vezes o direito a cidade, principalmente dentro de regiões periféricas, é inexistente e limitado por políticas públicas que não atingem a região. Entretanto, com o intuito de investigar a atuação infantil na concepção da cidade, na periferia noroeste do município São Paulo essa realidade vem se transformando e possibilitando que meninos e meninas, estudantes da rede pública municipal, reflitam sobre seus locais cotidianos, enfrentando as dificuldades colocadas por uma realidade não muito amigável para o universo infantil. Desse modo, o presente trabalho se propõe a apresentar e refletir sobre uma experiência, em curso através de um mestrado na área de paisagem e ambiente da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, que está trabalhando com alunos do 2º ano do Ensino Fundamental 1 de uma escola

municipal da região do Jaraguá, onde o protagonismo infantil é colocado no centro das discussões sobre percepção e construção dos espaços públicos. Tal experiência trabalha com as crianças de modo investigativo quanto aos olhares infantis sobre a cidade, buscando entender como são percebidos e utilizados os espaços públicos por elas, além de abordar também os desejos de transformação urbana colocados por elas. Com o objetivo de fazer uma abordagem da cidade a partir do protagonismo das crianças e entender qual é esse espaço urbano vivenciado e percebido na realidade da periferia paulistana, esse trabalho se embasará nas reflexões apresentadas por estudiosos como David Harvey, em *Cidades Rebeldes e Espaços de esperança*, Mayumi Watanabe S. Lima, em *A cidade e a criança e Arquitetura e Educação*, Andrea Zemp S. do Nascimento, em *A criança e o arquiteto: quem aprende com quem?*, Paulo Freire, na *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*, e Maurice Merleau-Ponty, na *Fenomenologia da percepção*.

Palavras-chave: Cidade; Espaço público; Protagonismo infantil.

E2T35 FAZEDORES DE RUA: CRIANÇA, VELOCIDADE E ERRÂNCIA

Paula Uglione

UFRJ

desvioambiental@gmail.com

A modernidade em seu projeto de transformar as antigas cidades em metrópoles modernas, transformou as ruas de pedestres em grandes vias de circulação: de indivíduos adultos em movimento, e de automóveis. Projeto no qual lugar de criança é o espaço protetor e disciplinar da casa, espaço que abriga e circunscreve o território do familiar, do cuidado e da proteção. O urbanismo enquanto campo teórico e de atuação profissional viu-se, ao longo de sua história, impelido a pensar sobre o lugar das crianças nas cidades. Mas quando o faz acaba vislumbrando - ainda nos dias atuais - uma cidade idealizada para uma criança que ali seria feliz e teria as condições perfeitas para seu desenvolvimento. E nesta direção tende a pensar a criança como um tipo, mesmo que especial, de ‘usuário’ da cidade. Mas outras perspectivas mostram-se mais interessantes, e o objetivo principal do presente artigo situa-se nesse campo, qual seja, olhar para os modos pelos quais as crianças, reconhecidamente ou não, participam da vida urbana e das ruas da cidade enquanto

“fazeduras” através das quais elas (as crianças) invertem e “profanam” os usos e velocidades planejadas. Para tanto, o artigo propõe três eixos de reflexões, e uma análise da fazedura de uma criança na cidade do Rio de Janeiro. Quanto aos eixos, são eles: 1. A Rua na Cidade, que abarca: 1.1. um olhar histórico e crítico sobre a primazia da circulação e da velocidade na cidade moderna ocidental; 1.2. uma abordagem sociológica e antropológica da cultura brasileira no que tange aos modos de dar sentido e de ocupar as ruas nas grandes cidades; 2. A Criança na Rua, o qual abrange ideias e estudos científicos recentes que pensam e vislumbram os lugares que as crianças ocupam nas dinâmicas da vida social atualmente, e o quanto isto se reflete nas suas formas de estar (ou não) nas ruas das grandes cidades. Para a análise da fazedura, será utilizada e discutida a abordagem metodológica das errâncias urbanas. Com tais reflexões e análise, o artigo conclui que a ação do corpo da criança nas ruas da cidade é um modo peculiar de participação e de resistência na vida social contemporânea.

Palavras-chave: infância, espaço urbano, participação, errância

E2T36 - CIDADE-BRINCADEIRA: A DESCOBERTA DE UMA METODOLOGIA LÚDICA DE PESQUISA

Alice Vignoli Reis

Programa de Pós-Graduação da UFRJ

alicevignolireis@ufrj.br

Dieymes Pechincha

Direção Teatral da UFRJ

dieymespechincha@hotmail.com

Ana Cléris Morais Silva

anaqueiroga55@gmail.com

Geórgia Rolemberg Lau

geo.berg.lau@gmail.com

Gláucia Tavares

glautavares.7@gmail.com

Luana Gutmatcher

lugutmatcher@gmail.com

Mônica Botelho Alvim

mbalvim@gmail.com

Rafael Ostrovski

rafael.o@ufrj.br

Victor Cumplido

vcumplido@gmail.com

Instituto de Psicologia da UFRJ

A presente comunicação tem por objetivo apresentar o processo de construção de uma metodologia lúdica de pesquisa dos espaços urbanos, que se deu a partir de uma pesquisa de mestrado inserida no contexto de um projeto de extensão universitária “Expressão e Transformação: arte e subjetivação com adolescentes em comunidades”, vinculado ao Instituto de Psicologia da UFRJ. Através de uma parceria com a ONG Arte de Educar, projeto trabalha desde 2010 com crianças e adolescentes da favela da Mangueira, propondo aos jovens oficinas de experimentação artística multicultural, com o intuito de abrir espaço de expressão para os jovens da comunidade, de forma a explorar suas possibilidades de subjetivação e compreensão de mundo. A partir do ano de 2014, por conta de conflitos armados na Mangueira e a impossibilidade de circulação dos extensionistas-pesquisadores pelo espaço, deu-se início a uma nova maneira de trabalho com os jovens através de passeios por espaços públicos da cidade, o que possibilitou a descoberta da potência criativa de sair das salas de aula da ONG para explorar o espaço urbano. A circulação com estes jovens pela cidade tornou explícitas as fronteiras que se impõem à circulação dos mesmos, evidenciando a questão da segregação socioespacial, que foi se consolidando como importante questão de pesquisa para o grupo. O processo se intensificou em 2015, com a entrada de mestranda cuja temática central de pesquisa era o estudo das fronteiras urbanas a partir de experimentações artísticas performáticas no espaço da cidade. Através dessa parceria, em 2016 o processo “itinerante” iniciado em 2014 ganhou corpo na forma de uma pesquisa-intervenção voltada para o espaço da rua e para a circulação, com o intuito de aprofundar o estudo sobre fronteiras urbanas. Contudo, se colocava o desafio de tornar a pesquisa efetivamente coletiva: como aproximar linguagens e pesquisar as fronteiras urbanas com os jovens da Mangueira? Através da escuta às crianças e sua forma de

pesquisar e conhecer o mundo e da descoberta de nosso corpo brincante no espaço urbano, encontramos possibilidade de construir linguagem comum. A brincadeira instituiu-se como a principal linguagem do nosso pesquisar conjunto e a cidade mostrou-se a nós como um espaço de brincar. Foram desenvolvidos dispositivos de pesquisa/brincadeiras que transformaram os espaços funcionais da cidade – metrô, ruas, mercado-central – em espaços lúdicos que permitiram aprofundar o pensamento sobre as questões urbanas.

Palavras-chave: fronteiras urbanas; metodologia lúdica; pesquisa-intervenção.

E2T37 - INTERAÇÃO CRIANÇA – CRIANÇA: PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO SOBRE SOCIALIZAÇÃO ENTRE PARES

Rafaela Nunes Marques Mól

UnB

rafaelanunesmarques@hotmail.com

O universo social das crianças tem se constituído cada vez mais um campo profícuo de pesquisas. Para Cohn (2005) precisamos nos fazer capazes de entender a criança e seu mundo a partir do seu próprio ponto de vista. Lee (2010) também salienta a preocupação de muitos pesquisadores com o lugar da criança na sociedade e em suas hierarquias de poder e influência e o desejo de “dar voz à essas crianças”. Assim, partindo de uma contextualização sobre infância e a importância da interação de pares nessa fase geracional, o presente artigo teve como objetivo rastrear as publicações acadêmicas, basicamente artigos, em que a interação de crianças com seus pares se constituísse como foco da análise. Esse levantamento, realizado na Scientific Electronic Library Online (SciELO) Brasil, no Google Acadêmico e no Directory of Open Access Journals (DOAJ), se concentrou em publicações em língua portuguesa realizadas entre os anos 2000 e 2016. Outro objetivo deste artigo foi trazer à tona a variedade metodológica e teórica com a qual a interação é tratada nos artigos encontrados. Os principais achados indicam, além de uma quantidade baixa de artigos sobre interação criança-criança (há mais trabalhos de interação de crianças com adultos), a predominância de estudos de interação de crianças com alguma necessidade especial, e como consequência, o domínio da Psicologia no trato desta temática. Quando utilizado, além dos descritores interação e crianças, o descritor linguagem, a quantidade de

artigos reduziu significativamente e os estudos passaram a centrar-se no contexto de sala de aula, tratando de aquisição da linguagem e bilinguismo ou mediação do professor para a aprendizagem. Ficou evidente a falta de atenção para o papel da linguagem como contributo para a participação da criança como membro da família e comunidades. Segundo Pedrosa e Santos (2009) observar crianças brincando com seus pares tem se revelado uma estratégia de investigação poderosa para descrever suas trocas interpessoais e buscar entender o modo como assimilam, interpretam e produzem cultura. Assim, investigações de interação de pares na infância precisam se estabelecer no campo acadêmico com contribuições dos ramos da linguística, antropologia e educação, demonstrando que estudos da infância precisam explorar cada vez mais linguagens, instituições, contextos formais, informais e quebrar fronteiras disciplinares.

Palavras-chave: interação de crianças; socialização entre pares; produção acadêmica.

**E2T38 - COTIDIANO DE UMA ESCOLA PÚBLICA NO COMPLEXO DO
ALEMÃO – CONVERSAS ENTRE UMA PROFESSORA E ESTUDANTES DA
PRÉ-ESCOLA**

Rebeca Silva Brandao Rosa

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (ProPEd / UERJ)

rebecasbr@gmail.com

“Conversas” em sala de aula acerca dos cotidianos de crianças que vivem e estudam em uma escola dentro de uma favela carioca, entre professora e estudantes de cinco a seis anos, é do que trata esse artigo. Lecionando há cinco anos no complexo de favelas que ficou conhecido pela ocupação do exército brasileiro, em 2010, e mais tarde veio a ser ocupado pelas chamadas Unidades de Polícia Pacificadora (UPP’s), o Complexo do Alemão, pude vivenciar as questões de se “aprenderensinar” em contextos em que os conflitos armados atravessam os cotidianos escolares. No tensionamento existente entre sindicato de profissionais da educação, conselho escola-comunidade, secretarias – de Educação e outras - e Ministério da Educação, ficam os estudantes que muito tem a nos dizer acerca de suas vivências com esses conflitos. Busco partir da metodologia de “conversar”, a partir de Alves e Carvalho, sobre as pesquisas nos/dos/com os cotidianos escolares, com estudantes,

através das quais surgem “narrativas”, entendidas, também nas pesquisas com os cotidianos, como “personagens conceituais”, incorporando ideia de Deleuze e Guattari. Dentre os objetivos dessas “conversas” destacaram-se questões pertinentes nessas comunidades que atravessam os cotidianos escolares e suas tessituras curriculares, entre as quais destacaria: a presença da religiosidade nessas comunidades e nos cotidianos escolares; a convivência com situações cotidianas da violência; os movimentos migratórios no Brasil e as marcas culturais/regionais entre as famílias dessas crianças. Como as crianças lidam e dialogam sobre esses temas? Em suas brincadeiras, como surgem essas questões? Essas são algumas perguntas que movimentaram a autora a escrever “com essas conversas”, como exercício formativo. Dialogaremos, ainda, com autores como Masschelein e Simons, que compreendem as escolas como “espaçotempos” legítimos de questões públicas e Kohan, que aborda a potência criativa e filosófica da infância.

E2T39 - NORMA DA INFÂNCIA, DIREITOS E DUPLA EXCLUSÃO: AS CRIANÇAS "DE RUA" NO BRASIL

Rita de Cassia Marchi
FURB
rt.mc@bol.com.br

Este texto apresenta uma discussão sobre a norma ocidental da infância - particularmente expressa na Convenção Internacional sobre os Direitos das Crianças, de 1989 - e sua relação com as chamadas crianças “de rua” no Brasil e outras partes do mundo. Tendo por base teórica os atuais estudos sociais da infância, o estudo parte do pressuposto de que a infância moderna é uma ideia social e historicamente localizada e, como tal, tem sua universalização inviabilizada. Assim, a desigualdade de condições de vida e oportunidades entre as diversas infâncias/crianças, normalmente vistas na historiografia da infância e das crianças no Brasil, mas também nas ciências sociais brasileiras como ‘problemas’ ou ‘injustiças’ passíveis de serem ‘corrigidas’ no futuro, são antes características integrantes do processo histórico de construção dos conceitos modernos de infância e criança. Nesse sentido, desiguais condições de vida das crianças na atualidade não são condições alheias ou externas ao processo de construção social de determinado modelo de infância e criança;

são sua consequência e, ao mesmo tempo, sua condição. Discute-se, assim, a distância abissal entre o conceito ideal de infância (prescrito pela CDC) e a infância das chamadas crianças “de rua”, que surgem como “desvios” da norma moderna da infância. Os resultados apontam para o desentranhamento das crianças “de rua” de uma representação genérica – “ infância” – à qual estão atreladas expectativas normativas de comportamento (inocência, passividade, dependência) e de pertença social e institucional. Nesse sentido, por não estarem adequadas ao modelo vigente de infância e criança e nem submetidas à ação das instituições socializadoras (família, escola), a criança “de rua” sofre dupla exclusão: dos seus direitos sociais básicos e do valor simbólico inerente ao seu reconhecimento como criança de jure e de facto. Em termos metodológicos foi realizada pesquisa bibliográfica de etnografias sobre/com crianças “de rua” em diversas cidades do Brasil, da América do Sul e de outras partes do mundo, sobre a “história social” da infância e/ou das crianças no Brasil, e sobre estudos na área dos estudos sociais da infância que discutem os direitos da infância apontando, atualmente, para o descompasso existente entre a norma da infância construída no chamado Norte Global e determinadas infâncias de países do também chamado “Sul Global”.

Palavras-chave: direitos; infância, exclusão

E2T41 - NOS “SINAIS” DA CIDADE: UM ESTUDO COM AS CRIANÇAS DO MALABARES NO COTIDIANO DE UMA METRÓPOLE

Túlio Campos

UFMG

tulio.camposcp@gmail.com

Este texto traz alguns apontamentos e caminhos teórico-metodológicos presentes na pesquisa de dissertação realizada com crianças e jovens que praticam o malabares nos sinais de trânsito de uma grande metrópole, Belo Horizonte-MG. O estudo propôs como objetivo buscar compreender como esses sujeitos vivenciam suas experiências na cidade no cotidiano do trabalho explorado. A etnografia, metodologia adotada nesta pesquisa, possibilitou averiguar que os significados conferidos à prática do malabares nos sinais, ocasionados pela aproximação/associação desta atividade com o circo e/ou teatro, não raro,

tomado enquanto espetáculo pelos diferentes sujeitos que compõem o contexto pesquisado, provocou reflexões referentes ao “ocultamento” da exploração do trabalho infantil no âmbito urbano. A “imagem” ou “mensagem” que o malabares transmite como um show/espetáculo foi entendido enquanto uma das estratégias de trabalho realizadas pelas crianças e jovens, dentre outras observadas ao longo da pesquisa de campo. Os dados coletados assinalaram para uma grande diversidade de brincadeiras compartilhadas entre as crianças e os jovens nos sinais durante a prática do malabares, de modo que não foi possível perceber uma separação nítida entre o brincar e o trabalho. Constatou-se ainda que a rua se configura enquanto um espaço de sedução e perigo para os sujeitos da pesquisa, o que nos ajudou a compreender a complexidade envolvida na atividade do malabares e sua relação com o contexto da cidade. Por fim, este estudo, aponta que a discussão da temática proposta aqui não pode ficar circunscrita apenas às situações de risco enfrentadas pelos sujeitos que se encontram submetidos a esse tipo de atividade, indicando que há uma complexa teia de relações envolvidas nesse contexto, principalmente no que se refere ao contexto de vida nas grandes metrópoles. Nesse sentido, a opção pela etnografia, como metodologia de aproximação dessa realidade, permitiu novos olhares e interpretações nas relações estabelecidas entre as crianças e os jovens, os transeuntes e os motoristas no tempo-espaço de suas ações no contexto do malabares nos sinais em uma metrópole.

Palavras-chave: Infância, Espaço Urbano, Malabares e Exploração do Trabalho Infantil.

E2T42 - O BAIRRO A PARTIR DE UM PASSEIO DE ÔNIBUS: EXPERIÊNCIAS DE CRIANÇAS E SOBRE A INFÂNCIA NO ESPAÇO URBANO

Zuleica Pretto

Universidade do Sul de Santa Catarina

zuleicapretto@yahoo.com.br

Compreendendo a infância numa perspectiva interdisciplinar, como um acontecimento pessoal, cultural e político, e a experiência do lugar como elemento constituidor dos processos de subjetivação e de organização coletiva, este trabalho pretendeu uma análise de experiências de crianças no espaço urbano, especificamente a partir de uma atividade intitulada “Circulando de ônibus com as crianças em trajetos de seu bairro”, realizada no

contexto de uma pesquisa de doutorado que objetivou conhecer as experiências de crianças frente ao processo de urbanização de seu bairro, na Ilha de Santa Catarina. Essa atividade envolveu sete meninas, com idades entre oito e nove anos, pertencentes a camadas populares, filhas de famílias nativas do bairro. Conforme o bairro se descortinava através da janela do ônibus, as crianças demonstravam a familiaridade com que viviam a experiência de utilizar o transporte público, com destreza, domínio e autonomia; confirmavam conhecer o contrato social que rege os espaços públicos e revela o que é permitido e proibido em termos de comportamentos e de marcadores sociais como idade, camadas sociais, gênero, etc.; evidenciavam a noção de pertencimento ao bairro mediante o reconhecimento de espaços significativos e de itinerários particulares (redes de parentesco e de amizade, equipamentos urbanos específicos); contrariamente, mesmo que por momentos, revelaram que experimentavam também o anonimato no contexto do bairro em crescente urbanização, o que alterava substancialmente seus olhares, falas e expressões corporais; efetivaram avaliações acerca do funcionamento do transporte público na cidade e das condições dos veículos, segundo elas inapropriadas para as crianças, gerando insegurança e desconforto, panorama também identificado em outros equipamentos urbanos que raramente contemplam as especificidades das crianças. Assim, salienta-se que circular de ônibus com as crianças mostrou-se um recurso metodológico potente, além de divertido para elas, revelador da experiência de viver a cidade, da complexidade de aprendizagens e significados sociais atribuídos pelas crianças ao bairro, indicando características importantes de suas infâncias, em que se mesclavam suas vivências, seus conhecimentos, suas opiniões e suas expectativas.

Palavras-chave: Infâncias. Espaço urbano. Metodologia de pesquisa.

E2T44 - DIREITO À LOCOMOÇÃO COMO ELEMENTO AGREGADOR DA CULTURA INFANTIL

Elisangela Cardoso Hernandes e Oliveira

Prefeitura do Município de São Paulo

Grupo de Estudos e Pesquisa Sociologia da Infância e Educação Infantil (GEPSI)

lisa.cardoso@gmail.com

Pretendemos nessa comunicação trazer autores, conceitos e reflexões acerca do impacto das políticas públicas sobre a infância e do potencial que essas políticas apresentam ao se abrir espaço para a participação, tanto no planejamento quanto na ação, nestas políticas. Para tal revisaremos os conceitos de participação e cidadania tendo como principais referências os estudos liderados por Corsaro, Qvortrup, Rosemberg e Sarmento. Entre os principais conceitos aplicados nessa perspectiva está a crítica a concepção de infância como uma categoria construída a partir da exclusão e excessiva proteção de seus membros, assim como a análise da concepção de que são sujeitos participativos e plenos, com condição de construir os espaços coletivos no tempo presente, não devendo ser afastadas do espaço público e capazes de gozar do convívio social pleno. Também refletiremos sobre o próprio conceito de Infância e, conforme caracterizam Arroyo e Sarmento em estudos isolados, do caráter mutável e atrelado à conjuntura da sociedade em que está inserida. A partir dessa reflexão pretendemos centrar nossa análise na relação da criança com a locomoção dentro da cidade, discutindo sua relação com o lócus urbano e discutindo o direito e participação a partir do conceito de território. Para ilustrar, traremos um relato de experiência que foi desenvolvida ao longo de 2016 na EMEF Desembargador Amorim Lima, uma escola da rede pública municipal de São Paulo, Brasil, no qual buscaremos registrar e problematizar uma situação de aprendizagem envolvendo o conhecer e apropriar da cidade sob a ótica da Sociologia da Infância e seus referenciais teóricos, e frente às publicações oficiais e legais vigentes.

Palavras-chave: infância, criança, território, participação, política pública, cidadania.

E2T45 - ESCALA DAS CRIANÇAS: A VISÃO DE ESTUDANTES DE PEDAGOGIA NA PERSPECTIVA DAS CRIANÇAS

Amanda dos Reis Hermann

hermannar27@gmail.com

Débora Green Ribeiro de Carvalho

debora-green@hotmail.com

Rayssa Carla Ramdohr Martins

rayssaramdohr@gmail.com

Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)

O presente texto se trata de um recorte de uma proposta de trabalho realizado nas disciplinas Metodologia do trabalho docente na Educação Infantil e Prática de Ensino e Estágio Docente na Educação Infantil, oferecidas no oitavo semestre do curso de Pedagogia da Universidade Federal de São Carlos. Nessas disciplinas fomos provocadas a pensar a cidade sob a ótica da criança a partir da realização de um trabalho intitulado: escala das crianças. Esta proposta, inspirada na Geografia da Infância, propôs realizar uma filmagem em qualquer espaço público que desejássemos, com a câmera localizada na altura de uma criança de zero a seis anos de idade. Advindo desse trabalho realizado no curso de Pedagogia e leituras trazidas pela docente acerca da Geografia da Infância e Sociologia da Infância, deu-se a concretização desse relato. Tivemos por objetivos, identificar como os espaços são, ou não, planejados para as crianças. Nos apoiamos nos estudos desses campos para desconstruir a lógica adultocêntrica dentro dos espaços infantis, entre eles, as instituições de Educação Infantil. Procuramos entender, principalmente, como é que o trabalho da escala nos possibilitou olhar para a forma pela qual os espaços destinados às crianças são pensados/planejados. Utilizamos também conceitos presentes na Teoria da Indústria Cultural de Theodor W. Adorno, para discorrer sobre a propagação da semiformação, que visam a criança como alvo, começo, meio e fim de seu processo de consumo infantil. Como metodologia, recorreremos primeiramente ao debate em sala de aula, onde cada discente mostrou seu vídeo e explicou sobre o local escolhido e então discutimos sobre as filmagens. Posteriormente foi desenvolvido um questionário contendo quatro questões, das quais nos detivemos as duas últimas: “Como o estudo da escala da criança fez você refletir sobre a criança nas instituições de Educação Infantil? Você considera que o estudo da escala é um instrumento importante para a formação do professor da pequena infância?” Como resultado esse trabalho pudemos perceber como alguns espaços são pensados para as crianças e outros não. A lógica do mercado acaba pensando nos espaços para as crianças, pois, as enxerga como consumidoras. Em contraponto, temos outros espaços da sociedade que não pensados para as crianças, não são adaptados aos seus tamanhos e necessidades. Assim, torna-se importante pensar em trabalhos que envolvam esses contextos, para que o professor da pequena infância possa vir a ser esclarecido pensando e repensando sua prática a todo tempo.

Palavras-chave: escala das crianças; educação Infantil; geografia da infância.

E2T46 - CRIANÇAS NA RUA: PASSEIOS EM DIÁLOGO COM A CIDADE

Cristina Muniz

GPICC/UERJ

crissotomuniz@gmail.com

O texto trata de uma pesquisa de doutorado em curso vinculada ao Grupo de Pesquisa Criança e Cultura Contemporânea (GPICC/UERJ). Tem como objetivo compreender como se constitui a experiência infantil na cidade, pensando em como significar essas narrativas infantis no contexto cultural contemporâneo. O trabalho de campo se dá a partir de passeios na cidade do Rio de Janeiro, em lugares escolhidos pelas crianças e pela pesquisadora. Os primeiros passeios foram feitos com crianças moradoras de favelas da zona sul da cidade - Cantagalo, Pavão e Pavãozinho, e agora estes se realizam com crianças moradoras da favela da Mangueira e Tuiuti, na zona norte. O referencial teórico apoia-se principalmente nos estudos de Mikhail Bakhtin (1976, 2010a) sobre dialogismo, alteridade e exotopia, e Walter Benjamin (1995, 2012), em sua concepção de desvio como construção metodológica, a qual instaura o desafio de construir as escolhas metodológicas em abertura para novas configurações. Pretende-se ainda a interlocução com os estudos do tema das metrópoles e aqueles representativos das discussões críticas da favela com a cidade. A ideia de passear segue os rastros da filosofia material de Walter Benjamin (2009) que, em sua teoria da experiência, perscrutou a concretude das situações e fenômenos urbanos. O conceito de história deste filósofo traz o desafio de liberar histórias culturais e políticas que precisam ser reconhecidas, alargando fronteiras e acreditando que a democracia requer memória histórica, ou seja, aquela possível de ser revisitada e contestada. Desta forma a expropriação do tempo e do próprio espaço público confronta-se com a potência afetiva da ida à rua como esse espaço tempo de conviver, com as ideias de confiança e pertencimento (Winnicott, 1975) como suportes da condição de cidadania, reparando as dificuldades das crianças moradoras das favelas do Rio de Janeiro de encontrar um lugar amigável na cartografia de paisagens urbanas e humanas. Até o momento, os diálogos com as crianças revelam, entre outras questões, que “a cidade são as pessoas” e os afetos vividos nos

lugares, levando à reflexão acerca da importância dos territórios de convivência, dos espaços públicos para desfrute coletivo e “afetamento mútuo” (Castro, 2004; Arendt, 2014), da presença viva da cultura popular e da igualdade de direitos, com destaque para o direito à mobilidade.

Palavras – chave: infância; passeios; territórios urbanos.

EIXO 3 - AS CRIANÇAS E AS IMAGENS

E3T1 - [RE]CONSTRUIR IMAGENS NA/DA INFÂNCIA: O FAZER LÚDICO COM CINEMA E CRIANÇAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Bruno Teixeira Paes

bruno.paes@gmail.com

Daniele de Carvalho Grazinoli

grazinoli21@gmail.com

UFRJ

A proposta desta apresentação visa ampliar a experiência de construção de relações entre cinema e as crianças (de 2 a 5 anos) na educação infantil, buscando luz nas concepções teórico-metodológicas que articulam campos como o da criatividade, o conhecimento e as sensibilidades estéticas. Tal desafio perpassa pela vivência construída na Escola de Educação Infantil da UFRJ e a experimentação audiovisual. Interessa-nos repensar o gesto criativo sobre o educar, o sensibilizar e as potencialidades criativas oportunizadas pelo desejo, pelo encontro de afetos com o mundo lúdico-exploratório da criança junto ao cinema. Este encontro vem contribuindo para legitimar e orientar as práticas com o audiovisual em suas dimensões éticas, estéticas e políticas criativamente. Assim, para buscar uma teoria que não asfixie os encontros com o cinema nas sessões e realizações junto às crianças pequenas, utilizaremos de alguns exemplos vivenciados no campo da organização de cineclubes à produção de “minutos Lumière” - que contribuíram no deslocamento desse olhar do educador(a), como aquele que possui um saber canônico, mas que é “tremido” pela criança em sua proposta de atividade. Algo que provoca uma reflexão

na direção de uma des-invenção dos movimentos de ensinar e aprender na escola. Foram as vivências construídas, em grande parte de maneira intuitiva, que despertaram o interesse em buscar suporte teórico que possibilitasse novos olhares sobre a criatividade e a arte na construção das subjetividades estéticas, éticas, políticas (mesmo que em pequenos fragmentos) junto às crianças. Assim retomamos Vigotski (2001) quando este nos aponta que o cinema talvez seja a arte que melhor socializa o que somos ou pensamos ser em contextos histórico-culturais diversos; Rancière (2002) e as maneiras de des-inventar os tradicionais modos de ensinar e aprender (dentro e fora da escola); Chklovski (1978) com a ideia de estranhamento na arte, como fuga do comum e Fresquet (2013) com o cinema para aprender e desaprender. Neste sentido, pensamos como o cinema promove o reconhecimento sobre/com o outro, este outro com quem construo experiências de encontros geracionais. Assim, nos interessa conhecer os processos de construção do conhecimento mais conexos à realidade dos fenômenos complexos que envolvem a criatividade infantil enquanto fenômeno humano plural, multidimensional, transdisciplinar, aberto.

Palavras-chave: Cinema. Infância. Educação. Criatividade.

E3T2 - OLHARES E APONTAMENTOS DAS CRIANÇAS NA PESQUISA: A PRODUÇÃO DE IMAGENS COMO FERRAMENTA METODOLÓGICA

Jeruza da Rosa da Rocha

Universidade Federal de Pelotas (UFPEL)

luaia.je@gmail.com

Carmo Thum

Universidade Federal do Rio Grande (FURG)

carthum2004@yahoo.com.br

Este trabalho é um recorte do projeto de pesquisa-extensão Protagonismo das crianças: imagens e registros da Cultura Infantil camponesa vinculado ao Núcleo Educamemória/Universidade Federal de Rio Grande/FURG/RS. Os colaboradores da pesquisa são crianças na faixa etária entre 10 a 14 anos, pertencentes a localidade de Nova Gonçalves/Canguçu/RS e da escola da rede pública de ensino fundamental de Canguçu/RS.

O objetivo é, a partir da produção de imagens, anunciar o empoderamento das crianças, as quais comunicaram através das fotografias os espaços de sociabilidade da infância do campo, bem como inseri-las como colaboradoras na criação de ferramentas metodológicas na pesquisa. Nesta direção, as crianças fotografaram os espaços entorno da escola, sinalizando através de narrativas os espaços de brincadeiras, de lazer, trabalho e vida no campo. A Sociologia da Infância é base teórica deste estudo, pois permitiu compreender as crianças como atores sociais, que reinterpretam e reinventam o contexto social e cultural em que vivem, a partir de suas necessidades e de seus interesses (CORSARO, 2011). A inclusão das crianças traduz a descentralização do papel do pesquisador como centro dos processos investigativos, sinalizando-as como atores e não objetos da pesquisa (ALDERSON, 2005). A etnografia com crianças é tomada como base metodológica, permitiu a aproximação da realidade das crianças a partir dos contextos que elas ocupam e interação com seus pares. Esta metodologia, além da rigorosidade na coleta de dados, sinaliza a flexibilidade de revisar e aprofundar outros caminhos teóricos e ferramentas metodológicas, algo relevante quando realizamos ações investigativas com crianças. (GRAUE; WALSH, 2003). A Roda de Diálogos, como ação metodológica neste estudo, caracterizou-se pelo diálogo profundo com as crianças sobre aquilo que foi observado e registrado por meio de narrativas a interpretação da cultura local (THUM, 2009). Com isso as fotografias foram subsídios potentes para pensarmos em conjunto com o campo de estudos da Sociologia da Infância a potência das crianças como colaboradoras ativas da investigação, transcendendo ao olhar estático de uma determinada situação ou vivência, mas como ferramenta que dialoga, discute e aponta reflexões quando aliada a voz e a vez das crianças em contexto de ações investigativas.

Palavras-chave: Etnografia com Crianças. Crianças. Fotografias.

E3T7 - A INFÂNCIA E AS IMAGENS: O CINEMA COMO PRODUTO DA INDÚSTRIA CULTURAL

Elisangela Brum Cardoso Xavier
Universidade Federal de Lavras (UFLA)
elisbrumx@gmail.com

Este trabalho é parte de um projeto de dissertação sobre a infância no cinema e suas ressonâncias em uma perspectiva educacional contrária a barbárie, que está sendo desenvolvido junto a um projeto de extensão em interface com a pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Lavras - MG. O projeto busca analisar criticamente as imagens da infância presentes em dois filmes, “Na idade da inocência” (1976), do cineasta francês F. Truffaut e “Minions” (2015) de Pierre Coffin e Kyle Balda. Tal análise toma como categoria chave o conceito de indústria cultural e seu objetivo geral é problematizar as vivências de infância mobilizadas por estes filmes e reconhecer como elas dialogam com uma perspectiva educacional crítica e, ao mesmo tempo estética. Esta comunicação é uma parte do projeto de dissertação e tem como objetivo apresentar o conceito de indústria cultural apontando o cinema como um dos seus objetos de exploração e identificar a relação estabelecida entre a infância e as imagens com suas possíveis implicações na formação das crianças. Adorno e Horkheimer cunharam o termo Indústria Cultural e atualmente é possível perceber que ela está tão imbricada à sociedade que é difícil pensar em algo que não faz parte dela. O cinema, como um dos seus objetos de exploração, divulga a cada dia um número maior de imagens e tem sido uma forma de entretenimento muito utilizada no Brasil. Assim as crianças passam a ser um dos alvos principais da Indústria Cultural que vê nelas, consumidores e seguidores em potencial. O referencial teórico baseia-se nos autores da teoria crítica, em especial Theodor Adorno. Quanto às primeiras conclusões, este trabalho aponta que em meio a toda essa exposição, as crianças não saem ilesas dessa situação: as imagens cinematográficas estariam contribuindo para o enfraquecimento da infância, para o retorno da ideia de criança como adultos em miniatura, para a perda da oportunidade de vivenciar situações que proporcionem o desenvolvimento da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e da liberdade de expressão e de um olhar crítico.

Palavras-chave: Crianças - Formação - Teoria Crítica

E3T3 - OLHARES DAS CRIANÇAS SOBRE SUAS CIDADES: REFLEXÕES SOBRE APORTES METODOLÓGICOS

Cristina Laclette Porto
CIESPI/PUC-RIO

crisportociespi@gmail.com

Irene Rizzini

PUC-RIO/CIESPI

irizzini.pucRio.ciespi@gmail.com

A questão da participação infantil torna-se alvo de discussões e estudos sistemáticos a partir da ratificação da Convenção dos Direitos da Criança (Nações Unidas, 1989), e, no Brasil, a partir da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990). O direito à participação se desdobra em vários outros aspectos, como o direito a se expressar livremente, demandando respeito às vozes e pontos de vista infanto-juvenis (RIZZINI e TISDALL, 2012). No entanto, mudanças efetivas de compreensão e de atitude frente aos “novos” sujeitos de direitos fazem-se lentas e quase ainda inexistentes em muitos espaços onde as crianças habitam. Tendo em vista esse cenário, o CIESPI/PUC-Rio empenha-se, há anos, em desenvolver atividades que apostam no encontro e que envolvem a criação coletiva de mapas, objetos lúdicos, exposições, entre outros. A proposta deste texto é apresentar o caminho percorrido em dois projetos: o primeiro em parceria com a Universidad del Sur, em Baía Blanca, Argentina, e o segundo, com a Escola Municipal Luiz Delfino, no Rio de Janeiro. O resultado desses processos aproxima-se do que apontam os estudos de Kramer (2002); Jobim e Souza & Rabello de Castro (2008) e Pereira (2015) sobre o que as pesquisas com crianças e não sobre ou para elas devem envolver. Em ambos os casos, a fotografia e o vídeo foram utilizados como recursos privilegiados para ouvir e registrar o que as crianças sentem e pensam sobre a cidade em que vivem. O objetivo é mostrar de que modo a metodologia utilizada favoreceu a criação de elos entre pesquisadores, professores e crianças e garantiu que o inesperado acontecesse.

Palavras-chave: Escuta de Crianças; Participação Infantil; Fotografia; Vídeo; Metodologia

E3T10 - O DESENHO INFANTIL ENQUANTO REPRESENTAÇÃO DO MUNDO EXTERNO DA CRIANÇA

Gerônimo Coelho Pinheiro

geronimo2015pinheiro@hotmail.com

Carla Guedes de Oliveira

carlinha.guedes25@hotmail.com

Sislândia Maria Ferreira Brito

Universidade Regional do Cariri-URCA

sislandiabrito@gmail.com

O presente estudo é fruto de discussões e reflexões levantadas no Grupo de Estudos e Pesquisas em Ensino de Artes na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental da Universidade Regional do Cariri – GEPEANAINF, acerca do desenho da criança, e sua importância para o processo de aprendizagem. Vale ressaltar que o desenho infantil sofre grandes influências do mundo externo, haja vista que o mesmo é elaborado e construído pela criança a partir de suas percepções do que a cerca. O trabalho tem como objetivo compreender e analisar a interferência do meio externo no desenho da criança, ressaltando sua importância para o desenvolvimento cognitivo e pessoal da mesma. Como metodologia de organização deste trabalho, para entender o objeto em estudo utilizamos a pesquisa bibliográfica pautada nos autores, Iavelberg (2008) Fischer (2007) entre outros. Foi possível perceber que o desenho da criança é um dos meios pelo qual ela expressa seus sentimentos e sua percepção de mundo, a partir de sua interação com a cultura em que vive socialmente. Assim concluímos que o desenho é indispensável para o desenvolvimento intelectual da criança.

Palavras-chave: Criança. Desenho. Meio Externo

E3T17 - LIMIARES E IMAGENS DAS INFÂNCIAS NA/DA NATUREZA

Tereza Cristina de Oliveira

achadouro@gmail.com

Ivan de Matos e Silva Junior

ivan.matos@ifba.edu.br

Leonardo Rangel dos Reis

leonardorangellreis@gmail.com

Instituto Federal da Bahia – IFBA

Liege Maria Sitja Fornari

O presente trabalho faz parte de uma pesquisa maior intitulada *Imagens da natureza no jardim de Infância (em desenvolvimento)*, cujo objeto de estudo é “imagens da natureza em uma turma de crianças do jardim de infância, em uma escola pública da cidade de Salvador-Ba”. O nosso objetivo, neste trabalho, é trazer como recorte da pesquisa supracitada, a polissemia das expressões “Imagens da natureza” e “Crianças no jardim de infância”, com o fito de ampliar as discussões e o embasamento teórico que inicialmente desenha o objeto de estudo proposto. Para tal empreendimento seguimos a orientação da abordagem qualitativa e da pesquisa bibliográfica, ancorada na mirada fenomenológica e hermenêutica, por permitir a incursão ensaística na discussão das expressões polissêmicas assinaladas. Para tanto, adotamos a expressão *imagem/cena* como dispositivo formativo da narrativa, então, ao longo do texto quatro *imagens/cenas* foram apresentadas, entre notas, como *liminaridade textual* para nos aproximarmos de alguns modos de subjetivações contemporâneos que estão diretamente implicados na tessitura do objeto de pesquisa, a saber: nota 1, *imagens - o par criança-infância*; nota 2, *imagem de saberes escolares e crianças*; nota 3, *imagem - a criança e a natureza*; nota 4, *imagem - saberes e sabores desde a infância*. As *imagens sobre a natureza na infância* são mediadas, em grande parte, pela escola e interfere nos processos de demarcação e negociações simbólicas das crianças com os espaços que circulam. Nesse horizonte, ao apropriar-se da natureza, a criança não apenas compreende os conteúdos repassados pela escola desde o jardim da infância, mas também aprende a situar-se existencialmente. Dentre os resultados, temos que: tanto as *infâncias quando à natureza* são controladas e vigiadas no ambiente das cidades. A *pólis “floresce”* através do controle exercido na natureza e nas crianças. Contudo, parece que a educação infantil ainda guarda traços e lembranças de um momento em que o saber se dá através do atrelamento e pertencimento dos sentidos, possivelmente pelo fato das *infâncias e natureza* portarem certa cumplicidade, de estarem indissociavelmente ligadas, de se co-pertencerem. Palavras-chave: *Imagens da natureza. Jardim de Infância. Crianças. Infâncias. Crianças no jardim de infância.*

E3T20 - AS CRIANÇAS E AS IMAGENS DA RAÇA/ETNIA: UMA DISCUSSÃO DO PONTO DE VISTA DA CULTURA DE PARES NA ESCOLA

Nara Maria Forte Diogo Rocha

naradiogo@hotmail.com

Maria de Fátima Vasconcelos da Costa

dphatyma@gmail.com

UFC

Discute-se representações de crianças sobre elas mesmas, bem como a produção de imagens sobre raça/etnia na composição do Brasil e na contemporaneidade global produzidos em situação pedagógica bem como na cultura de pares. É parte da tese de doutorado da autora, sobre como crianças significam, na cultura de pares, os saberes transmitidos pela escola sobre a tematização da questão étnico-racial. As perspectivas teóricas adotadas são os Estudos Culturais, os Estudos Pós-coloniais e as Epistemologias do Sul, bem como a Sociologia da Infância e a Psicologia Histórico-Cultural. Considera-se que as crianças produzem cultura em autonomia relativa aos adultos. Raça/etnia são entendidas como produções discursivas engendradas na colonialidade do poder. Metodologicamente trata-se de estudo de caso de cunho etnográfico realizado em uma escola particular de educação infantil e ensino fundamental da cidade de Fortaleza-CE com 22 crianças (11 meninos e 11 meninas) entre 6 e 8 anos, entre a educação infantil V e o 1 ano. O corpus foi constituído dos diários de campo e videografações das atividades lúdicas e pedagógicas realizadas pelas crianças, bem como de entrevistas transcritas (famílias e funcionários da escola). Na reprodução interpretativa as crianças utilizam elementos da produção semiótica a que tem acesso, relacionando-os de modo inusitado para o adulto. As divergências entre adultos e crianças sobre a percepção étnico-racial que elas fazem de si mesmas são uma brecha através da qual se pode perceber os efeitos do racismo uma vez que crianças negras ou não valorizaram o fenótipo branco. A rejeição da criança em identificar-se com o fenótipo percebido pelos outros, expôs mais ainda a rejeição dos atributos do fenótipo negro, constantemente depreciados. As discussões em torno das representações sobre o escravo e o africano, das relações entre Brasil e África e a questão de gênero sobreposta à da raça/etnia apontam a invisibilidade seletiva do negro como categoria para a compreensão

dos significados das crianças a respeito das questões étnico-raciais. Por fim, os posicionamentos das crianças variaram entre a identificação positiva com a cultura indígena e europeia em detrimento da cultura negra/africana, reproduzindo interpretativamente os paradoxos percebidos no modo como a cultura africana é transmitida na escola e na sociedade brasileira.

Palavras-Chave: Raça/etnia, crianças, Lei 10.639/03.

E3T4 - PERTENCIMENTO ÉTNICO-RACIAL DE CRIANÇAS PRÉ-ESCOLARES: QUEM SOU EU E QUEM É O OUTRO?

Cristina Teodoro Trinidad

UNILAB

cris.teodoro@outlook.com.br

No Brasil, a forma como crianças pré-escolares explicitam seus pertencimentos étnico-raciais é um tema pouco pesquisado. Nesse sentido, a comunicação visa apresentar alguns dos resultados encontrados com o desenvolvimento da pesquisa de doutorado “Identificação Étnico-racial na voz de Crianças em Espaços de Educação Infantil”, finalizada em 2011 no Programa de Pós-graduação em Psicologia da Educação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Crianças entre 4 e 5 anos de idade foram os sujeitos do estudo, que objetivou compreender: a) se – e como – as crianças em idade pré-escolar compreendiam a identificação étnico-racial; b) os critérios que empregavam para tal; e c) a forma por meio da qual essa identificação era explicitada. A pesquisa qualitativa foi utilizada a partir da abordagem etnográfica e, teve como foco, captar a voz das crianças por meio da observação participante, conversas informais e contação de histórias – com e pelas crianças. O referencial teórico foi constituído com base em três abordagens: 1) as teorias acerca da identificação étnico-racial, em especial aquelas que consideram a raça uma construção social; a proposta sócio-histórica da Psicologia, com particular atenção às categorias “sentido” e “significado”; e 3) a concepção proposta pela Sociologia da Infância, segundo a qual a criança é um ator social legítimo e de direito, que produz símbolos, representações e crenças que contribuem para suas próprias culturas. Entre outros resultados aferidos, destacam-se os seguintes: as crianças já haviam se apropriado de

conceitos sociais e culturais, particularmente aqueles que atribuem sentidos e significados negativos aos membros pertencentes ao grupo negro e, de forma positivada, aos membros do denominado grupo branco. Aspectos preconceituosos e racistas foram observados no âmbito do verbal, no entanto, não se constatou o ocorrido nas relações estabelecidas entre as crianças. O corpo – constitutivo e constituinte da identidade - era fator de negação, particularmente daquelas crianças que se identificaram como pertencentes ao grupo étnico-racial negro.

Palavras-chave: Crianças. Educação Infantil. Corpo. Pertencimento Étnico-racial. Identidade étnico-racial.

E3T5 - O UNIVERSO INFANTIL EM “STEVEN UNIVERSO”: INTERSECÇÕES DE SEXUALIDADE E RAÇA EM GARNET

Débora Cristina de Araujo
UFES
debbora.a@hotmail.com

Os artefatos para a infância distribuídos ou produzidos no Brasil foram, historicamente, marcados por trajetórias eurocêntricas e colonizadoras. Via de regra, a diversidade que compõe a população brasileira não se fez/faz presente nas produções destinadas ao público infantil, seja ela escrita, televisiva, musicada ou artística de um modo geral. No tocante aos desenhos animados, tal contexto revela um campo de disputa injusto em que de um lado iniciativas nacionais de valorização das diversidades, com orçamentos baixos e pouca condição de concorrência, buscam brechas de competitividade contra corporações estrangeiras, verdadeiras indústrias de entretenimento estandardizado. São elas que dominam quase que a totalidade dos canais de televisão e da internet, restando ao público “cativo” e em construção de sua identidade a assunção de modelos padronizados de ser e de estar no mundo. E nessa lógica, quando algumas exceções conseguem romper com representações cristalizadas de identidades, há uma comoção simbólica, constatando a necessidade de interpretação de como tais exceções atuam no público infantil. Embora os limites deste estudo não permitirão uma imersão no campo da receptividade, o que se pretende apresentar são indicadores de que as exceções têm possibilitado novas reflexões

sobre os caminhos para os artefatos infantis. Para tanto, analisará a personagem Garnet, do desenho animado “Steven Universo”, como um “tipo ideal” de exceção à regra identitária. Garnet é uma Crystal Gem, uma guerreira intergaláctica que, junto com outras Gems e Steven, luta para proteger o planeta Terra. Dentre as características humanoides que todas as Gems possuem está o sexo: são todas mulheres e com poderes diversos, oriundos de pedras preciosas mágicas que fazem parte de seus corpos. Mas Garnet diferencia-se por ter duas pedras e uma corporeidade que demarca questões de raça e de sexualidade: sua força física aliada a sua sensibilidade e equilíbrio colaboram para a representação de uma das primeiras personagens negras e lésbicas retratadas positivamente em desenhos animados no Brasil. É nessa intersecção de identidades que o presente texto explorará, sob referenciais Decoloniais e dos Estudos Culturais, a construção desta personagem e as possibilidades de interpretação do universo de Steven.

E3T6 - PONTO DE VISTA: A CÂMERA FOTOGRÁFICA E A PRODUÇÃO DE SIGNIFICADOS PELAS CRIANÇAS

Débora de Lima do Carmo

PUC-Rio

deboralimacarmo@yahoo.com.br

O presente artigo busca evidenciar as significações das crianças em seus registros imagéticos que falam de seu lugar enquanto sujeitos produtores de cultura dentro da circularidade e interdependência prática-teoria-prática fundamentado em teóricos como Corsaro, Benjamin, Vygostky afirmando o atravessamento de diferentes campos do conhecimento para se pensar sobre os estudos da infância. Tudo começou de maneira despreziosa. Um grupo de 12 crianças entre 4 e 5 anos de idade de uma creche particular localizada no bairro Recreio dos Bandeirantes da cidade do Rio de Janeiro. Sou professora há sete anos nesta escola. O caderno de registro e a câmera fotográfica tem sido grandes companheiros em minha trajetória de professora pesquisadora da própria prática. Afirmativa que se embasa nos pressupostos freirianos de que ensinar exige pesquisa e que, portanto, estamos continuamente na busca a partir das indagações colocadas pelo cotidiano. Levava a câmera para onde ia e registrava os momentos das crianças. A câmera era um

artefato potente para me ajudar a desvelar os processos de aprendizagens das crianças. Neste movimento, as crianças atentas, começaram a pedi-la para olhar o mundo por outro dispositivo. Tantos olhares, desejos e interesses registrados que davam a cada foto identidade. A repetição de temas, por exemplo, me trouxe indagações. O que será que ela viu ali? Que leituras estão fazendo do mundo? O que esta foto pode nos contar sobre a criança? Cada foto me revelava a subjetividade da criança. Quantas redes de significações estavam sendo construídas a partir desses registros! Apesar dos avanços no campo legal e teórico no atendimento à primeira infância, vivemos historicamente práticas escolares para a educação infantil a partir das lentes do ensino fundamental. Neste sentido, a criança até 5 anos é alguém a ser preparado por um modelo pedagógico arquitetado a partir do ponto de vista do adulto. Com sua curiosidade embotada, as crianças, que vivem o mundo do lado de fora da escola sem os véus que o adulto lhe impõe, circulam entre as práticas culturais criando suas redes de significados. Como significam o que vêem? Esta pergunta feita pelo adulto só é possível ser respondida pelos sujeitos narrativos: a criança!

Palavras-chave: Criança; fotografia; escola; significações, narrativas

E3T12 - DESENHOS DE CRIANÇAS RIBEIRINHAS: REPRESENTAÇÃO DO LUGAR DE VIDA

José Camilo Ramos de Souza

Centro de Estudos Superiores de Parintins/Universidade do Estado do Amazonas

cramosdesouza@hotmail.com

Na beira do rio Amazonas os estudantes (crianças) das escolas ribeirinhas, vivem a geografia cotidianamente nos seus afazeres comunitários, onde passam a dar significados ao que aprendem, contextualizando com a própria realidade vivida. Em cada meandro, em cada erosão fluvial, em cada banco de areia que surge ou desaparece no meio do rio, representa a base da aprendizagem na vivência diária e nos ensinamentos escolares, de quem vive a complexidade do lugar. Essa complexidade se apresenta nas relações socioambientais, socioeconômicas e socioculturais, passíveis de representações gráficas ou cartográficas, pelas mãos de que escreve a sua própria história de vida, pela qual exponencial a forte presença do urbano em cada comunidade. Navegando nessas paragens

ribeirinhas e adentrando nas suas complexidades objetivou analisar a compreensão que as crianças das escolas ribeirinhas possuem do seu lugar de vida, a partir das representações gráficas ou cartográficas. Os caminhos trilhados para atender o que se objetivou estão alicerçados na fenomenologia (MERLEAU-PONTY, 2006) para entender as materializações gráficas das crianças (estudantes ribeirinhos) do lugar vivido. Os estudantes foram convidados a desenhar mapas dos lugares percorridos por eles na comunidade e nas suas viagens até a cidade; para desenharem foi proposto atividades de questões abertas e respostas; tinham que materializar ou representar suas respostas de formas gráficas e cartográficas; outro procedimento adotado foi às rodas de conversas para adentrar no universo da comunidade, tendo como base as histórias de pescarias, visagem e de encantados, oportunizando compreender as relações de companheirismo e vivência coletiva. A base fundante dessa leitura compreensiva está em Nogueira (2014); Almeida (2014 e 2003); Claval (2010); Dardel (2011); Heller (2004); Tuan (1983 e 1980). A reflexão analítica permitiu construir leitura do lugar de vida como base de aprendizagem, tanto a escolar como as oriundas das percepções de quem vive e aprende com quem aprendeu fazendo e ensina fazendo (pais das crianças/estudantes), os quais se traduzem em fortalecimento do sentimento de pertença por ser ribeirinho de várzea ou de terra firme, onde o urbano se faz presente. Ser ribeirinho é saber usar o rio como caminho de vida.

Palavras-chave: Amazonas. Parintins. Crianças. Mapas.

E3T18 - PENSAR A INFÂNCIA NEGRA A PARTIR DO DISCURSO DO ADULTO: ESTABELECIMENTO DE ESTEREÓTIPOS E CONCEPÇÕES

Leticia Silva Ferreira

UFLA

leticiaas1982@gmail.com

A presente comunicação se propõe a discutir as representações que as meninas negras fazem de si a partir de suas vivências e experiências com os discursos, imagens, brinquedos e referenciais de beleza que as cercam. Há recorrentes discursos de aceitação das diversidades, porém, no Brasil, por sua história assentar-se em uma herança colonial patriarcal e escravista, observa-se a pouca ou não representação feminina negra em alguns

segmentos, principalmente na indústria cultural, o tem gerado algumas polêmicas passíveis de análises mais consistentes. Com as crianças, em especial com a menina negra, a questão não tem se mostrado diferente. Após a visualização de uma postagem feita em uma rede social, que “aparentemente” pretendia demonstrar a indignação de alguém por não ver a representação de uma menina negra em um artigo escolar, partiu-se para a análise do que tal imagem e comentário a ela relacionado poderia estar de fato evidenciando com a seguinte problematização: Como as meninas negras da contemporaneidade têm sido levadas a refletirem suas existências a partir do que ouvem e vêem produzidos acerca de si? Apoiando-se teoricamente nas concepções de infância, indústria cultural, sociologia da infância e história da mulher no Brasil conclui-se que as meninas negras encontram-se muito vulneráveis às opiniões e imposições do mundo adulto, ainda são aquelas que não falam, apenas aquelas das quais se falam.

E3T21 - GÊNERO E A EDUCAÇÃO DA PEQUENA INFÂNCIA: IMAGENS DE PRÍNCIPES E PRINCESAS SOB A ÓTICA DAS CRIANÇAS

Nathalia Chacão Gabriel
UNIFESP
nachacao@gmail.com

Este trabalho, baseado em uma pesquisa de mestrado, analisa as representações de gênero a partir das imagens das literaturas infantis buscando compreender como as/os meninas/os aprendem o que é ser mulher e o que é ser homem em nossa sociedade. A pesquisa tem como objetivo compreender como as crianças aprendem o que é ser mulher e o que é ser homem em nossa sociedade e como aprendem o significado do masculino e do feminino por meio das literaturas infantis de príncipes e princesas. Busca ouvir as vozes de meninos e meninas e procura compreender o que elas pensam sobre estas temáticas. A partir da problematização das expectativas de gênero presentes nas mensagens das literaturas infantis, no contexto educativo de creches e pré-escolas da rede municipal de Guarulhos – SP busca-se refletir sobre os processos de normatização de gênero na infância e a ressignificação dessas normas pelas próprias crianças. Possui como referencial teórico a Sociologia da Infância, os Estudos de Gênero e Feministas e os Estudos sobre literaturas

infantis que problematizam os processos de generificação nas propostas educativas das crianças pequenas em instituições de Educação Infantil. Pesquisas alertam para o gendramento da infância através dos livros infantis e revelam a presença e manutenção dos estereótipos de gênero e atitudes de submissão das mulheres em relação à dominação masculina nas literaturas infantis. Denunciam como os estereótipos de gênero tradicionais ainda estão muito presentes nessas obras contemporâneas expondo a maternidade, o casamento e a dependência masculina associadas às figuras femininas. Já questões como o livre-arbítrio para se manifestarem nos cenários públicos, a coragem e a virilidade foram vinculadas às figuras masculinas, trazendo conteúdos tradicionalmente estereotipados. Apresenta também literaturas infantis subversivas que revelam outras formas de identidades de gênero. As literaturas infantis se apresentam com uma ferramenta interessante para análise e estudo das relações de gênero na infância e também podem oferecer estratégias pedagógicas para contribuir para a meta de igualdade de gênero. A Sociologia da Infância contribui com a formação do paradigma de que as crianças são atores sociais e que constroem suas vidas e a sociedade na qual vivem a partir de uma perspectiva própria e não da reprodução da vida adulta. A criança tem, então, um status social próprio independentemente de seu futuro como adulto, e a partir de sua interação com seus pares e com o mundo que a circunda desenvolve sua própria cultura. Este trabalho pretende contribuir ressaltando a importância de refletir criticamente os modelos de identidade de gênero e dos códigos de comportamento representados nas imagens e textos das literaturas infantis para as crianças pequenas.

Palavras-chave: gênero; educação Infantil; literaturas infantis

**E3T26 - OS “ESPAÇOS INVISÍVEIS” EM INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO
INFANTIL: VIVÊNCIAS E EXPERIÊNCIAS ESTÉTICAS PARA A PEQUENA
INFÂNCIA**

Maristela Pitz dos Santos
prazerdeler@hotmail.com

Silvia de Amorim
silviade.amorim@gmail.com

FURB

Este texto objetiva dar visibilidade a ações desenvolvidas em duas instituições de educação infantil, uma no município de Blumenau e outra no município de Gaspar, as duas no estado de Santa Catarina, são ações realizadas no que denominamos de “espaços invisíveis”. O espaço é resultado de uma construção social como nos apresenta Horn (2004), portanto um local que promove interações e pode possibilitar brincadeiras dentro de uma instituição de educação infantil. Segundo Gandini (1999) o espaço, quando olhado e organizado cuidadosamente pode ser considerado mais um educador. Os espaços, que aqui consideramos invisíveis são aqueles dificilmente explorados pelos professores, como os corredores, refeitórios e banheiros que são vistos muitas vezes apenas como locais de passagem e de realização de rotinas associadas ao cuidado do corpo, não percebendo que um olhar mais cuidadoso para estes espaços pode contemplar o princípio estético apresentado nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI, 2009). Assim, os banheiros, os refeitórios, o hall de entrada, podem deixar de ser “espaços invisíveis” e se tornarem ambientes vivos, possibilitando novas formas de interação e quiçá potencializadoras de outras subjetividades relacionadas à sensibilidade e ao cuidado de si e do outro. Partimos do princípio de que nenhum espaço é neutro, portanto consideramos os espaços das instituições de educação infantil como componentes do currículo, nestes espaços pode-se potencializar vivências e experiências que geram aprendizagens. Neste texto apresentamos as ações realizadas nos banheiros, refeitório e corredor das instituições, citadas acima, com vistas a tornar estes espaços ambientes estéticos e assim, dar potencia as ações das crianças. O aporte teórico que sustenta este texto esta ancorado nos estudos da Sociologia da Infância e nas discussões acerca do Currículo oculto. Cabe registrar que as duas instituições de educação infantil, foco deste texto, são lócus do PIBID/FURB subprojeto Educação Infantil e nelas atuam 11 bolsistas de iniciação à docência e duas supervisoras que tem proposto ações de modificação dos “espaços invisíveis” a partir do que tem aprendido com as professoras das instituições e com a escuta atenta às crianças e as intenções destas nos espaços. Como resultado nota-se que as crianças têm percebido as modificações nestes locais e expressado sua alegria ao ver o espaço “mais bonito” como elas afirmam.

Palavras chaves: espaço, ambiente, currículo, crianças, infâncias.

E3T31 - CRIANÇAS NA RÁDIO: UMA EXPERIÊNCIA DE AUTONOMIA E VISIBILIDADE

Fernanda de Azevedo Milanez

UERJ

milanez21@gmail.com

Este texto traz um recorte da dissertação que apresentou um estudo sobre experiências infantis na produção, recepção e apresentação de um programa radiofônico feito com e para crianças, durante o período de quinze anos de sua veiculação. Com o objetivo de trazer para o debate o que pensavam as crianças sobre o programa que faziam e ouviam no contexto de uma emissora comunitária, o trabalho pretendeu também refletir sobre os sentidos da produção infantil contemporânea e de experiências culturais e sociais das crianças, especialmente sua participação e intervenção na mídia local. Para o desenvolvimento da pesquisa, a autora contou com o aporte teórico de Mikhail Bakhtin e, a partir de suas concepções, foi sendo construída uma metodologia que garantisse um olhar exotópico para o programa de rádio, buscando um afastamento do lugar da até então radialista, para o lugar da pesquisadora que se inaugurava, uma vez que o programa manteve sua veiculação durante este estudo. Ainda como opção teórico-metodológica, contou com a filosofia de Walter Benjamin para que a história da rádio e a história do programa infantil fossem contadas pelas pessoas – adultos e crianças – que fizeram parte deste contexto, por meio de suas memórias e não por relatos oficiais da emissora. Como estratégia inicial, buscou-se a escuta setenta e sete áudios dos programas e, em seguida, o contato com os interlocutores da pesquisa: três adultos que apresentam seus programas na rádio comunitária, três jovens moças que participaram do programa infantil quando eram crianças e dez crianças que produziam e apresentaram os programas durante o desenvolvimento da pesquisa. Algumas colheitas da pesquisa apontaram para uma percepção de infância onde foi reconhecida a participação, a atuação e a posição da criança na sociedade onde vive e produz cultura, demarcando seu lugar político e público; um olhar sobre como as crianças compreendem e fazem uso de convergências entre as mídias e redes sociais, em particular o facebook, o google, whatsapp e o rádio, retroalimentando-as; observou-se o trânsito fluido

entre crianças e adultos, onde a formação e o aprendizado da técnica foram compartilhados; onde relações sociais foram estabelecidas entre estes atores. Neste caso, alterou-se uma fronteira demarcadamente reconhecida para crianças, cujo espaço legítimo dentro do enclausuramento da infância, seria a casa ou a escola, tutelados por adultos. Na rádio, a horizontalidade da fala foi vivida.

Palavras-chave: Rádio e crianças. Rádio Comunitária. Pesquisa com crianças. Infância. Crianças

E3T32 - A EXPRESSIVIDADE “FORA DE HORA E DE MODO” DE CRIANÇAS NA ESCOLA E SEUS SENTIDOS: UM ESTUDO EM ESCOLAS PÚBLICAS E PRIVADAS DO RIO DE JANEIRO

Isa Kaplan Vieira

UFRJ

i.kaplanvieira@gmail.com

As ações de crianças que se dão de forma distinta da esperada no espaço escolar são vistas por diversos autores como formas de resistência e oposição (Guirado, Raby, Giroux). Entretanto, para além da ideia de oposição, podemos pensar nestas ações como modos de expressão de si, que dizem também da criatividade e de uma cultura de pares a que o educador frequentemente tem pouco acesso. Winnicott nos ajuda a compreender tal expressão através da concepção de espontaneidade, criatividade e agressividade. Em alguns momentos não esperados de brincadeira, a espontaneidade parece se apresentar mais, colocando em cena impulsos, afetos e desejos que são afirmados a despeito daquilo que demandam e esperam os educadores. É frequente o destaque nos estudos, dentro da categoria de indisciplina, da famosa “brincadeira fora de hora”. Entretanto, pouco se encontra na literatura acerca da visão das crianças, sentidos e afetos que estas conferem a tais momentos. Assim, foi realizada uma pesquisa de campo buscando apreender alguns dos sentidos mais destacados pelas crianças sobre o tema. A pesquisa empírica consistiu na realização de 11 oficinas no total, com turmas de 2º a 6º ano em três escolas (duas municipais e uma privada), além de observação de documentos de registros de ocorrência destas escolas e uma estadual. As oficinas tiveram como proposta a realização de desenhos

coletivos acerca do que imaginaram que teria acontecido na situação relatada no registro “os alunos fizeram gracinhas e os outros riram”. Entre os resultados da pesquisa, destacamos a percepção de que a bagunça, as piadas, zoações e brincadeiras corpóreas (empurrões, beliscões, tapas) são tema de grande importância para as crianças tanto da escola privada quanto das públicas pelos aspectos de diversão, criatividade, imaginação e interação neste ambiente, que demonstram valorizar bastante - mas também por aspectos de mal-estar, que se referem à dificuldade de traçar acordos básicos entre pares. Entende-se que estas ações carregam um potencial de assinalar a distância de muitos em relação às trajetórias e sentidos escolares “oficiais” (Marsh et al.) e a importância de outros investimentos, mais próximos do interesse destes, construindo modos próprios de fruir e dar sentido à vida escolar. Aponta-se também que tais construções por vezes tornam visível a enorme dificuldade de diálogo e formulação de acordos e sentidos comuns entre todos na escola.

E3T33 - BELEZA E CONSTRUÇÃO DO CORPO EM NARRATIVAS DE CRIANÇAS FREQUENTADORAS DE SALÕES DE BELEZA

Vanessa Ponte

UNICAMP

nessaponte@gmail.com

Esta proposta de comunicação é fruto de uma pesquisa de doutorado em andamento, cujo foco está na construção da imagem corporal de crianças na faixa etária entre 6 e 12 anos, frequentadoras de salões de beleza em Brasília. Partindo do princípio de que a criança é produtora de cultura, serão priorizadas as narrativas e discursos desses sujeitos, pertencentes a diferentes realidades sociais e econômicas, sobre os processos de construção de sua beleza. Trata-se de um trabalho qualitativo, com conteúdo etnográfico, fundamentado na teoria socioantropológica do corpo. Seu intuito é descrever os sentidos e os significados das vivências das crianças em relação às suas imagens corporais experienciadas em salões de beleza e nos demais espaços de seus cotidianos. Por meio da análise das referidas narrativas, pretende-se compreender as subjetividades, as implicações físicas e emocionais referentes à construção de suas aparências e, sobretudo, o que isso

revela sobre o meio social do qual fazem parte. Seguindo essa linha de raciocínio, na pesquisa de campo em curso, as seguintes questões vêm sendo problematizadas: quais as experiências concretas dessas crianças no processo de construção de suas aparências físicas? Quais os principais estímulos mencionados por elas na busca pela beleza? Qual a relevância disso em suas interações sociais? Numa sociedade na qual um determinado padrão de beleza está intensamente presente em programas e comerciais de TV, processos educativos etc., como as crianças lidam com essa imagem-normatizada? Dialogam? Subvertem? O que isso comunica sobre o contexto social em que estão inseridas? Inspirado em Cohn (2005) Corsaro (1997), Sarmento (2007) e em outros aportes teóricos da sociologia da infância, o trabalho privilegia o protagonismo dos pontos de vistas das crianças, construindo-se, assim, como uma pesquisa feita com elas e não apenas sobre elas. O ensejo é estabelecer uma relação dialógica, desenvolvendo com elas formas colaborativas de construção do conhecimento. O desenvolvimento deste trabalho possibilita vislumbrar temas mais amplos, tais como as relações entre indivíduo e sociedade, exigências sociais e discriminação, cultura e mercado, processos de socialização e construção do corpo infantil. No seminário, pretendo apresentar os dados da pesquisa etnográfica em curso, fomentando uma reflexão sobre a relação das crianças com construção de suas imagens corporais, atentando aos marcadores sociais da diferença: gênero, classe e raça.

Palavras-chave: infância, construção do corpo, exigências sociais

E3T34 - IMAGENS DE INFÂNCIA NAS PROPAGANDAS DA REVISTA PAIS & FILHOS

Liana Pereira Borba dos Santos

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

lianaborba@gmail.com

Este trabalho tem por objetivo contribuir para o levantamento e a análise das imagens de infância divulgadas nas propagandas da revista mensal Pais & Filhos no período de 1968 a 1989. Pais & Filhos, lançada em 1968 pela Bloch Editores S.A., tinha como proposta editorial discutir aspectos relacionados à infância, à família, à sexualidade, ao comportamento, à saúde e à educação, caracterizando-se em uma das publicações

periódicas de maior longevidade do mercado brasileiro (MIRA, 1997). No período pesquisado, Pais & Filhos se inseria no contexto mais amplo de discussão do lugar social da criança como sujeito, cidadã e detentora de direitos, articulada às mudanças experimentadas também no âmbito da própria família no Brasil. Esta investigação se relaciona aos estudos de Nóvoa (2002) e Caspard-Karydis (2005) que têm a imprensa periódica como objeto de pesquisa e fonte privilegiada de acesso aos agentes sociais, sinalizando para as práticas educativas empreendidas em espaços para além do âmbito escolar. Por outro lado, revistas ilustradas como Pais & Filhos atuam como meio de divulgação dos discursos publicitários, que configuram objetos de investigação de variados campos científicos (BURKE, 2004). Nessa perspectiva, ganham centralidade as questões: Como a infância é apresentada nas imagens das propagandas veiculadas na revista Pais & Filhos? Quais produtos são indicados para este público? Examinaram-se 45 exemplares do periódico, consultados na Fundação Biblioteca Nacional - FBN, localizada na cidade do Rio de Janeiro. Notou-se a presença constante de anúncios de produtos como brinquedos, mobiliários e peças de vestuário, em que prevalecia a segmentação relacionada ao gênero; produtos culturais como livros, discos e eletrônicos; material escolar, cujos anúncios contribuem para a disseminação da representação de infância escolarizada; produtos médico-higiênicos, como fraldas descartáveis e remédios; produtos alimentícios, como leites, achocolatados e farinhas lácteas, que remetiam à determinada imagem de criança saudável e feliz. Conclui-se que os anúncios publicitários divulgados em Pais & Filhos contribuíram para a promoção do consumo e, de forma concomitante, divulgaram modos de ser criança em circulação na sociedade brasileira no período pesquisado, acionando o imaginário social, ao retomar valores e tradições culturais por meio de múltiplas estratégias e recursos textuais e imagéticos.

Palavras chave: Imprensa – Propaganda – Infância

EIXO 4 - POLÍTICAS E DIREITOS DAS CRIANÇAS

E4T1 - PARTICIPAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NAS TAREFAS DOMÉSTICAS

Adriana de França Drummond

PPG em Ciências da Reabilitação, Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia

Ocupacional, UFMG

drummond@ufmg.br, adfdrummond@gmail.com

Marisa Cotta Mancini

PPG em Ciências da Reabilitação, Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia

Ocupacional, UFMG

mcmancini@ufmg.br

Ana Maria Rabelo Gomes

PPG em Educação, UFMG

anarabelogomes.bhz@gmail.com

Wendy Coster

Department of Occupational Therapy, College of Health and Rehabilitation Sciences:

Sargent College,

Boston University

Este estudo objetiva investigar a participação da criança e do adolescente nas tarefas domésticas sob três eixos: os fatores preditivos, a importância atribuída e a satisfação dos cuidadores e o processo de aprendizagem da criança e do adolescente. Os dois primeiros foram investigados a partir do ponto de vista dos cuidadores e utilizaram o instrumento Children Helping Out: Responsibilities, Expectations and Supports (CHORES) em entrevista com 109 cuidadores de crianças e adolescentes, de 6 a 14 anos, provenientes de famílias de níveis socioeconômicos diversificados, residentes em Belo Horizonte (Brasil). O terceiro investigou a participação de 13 crianças e adolescentes, sob o ponto de vista deles próprios, utilizando-se de entrevistas semiestruturadas. No primeiro eixo investigativo, os conjuntos de preditores do desempenho nas tarefas domésticas, da assistência dispendida

pelos cuidadores, foram identificados por modelos de regressão múltipla. O desempenho em maior número de tarefas de cuidado familiar, a menor assistência dispendida pelos cuidadores foram evidenciados nas famílias que não têm empregada doméstica mensalista, no grupo de crianças de 11 a 14 anos e naquelas em que as mães não trabalham fora. No segundo eixo investigativo, por meio de metodologia quanti-qualitativa, constatou-se que não existe correlação significativa entre importância e satisfação dos cuidadores com a participação nas tarefas domésticas. A grande maioria dos cuidadores considera muito importante a participação das crianças e adolescentes em tarefas do cuidado doméstico, atribuindo-a, prioritariamente, à futura autonomia da criança e do adolescente na vida adulta. Já a satisfação está mais relacionada com a atitude da criança frente a participação do que com a quantidade de tarefas realizadas. Há uma inconsistência entre o ideário de autonomia futura para os filhos e sua operacionalização no cotidiano. No terceiro eixo investigativo, de natureza qualitativa, observou-se que a participação, em conjunto, de todos os membros da família nas tarefas domésticas é um grande motivador para as crianças e os adolescentes. A falta de oportunidade para realizar as tarefas domésticas e de tempo decorrente da sobrecarga escolar e extraescolares restringem a participação das crianças e adolescentes nas tarefas domésticas. As crianças e os adolescentes aprendem a participar e aprendem a não participar das tarefas domésticas.

Palavras chave: participação, criança, adolescente, tarefas domésticas.

E4T10 - POLÍTICAS PARA INFÂNCIA E A CRIANÇA COMO ATOR POLÍTICO: QUAIS TENSÕES ENVOLVIDAS NESSE ENCONTRO?

Beatriz Corsino Pérez

UFF/Campos

biacorsino@gmail.com

Conceição F. Seixas Silva

UERJ/DEDI

conceicaofseixas@gmail.com

O objetivo deste trabalho é investigar a participação política de crianças no Brasil, problematizar como essa participação é viabilizada em diversos âmbitos da nossa sociedade, e quais os dilemas envolvidos nesse processo. Nas pesquisas e marcos legais

destinados à infância, observa-se um deslocamento do conceito de criança como ser em desenvolvimento (com foco apenas na proteção) para a defesa dos direitos e participação da criança. No entanto, na concretude das práticas, a igualdade política da criança em relação ao adulto ainda está longe de ser vislumbrada. Na escola, na cidade e em outros espaços, a hierarquização dos papéis é traduzida, muitas vezes, na subordinação da criança em relação aos adultos. Além disso, em um país marcado por profundas desigualdades socioeconômicas, as diversas infâncias vivenciam os direitos e a participação de forma também desigual. Encaminharemos a discussão a partir da problematização da lógica desenvolvimentista que toma a criança como indivíduo incompleto e, conseqüentemente, incapaz de participar do mundo público; e da análise do material empírico extraído do “Prêmio Nacional de Projetos com Participação Infantil”, que teve como objetivo valorizar práticas com impactos relevantes para a participação infantil. A fim de eleger o melhor projeto, foi formado dois júris: um com adultos que trabalham e pesquisam na área da infância, e outro formado por crianças com idades entre seis e dez anos. Para este último, foi realizada uma oficina, com cinco encontros de duração, em que elas puderam refletir sobre suas experiências na escola, na comunidade, na família. Analisamos suas reflexões sobre a participação nesses diferentes espaços e como se deu o processo de eleição do projeto premiado. As crianças deram algumas definições para participação vinculadas à ideia de pertencimento: “participar é estar presente”, “é fazer parte de tudo”, é “não ficar de fora”. Além disso, a participação estava articulada a ações voltadas para o mundo comum, como nas definições: participar “é transformar o mundo”, “é cuidar do mundo”. Dessa forma, para o grupo, participar significa ser parte em algo maior e poder recriá-lo, aliando pertencimento e ação criadora. Ao falarem sobre suas queixas em relação aos lugares que frequentam, as crianças nos forneceram sugestões para a sua comunidade, escola, projetos e políticas públicas. Primordialmente, o que se destacou foi a necessidade de espaços que acolham suas falas, demandas e sua participação.

Palavras-chave: infância; participação; política

E4T11 - LENGUAJES SOBRE INFANCIAS, LENGUAJES DE LAS INFANCIAS.

Hacia una cartografía latino-americana

Bibiana Buenaventura

(FLACSO Bueno Aires, Colombia)

bbuenaventurar@gmail.com

María Luz Gómez

(Ciffyh-UNC-Becaria Conicet- Córdoba, Argentina)

luz.lila.gomez@gmail.com

El presente trabajo constituye un primer avance de una cartografía en construcción acerca de los lenguajes desde los cuales se vienen articulando experiencias locales en relación a las infancias y las políticas públicas en Latinoamérica. Partimos de la base del reconocimiento de dos paradigmas centrales que constituyen discursos y experiencias de infancias, por un lado, un paradigma de ciudadanía centrado en la CDN que cada Estado Nacional ha traducido en sus propias leyes de infancias así como en políticas sociales y educativas; y por otro, el paradigma comunitarista que abre otras concepciones sobre la infancia situadas en formas de vida y “sistemas propios” como es el caso de las comunidades campesinas, indígenas, afro, entre otras.

Entendiendo que no se trata de identificar cada uno de los ámbitos propuestos como dicotómico/binario, sino partiendo de que constituyen territorios discursivos habitados por transversalidades y disputas internas; nos interesa relevar algunos estudios críticos sobre cada paradigma y observar qué posibilidades abren con relación a la construcción de infancias. Si bien el paradigma de ciudadanía se instala como ideal alcanzado en la configuración de un sujeto de derechos, también ha sido cuestionado por constituirse en un dispositivo de gobierno de la población vía gobierno de la infancia (Llobet, 2012; Amador, 2009). Asimismo, encontramos señalamientos sobre importancia de no reducir el análisis de las políticas de infancia a verlas como puras técnicas de control o de protección. En ese sentido, se trata de un discurso objeto de disputas (Villalta, 2016). Al dar cuenta del campo de disputas, se nos presenta un entre, es decir, diferentes espacios desde los que podemos remitirnos a distintas prácticas sociales que, con sentidos diversos sobre la infancia, dan cuenta de las posibilidades que estos lenguajes abren cuando son asumidos por actores y sus otras/propias lógicas y prácticas. ¿Qué pasa cuando la idea de participación habilita una lógica de la escucha a la infancia (Altimir, 2010; Gómez, 2016)? ¿se sigue analizando como un dispositivo de control? ¿qué sucede cuando una comunidad asume la educación de la infancia (Sarzuri-Lima, 2014).?

Partiendo de la discusión entre los paradigmas de ciudadanía y el comunitarista, vinculamos desde un ejercicio cartográfico y documental algunas experiencias clave en Colombia y Argentina sobre la participación infantil, que nos permiten dar cuenta de los sentidos con los que cada uno de los paradigmas señalados es apropiado y desde allí, visibilizar desde la misma experiencia nuevas configuraciones del campo y del lenguaje sobre la infancia.

Palabras claves: infancia, políticas, experiencias, participación, lenguajes.

**E4T13 – PRÁTICAS DEMOCRÁTICAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: O PPP
COMO EXPRESSÃO DA “VONTADE GERAL” E “VONTADE COLETIVA” A
PARTIR DAS VOZES DAS CRIANÇAS**

Debora Assumpção dos Santos Rodrigues

UERJ – FFP

deboraassumpcaorj@gmail.com

Este trabalho é parte de uma pesquisa qualitativa, que ainda se coloca como inicial a respeito de uma política pública implementada no município de Niterói-RJ no ano de 2013, denominada MAIS INFÂNCIA, que visa a expansão da Educação Infantil em atendimento às determinações instituídas pelo CONAE e previstas no PNE - 2014. O objetivo da pesquisa é buscar, na implementação desta política, um olhar para a criança como sujeito que é parte e participante da sociedade, e sob esse viés, trazer algumas provocações e reflexões sobre a formulação de uma política pública para a educação infantil que possibilite práticas participativas das crianças. A partir do objetivo exposto, compartilho algumas ideias sobre a gestão democrática na educação infantil, expressa através da elaboração de um projeto político pedagógico vivo e dinâmico, trazendo para a reflexão relatos sobre algumas observações e experiências em uma Unidade Municipal de Educação Infantil, que atende à 85 crianças de 03 a 05 na Região Oceânica de Niterói. Utilizando como aporte teórico os pensamentos dos filósofos Jean-Jacques Rousseau (1712–1778) e Antônio Gramsci (1891-1937) sobre conceitos de vontade geral e vontade coletiva, e de Peter Moss (2009) que nos aponta possibilidades para práticas democráticas na Educação Infantil, proponho uma reflexão sobre a construção coletiva política e social da identidade

da escola contando com participações de coletivos infantis, legitimando as decisões e escolhas das crianças. Embora o sentido da palavra infância esteja historicamente carregado de negatividade, tendo como significado “aquele que não fala”, sob a perspectiva da sociologia das infâncias, concebemos que as crianças tomam parte nos processos sociais (GOMES, 2015), e, portanto, dizem e participam de modos que por muitas vezes são negados pelos adultos. Apostando na perspectiva das crianças como produtoras de culturas e sujeitos sociais de direitos, vimos trabalhando com a concepção da infância como devir, como nos convida Deleuze e Guattari (1997) com vistas a observar e perceber de que forma estes sujeitos têm se colocado em resistência às práticas educacionais de controle e dominação exercidas sobre eles.

E4T15 - CRIANÇAS HOSPITALIZADAS E O DIREITO AO ACOMPANHAMENTO DO CURRÍCULO ESCOLAR

Edivone Meire Oliveira

Universidade Regional do Cariri – URCA

edivonemeire@yahoo.com.br

Maria Aparecida Ferreira dos Santos

Universidade Regional do Cariri – URCA

cidaferreira213@gmail.com

O interesse em estudar a situação educacional de crianças hospitalizadas decorreu de um trabalho social realizado na Enfermaria Pediátrica do Hospital São Vicente de Paulo, na Cidade de Barbalha-Ceará, onde foi desenvolvido o Projeto “Oncologia Infantil”, promovido pela Comunidade Católica Senhora e Rainha. Ao longo desse trabalho, chamounos a atenção a condição educacional das crianças hospitalizadas com câncer, já que estas se encontravam impossibilitadas de frequentar o ambiente escolar. Considerando que a Resolução nº 41 de 13 de outubro de 1995 determina que as crianças hospitalizadas têm direito a recreação, programas de educação para a saúde e acompanhamento curricular escolar, passamos a investigar a garantia desse direito no hospital São Vicente de Paulo. Constatamos que as crianças internadas neste hospital não tinham assegurado esse direito. Nessa trajetória, conhecemos uma ONG que acolhe crianças com câncer, bem como suas

famílias: o Lar São Francisco de Assis. Porém, esse direito também não estava sendo garantido nesse espaço. Assim, esta pesquisa objetivou analisar as implicações da falta de atendimento pedagógico educacional às crianças hospitalizadas nas duas instituições. Para tanto, entrevistamos o vice-diretor do Hospital e as mães de quatro das seis crianças que se encontravam em tratamento e estavam acomodadas no Lar São Francisco de Assis. Além disso, realizamos entrevistas lúdicas com as seis crianças. Constatamos que nenhum dos entrevistados conhecia a legislação que assegura às crianças o direito a um acompanhamento do curriculum escolar. Verificamos, segundo as mães, que as maiores consequências da falta de acompanhamento curricular no hospital eram: atraso na aprendizagem dos conteúdos escolares; dificuldade nas interações com os colegas da escola de origem e; reprovação pelo grande tempo de afastamento. No convívio com as crianças, verificamos que as ausências no ambiente escolar, o distanciamento dos colegas, as lições de classe e de casa, as brincadeiras, faziam-lhes muita falta, gerando sentimentos de exclusão. Assim, percebeu-se que há uma contradição entre o que assegura a legislação e a realidade destas crianças. É notória a falta da operacionalização das políticas educacionais que garantem atendimento educacional em ambientes hospitalares e domiciliares. Esse tipo de atendimento é uma necessidade que deve ser suprida com urgência às crianças que dele necessitem.

E4T16 - INFÂNCIAS NA AMÉRICA LATINA ENTRE POLÍTICOS, POLÍTICAS E CIÊNCIA: 1916-1948

Eduardo Silveira Netto Nunes

Grupo de Trabalho da Infância e da Juventude – Associação Nacional de História;

Unicastelo - Universidade Brasil; UNISANTANNA

edunettonunes@hotmail.com

A infância na América Latina ganhou uma significativa visibilidade internacional (ou interamericana), de modo especial, na primeira metade do século XX, entre 1916 e 1948, com a realização dos Congressos Pan-Americano da Criança (ou Congresos Panamericano del Niño), em diferentes cidades do continente, em especial na América Latina (Argentina – 1916; Uruguai – 1919; Brasil – 1922; Santiago de Chile – 1924, etc.), reunindo representantes dos governos da região e, sobretudo, intelectuais, políticos, médicos,

publicistas, educadores, juristas, enfim pessoas envolvidas com propostas de reformas e modernização social. A maioria dos participantes eram latino-americanos, ainda que contasse com a participação de representantes ativos dos Estados Unidos da América, país que sediou o evento em 1942. Aqui pretendemos analisar alguns dos caminhos percorridos nesses congressos a partir do campo de estudos da História Social da Infância e da história social da ciência, buscando perceber como foi se constituindo este espaço de intercâmbio e cooperação regional cuja motivação era repensar o lugar das crianças e dos adolescentes nos projetos nacionais e logo delinear por quais ações os governos e as sociedades deveriam percorrer para construir suas infâncias nacionais. Nesse processo, mais de mil trabalhos – espécie de papers – foram apresentados ao longo dos congressos, trabalhos que são nossas fontes de investigação e constituem um repositório significativo de qual o caminho, as ideias-chave, projetos significativos eram compartilhados, permitindo-nos visualizar como a problematização da infância ganhava uma dimensão internacional a partir da atuação de reformadores sociais latino-americanos. Os Congressos Pan-Americanos da Criança, representam um espaço privilegiado, espécie de mosaico, para se perceber as estruturas de ideias pelas quais o debate sobre infância e as políticas para construir as infâncias transitavam.

Palavras-chave: Infância; niño; latino américa; História; política; assistência

E4T17 - (DES) CAMINHOS DA PARTICIPAÇÃO DAS CRIANÇAS NA POLÍTICA DA INFÂNCIA

Elenice de Brito Teixeira Silva
Universidade do Estado da Bahia
elenteixeira@yahoo.com.br

O argumento explorado neste trabalho é o de que há uma tensão entre a participação e a não participação das crianças na política da infância e nas políticas para a primeira infância. Essa tensão é sustentada por outras (re) produzidas em políticas de diferentes setores, práticas, pesquisas e discursos sobre as crianças, como as tensões entre a visibilidade e invisibilidade; a escuta e o silenciamento; a presença e a ausência; a criança como indivíduo e como sujeito; a infância como fase e como categoria geracional. A utilização do prefixo des entre parênteses quer marcar essa tensão, analisada aqui, em alguns documentos

elaborados para orientar ou definir ações prioritárias para a primeira infância desde a década de 1980, como a Convenção Internacional pelos direitos da criança (1989), o documento das Nações Unidas denominado Um mundo para as crianças (2002), o Plano Nacional para a primeira infância (2010) e o Marco Legal da Primeira Infância (2016). E na tentativa de aproximar das noções políticas de proximidades, analisou-se também o Plano Municipal para a primeira infância do município de Guanambi, na Bahia. O objetivo da pesquisa, portanto, é analisar a concepção de participação das crianças que permeia estes documentos e o processo de participação das crianças na elaboração de alguns deles. A relação entre infância, direito, cidadania, participação e política é discutida com base na Sociologia, especificamente em Kvortrup (2010) e Sarmiento, Fernandes e Tomás (2007). Os resultados apontam para um consenso sobre a necessária participação das crianças nas políticas que dizem sobre seus direitos, por um lado; e, por outro, revelam a não participação efetiva destas, que embora tenham sido reconhecidas como sujeito das políticas estatais desde o século XX, e tenham sido convocadas em algum momento da elaboração de alguns desses documentos, não registra-se, nos textos finais, as vozes desses sujeitos expressas nas palavras, gestos, movimentos, desenhos e diferentes linguagens. As considerações conduzem a interrogações sobre as metodologias de escuta e de registro das narrativas de bebês e crianças nesses documentos, suas formas de participação, bem como, sobre o processo de aprendizagem da cidadania da infância.

Palavras-chave: Infância. Política. Participação

E4T19 - FINANCIAMENTO E ATENDIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL DE 0 A 3 ANOS, NO BRASIL, DE 2001 A 2015

Eliane Fernandes

Unicamp

elianefae@hotmail.com

Esse artigo busca demonstrar como vem ocorrendo o financiamento da educação infantil de 0 a 3 anos, no Brasil. Para tanto, contextualiza historicamente o atendimento da educação infantil no país, bem como analisa o comportamento das matrículas no contexto do Fundef, de 1998 a 2006, em linhas gerais, e Fundeb, em especial, pós 2009 a 2015. Observa-se que, ao final da vigência do Fundef, o déficit de atendimento público em creche era de 93,12%.

Já no contexto do Fundeb, até o ano de 2015, o déficit de atendimento público em creche era de 83,47%, segundo dados das Sinopses Estatísticas dos Censos Escolares de 1996 a 2015 e das Projeções da População do Brasil por sexo e idade. Isso indica que avançamos, mas ainda estamos longe de garantir o pleno atendimento em creche, constatando-se que, na vigência do Fundef, a exclusão foi a regra, e no decorrer do Fundeb, ela ainda permanece, dado que o aumento no atendimento público, incluindo expansão via Conveniamento, se mostra insuficiente para satisfazer a demanda e oportunizar o respectivo direito social das crianças e suas famílias. Conclui-se que caso a União, como um importante ente federado, não venha a ter uma postura mais ativa no financiamento da educação, em colaboração com os municípios, vislumbra-se como cenário a manutenção e aprofundamento da exclusão da maioria das crianças de 0 a 3 anos do direito à educação, em especial àquelas advindas de famílias pobres.

Palavras-chave: Financiamento; Direito à educação infantil

E4T20 - O PRINCÍPIO POLÍTICO DA/NA EDUCAÇÃO INFANTIL BRASILEIRA: uma discussão sobre práticas democráticas e cidadania infantil

Fabiana Oliveira Canavieira

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

fabicanavieira@hotmail.com

Esta pesquisa visa problematizar a apreensão do Princípio Político instituído nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (1999 e 2009), que versa sobre “os direitos de cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática” na Educação Infantil, discutindo como as temáticas da democracia e cidadania se apresentam no cenário acadêmico e político pedagógico. Fundamenta-se teoricamente nos escritos de Peter Moss (2009, 2013), Jens Qvortrup (2010), Sarmento, Tomás e Fernandes (2007) e Jan Masschelein e Maarten Simons (2014) para ressignificação destas categorias, estabelecendo relações com cenário educacional de crianças de 0 a 6 anos de idade. Para compor esse estudo teórico de inspiração historiográfica utilizou-se das plataformas públicas de pesquisas científicas, bancos de teses e dissertações dos principais programas de pós-graduação em educação do país. Buscou-se, apresentar como a produção científica da área

aborda, nos últimos cinco anos, o debate sobre a democracia como princípio político e o exercício da cidadania das crianças pequenas em seu processo educacional. Explorou-se pesquisas com diferentes perspectivas teóricas, e percebe-se, até o momento, o foco preponderante destas nas discussões acerca da democratização do acesso à Educação Infantil e de sua gestão; e a invisibilidade do Princípio Político como democratização das relações pedagógicas cotidianas nas instituições de Educação Infantil.

Palavras-chave: Educação Infantil; Princípio Político; Práticas Democrática

E4T21 - ESCRITOS SOBRE FORMAÇÃO HUMANA E O PROJETO DO EMPRESARIADO PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL PÚBLICA

Flávia de Figueiredo de Lamare

flaviadelamare@gmail.com

Fundação Osvaldo Cruz

O texto discute os fundamentos teóricos que sustentam o projeto de formação humana neoliberal para a Educação Infantil tendo a participação de diferentes instituições, institutos e organizações não governamentais como intelectuais coletivos que atuam na educação política e escolar da sociedade brasileira. Analisamos alguns documentos que representam uma face das Políticas Públicas de caráter neoliberal também na Educação Infantil e o aprofundamento da participação do empresariado “socialmente responsável” como organizador de muitos documentos, estabelecendo os nexos entre as políticas gerais e as mudanças que têm ocorrido na economia política internacional nas últimas décadas. A compreensão de formação tem sido articulada à ideia de infância como um momento único e determinante no desenvolvimento humano, difundindo a concepção de que as creches e pré-escolas (voltadas para a classe trabalhadora) não devem ser “escolas” ou espaços de perpetuação e produção do conhecimento, mas de socialização, inclusão e coesão social.

Palavras-chave: Educação Infantil, Políticas Públicas, Empresariado.

E4T22 - CONSTRUÇÃO DE SENTIDOS NO CONTEXTO DE ELABORAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EDUCAÇÃO INFANTIL

Jorgeane da Silva Mendes

UERJ – FFP

jorgeanedsmendes@yahoo.com.br

O presente texto é parte integrante de uma pesquisa em andamento no curso de mestrado em educação e tem como objetivo apontar as mudanças significativas na concepção do direito ao atendimento educacional para as crianças pequenas, no âmbito da legislação brasileira refletindo suas repercussões na elaboração das políticas públicas para a Educação Infantil. Considerando que nos últimos anos na legislação educacional brasileira é cada vez maior o consenso em garantir o direito da criança à Educação Infantil de qualidade paralelo a criação de políticas públicas que invocam a garantia do direito a Educação Infantil de qualidade para a diminuição das desigualdades sociais, emerge o questionamento sobre a ênfase aplicada à relação direito social e política social. Nos estudos iniciados, a partir dessa inquietação, entendo a importância de buscar nos contextos históricos, políticos e sociais os aspectos sociais determinantes na concepção, socialmente construída, do direito ao atendimento a Educação Infantil. No esforço de entender nossas contradições, em especial, na questão da relação entre direito social e política social, à luz dos estudos de Florestan Fernandes (1920-1995) retomo o passado para compreender o tempo presente e, assim, buscar perceber os elementos instigantes da história de formação da nossa sociedade de classes sociais que nos alcançam ainda nos dias de hoje. Neste sentido, uma das ações teóricas metodológicas é identificar as determinações da combinação de elementos arcaico e moderno na concepção política e social da sociedade brasileira, tendo em vista, compreender aquilo que nos atravessa, nos coloca e nos desafia. Nesta perspectiva, o nosso papel enquanto pesquisadora é o de colocar questões, buscar compreender a realidade na perspectiva da desnaturalização, indo contra ao nosso próprio ponto de vista e a nossa consciência. O texto que segue se constitui no exercício reflexivo investigativo acerca dos processos constitutivos da política pública de expansão da Educação Infantil do município de Niterói, o programa “Mais infância”, implantado pela prefeitura em 2013. Neste exercício, intenciono conhecer os sentidos do direito a Educação Infantil e a sua relação para a diminuição das desigualdades sociais construídos nos contextos de elaboração e implementação do referido Programa.

Palavras-chave: Direito à Educação Infantil – Programa Mais Infância – Desigualdades Sociais – Hegemonia

E4T23 – (RE)PENSAR A ESCOLA: A PARTICIPAÇÃO DA CRIANÇA NA TRANSFORMAÇÃO DO ESPAÇO ESCOLAR

Juliana Botelho Viegas

UERJ

julianaviegas@hotmail.com

Reconhecendo a infância como categoria social, acreditando que a criança deve participar ativamente de tudo que a relacione com a escola, e considerando a pesquisa como um acontecimento que pressupõe uma relação ativa entre os sujeitos em diálogo, a temática e o contexto, este trabalho objetiva apresentar reflexões a respeito do protagonismo da criança na escola, experienciado através de uma pesquisa que busca compreender como as crianças idealizam a escola, ouvindo-as sobre o que elas têm a dizer acerca desse espaço. Para tanto, o estudo parte de diálogos com crianças, entre dez e treze anos de idade, para (re)pensar a escola, enquanto espaço físico e político, tornando possível conceber um ambiente democrático e de qualidade social. Desta forma, a pesquisa foi construída a partir das interlocuções do Grupo de Pesquisa Infância e Cultura Contemporânea (GPICC), bem como nos diálogos com as crianças participantes, que partiram de questionamentos como: o que vocês acham que falta na escola? Como seria a escola idealizada por vocês? O que vocês mudariam na escola? A sustentação teórico-metodológica dessa trajetória foi constituída a partir de fundamentações bakhtinianas desenvolvidas por Rita Ribes Pereira, a fim de compreender as especificidades e os possíveis caminhos e desafios da pesquisa com crianças. Os apontamentos de Lucia Rabello de Castro foram explorados no sentido de refletir sobre a importância da participação das crianças no espaço escolar. Já as considerações de Paulo Freire e Rubem Alves foram utilizadas para pensar aspectos relacionados à escola. Através do caminho estabelecido no decorrer da pesquisa foi possível compreender o potencial de formação democrática do contexto escolar, desde que nele se conjuguem liberdade e autoridade na construção das relações. Além disso, tornou-se factível conceber a ideia de que compreender como é, e como pode ser, a participação da criança na escola é necessária para construir uma escola que tenha sentido na vida delas. Assim, advogo em favor do reconhecimento da criança enquanto sujeito reflexivo e coautor

da pesquisa, pois acredito na importância de considerar suas opiniões para pensar uma escola que proporcione espaços nos quais elas possam exercer e ensaiar formas próprias de ser e estar no mundo.

Palavras-chave: pesquisa com crianças; escola; participação; infância

E4T24 - A PARTICIPAÇÃO DA INFÂNCIA NA SOCIEDADE BRASILEIRA

Lisandra Ogg Gomes

EDU/UERJ/DEDI

lisandraogg@yahoo.com.br

A principal problemática desta pesquisa – que ainda se encontra em andamento – é mapear, analisar e compreender as formas de participação da infância – crianças de 0 a 12 anos – na sociedade brasileira. Os recentes estudos desenvolvidos nos campos da educação e da sociologia indicam que as configurações formadas entre as gerações produziram espaços sociais próprios para as crianças, nos quais elas têm seus interesses e ações sociais reconhecidos e legitimados. Cada vez mais, as crianças são reconhecidas como sujeitos de direito o que promove uma maior participação da categoria infância na sociedade. Isso porque as configurações de maior proximidade entre os sujeitos e o predomínio de um pensamento científico-interpretativo produzem um estatuto próprio para a infância. Ainda que os espaços das crianças sejam, sobretudo, a família e a escola, elas estão e atuam nas diferentes instâncias sociais, como, por exemplo, igreja, comunidade, rua, ambientes virtuais, etc., e interferem nas dinâmicas dessas instituições. Sendo assim, este estudo teórico sociológico-educacional recorre a dados de natureza qualitativa e quantitativa com o objetivo de mapear, comparar e compreender as formas de atuação das crianças na sociedade, e, assim, entender os impactos culturais, políticos e econômicos na infância. A proposta metodológica para este estudo é o exame das produções bibliográficas, sobretudo as sociológicas e educacionais, a respeito da participação e das políticas para a infância. É um levantamento e mapeamento de projetos e propostas nacionais que têm as crianças como atuantes e participantes nos seus espaços sociais. Os primeiros resultados indicam que a complexidade dessa participação está no fato de que se, por um lado, as transformações socioculturais reconhecem cada vez mais as crianças como sujeitos de

direito e atores sociais, por outro lado, a infância precisa de proteção e provisão e isso acaba por privar as crianças de uma maior ação sociopolítica.

Palavras-chave: infância, crianças, participação

E4T26/ AS CRIANÇAS E O ESPAÇO DA CIDADE: MEMÓRIAS E HISTÓRIAS DE QUEM FEZ E VIVEU AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA CRECHES

Gabriela Guarnieri de Campos Tebet

gabigt@g.unicamp.br

Isabel Brustolin

isabrustolin@gmail.com

Emily Tuany Souza

Rosário Marisa Demarzo

Mariana Pedrassa Sagrilo

pedrassa.sagrilo@gmail.com

Faculdade de Educação – UNICAMP

Este trabalho tem como objetivo evidenciar a relação entre o uso do espaço da cidade pelas crianças de creches e aspectos das políticas para a educação infantil no período anterior à LDB (1982 a 1996). O estudo parte de pesquisa realizada por Tebet, Fragelli e Oliveira (2015) e intitulada “Memórias da Educação Infantil: histórias das primeiras creches municipais de São Carlos” e destaca alguns relatos de pessoas que fizeram e que viveram as políticas para as creches, seja como pajens, serviços gerais, encarregadas ou como crianças que na época frequentavam as creches. Nosso referencial teórico se assenta em uma compreensão de que as políticas públicas são produzidas na relação entre Estado e Sociedade e que a implementação de políticas sociais se faz por meio de diversos atores que nas esferas cotidianas as colocam em ação ou as modificam (Ozlak e Odonel, 1976; Hofling, 2001). A metodologia utilizada foi a dos relatos orais de pessoas que viveram a história que desejávamos contar e a seleção de trechos dos relatos que se remetessem à questão do uso do espaço da cidade pelas crianças das creches. Os resultados deste estudo apontam para a relação educativa do trabalho das pajens com as crianças e o uso do espaço para além do ambiente das creches, incluindo brincadeiras nos parques e praças da cidade,

viagens de ônibus com as crianças da zona rural para a zona urbana, a relação com as EMEIs e o a utilização do espaço privado da casa de funcionárias em contextos distintos. A análise dos dados é feita à luz do diálogo com as políticas públicas para a educação infantil em vigor no período de cada uma das cenas descritas seja ele anterior ou posterior à aprovação da Constituição Federal de 1988. O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8069/90) também será mobilizado para os debates propostos.

Palavras-chave: Cidade, Educação Infantil, Políticas Públicas, Creches, História

**E4T28 - DAS TAREFAS E DEVERES AO CUIDADO COM O OUTRO: A
RESPONSABILIDADE DE CRIANÇAS MORADORAS DE UMA COMUNIDADE
DO RIO DE JANEIRO**

Juliana Siqueira de Lara

Universidade Federal do Rio de Janeiro

j.siq.lara@gmail.com

O presente trabalho apresenta como crianças moradoras de uma comunidade de baixa renda da cidade do Rio de Janeiro vivenciam a responsabilidade em seu cotidiano. Atualmente, a noção de responsabilidade tem sido empregada nos novos estudos da infância como um “conceito chave” nas discussões públicas e políticas acerca da infância e da vida das crianças, pois se considera que ela problematiza as definições de infância moderna e de diferença geracional construídas tradicionalmente. A discussão desses estudos repousa, de forma geral, sobre a afirmação da competência, da autonomia e da independência das crianças na realização de atividades, associando a responsabilidade a deveres e tarefas individuais a serem cumpridos satisfatoriamente pelas mesmas. Por outra via, a responsabilidade se apresenta teoricamente a partir da posição da criança em direção a um suposto apelo e necessidade do outro, considerando a importância da interdependência, da reciprocidade e da confiança nas relações de cuidado e proteção assumidas por elas à outras pessoas. À luz desta discussão teórica, realizou-se uma pesquisa de campo de caráter etnográfico com crianças de 4 a 12 anos de idade, na escola onde estudavam e nos trajetos da comunidade onde moravam. Além da observação-participante durante três meses, utilizou-se o método de grupos-focais na realização de encontros com as crianças que geraram desenhos, discussões e encenações acerca da temática da responsabilidade. Os

resultados encontrados apontam majoritariamente que mais do que uma compreensão da responsabilidade baseada na internalização de uma norma e no desempenho consequente de uma obrigação, a posição das crianças estava estreitamente ligada aos afetos e sua relevância em ações de solidariedade e de cuidado em relação a outro. Exemplos de proteção com irmãos/ãs no trajeto da escola, de cooperação e reciprocidade em ajudar os pais com as tarefas domésticas, o cuidado de pares com necessidades físicas são alguns dos resultados empíricos que instigam a discussão sobre as tensões em torno da análise da ação tida como responsável. A análise mais ampla traz questões importantes sobre o tema da responsabilidade nos estudos da infância, sua relação com o aspecto da ação normativa e moral assumida pelas crianças e da participação ativa das mesmas na vida cotidiana dos lugares que habitam.

Palavras-chave: Responsabilidade; cuidado; crianças; Rio de Janeiro

E4T29 - A EDUCAÇÃO INFANTIL COM A PARTICIPAÇÃO DAS CRIANÇAS

Katia Adair Agostinho

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

katia.agostinho@ufsc.br

A defesa de uma educação infantil com a participação das crianças na educação infantil é fulcral para a produção de espaços de educação democráticos que se contraponham à exclusão social e contribuam na produção e consolidação de uma sociedade de afirmação de direitos sociais. A Pedagogia da Infância, balizada num projeto emancipatório, com uma concepção de criança como sujeito de direitos e ator social, afirma a imprescindibilidade de considerarmos seu ponto de vista, expressado por diferentes canais comunicacionais, para a organização e efetivação das práticas pedagógicas. Ao aprofundar a temática, com Yong (1999), Lister (1999), Landsdown (2005), Sarmento (2005), Moss, (2009), Bae (2009), Percy-Smith e Thomas (2010) e outros, compreende-se sua complexidade teórica e prática, a participação das crianças permanece em larga medida por se concretizar, sendo um desafio que precisa ser enfrentado, nas suas contradições, impasses e paradoxos teóricos, sociais e políticos em uma perspectiva de inclusão geracional. A discussão a respeito da participação das crianças para uma educação democrática se cruza com um conjunto de

conceitos importantes que precisam ser aprofundados, compreendidos e conectados, para que seja possível contar com as contribuições delas na efetivação da educação aqui preconizada, que vençam modelos adultocêntricos e não pode prescindir da produção teórica de abordagens inclusivas. As crianças como sujeitos de conhecimento e produtoras de sentido têm “voz”, são legítimas as formas de comunicação e relação que utilizam para expressar seu ponto de vista, ao fazê-lo, contribuem na renovação e reprodução dos contextos em que participam quando existe quem esteja interessado em ouvir suas vozes. Para tanto discutiremos sobre a (re)invenção de uma democracia ao alcance das crianças de 0 a 6 anos, a cidadania vivida e as formas comunicacionais pelas quais expressam seus pontos de vista, fundamentalmente o corpo, os afetos, o humor e as brincadeiras.

Palavras-chave: Criança. Direito. Participação. Educação Infantil

E4T31 - EDUCAÇÃO DA INFÂNCIA: O QUE SIGNIFICA EVIDENCIAR A CRIANÇA COMO SUJEITO DE DIREITOS?

Keylla Rejane Almeida Melo

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

keyllamelo@ufpi.edu.br

Este texto analisa a constituição histórica da criança como sujeito de direitos, relacionando esse processo com a necessidade de liberação dos adultos para o mercado de trabalho, e conseqüente confinamento das crianças em instituições educativas, passando estas a desempenharem o ofício de alunos. O estudo, de cunho bibliográfico, recorre a Arendt (1961) para o entendimento da responsabilidade da escola e da família em relação às crianças. Além disso, analisa os impactos da nova configuração social da infância, na contemporaneidade, com embasamento, principalmente, na Sociologia da Infância, e, mais especificamente, em estudos de Sarmiento (2003, 2005, 2011), Oliveira (2008), Nascimento (2013), Qvortrup (2014). Considera, nesse sentido, o lugar que tem ocupado a criança quando concebida como agente social, levando-se em conta as contradições existentes entre as formulações teóricas e as práticas institucionais, pois os direitos se materializam de formas diversas para as crianças, dependendo das condições sociais, políticas e econômicas em que vivem. Além disso, nas instituições escolares, mudam-se os discursos, sendo estes

voltados para o atendimento às necessidades infantis, mas o trabalho escolar continua revelando concepções e práticas que desconsideram aspectos essenciais do ser criança, e, conseqüentemente, negam, de certa forma, o direito a viver a infância.

Palavras-chave: Educação. Criança. Direitos Humanos. Práticas Pedagógicas.

E4T32 - POLÍTICA DE AMPLIAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL PARA NOVE ANOS: COMPOSIÇÕES INFANTIS SOBRE O DIREITO À INFÂNCIA BRINCANTE

Larissa Monique de Souza Almeida Ribeiro
UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA (UNEB) - CAMPUS XII
larypibid@gmail.com

Este artigo discute o Ensino Fundamental de Nove Anos, política pública que justifica a entrada da criança de seis anos no Ensino Fundamental, com a perspectiva de assegurar um tempo mais longo de convívio escolar e com mais oportunidades de aprendizagem. Essas modificações propostas às escolas reorganizam os tempos e os espaços escolares através de uma proposta curricular, o que impõem desafios pedagógicos. A criança ganha destaque na construção dessa nova perspectiva educativa, levando em conta as diferentes dimensões de sua formação, o que implica em assegurar-lhe garantias, inclusive de um ensino mais significativo e com a garantia do seu direito de brincar. Sendo assim, este artigo objetiva, a partir de dados produzidos numa pesquisa de Mestrado, apresentar, com base na percepção das crianças, a compreensão do impacto da implantação do Ensino Fundamental de Nove Anos sobre a organização do trabalho pedagógico e a garantia do direito ao brincar numa turma de 1º ano, no Centro Educacional Senador João Calmon, situado no município de Jequié, na Bahia. Com o aporte metodológico inspirado na pesquisa cartográfica, que possibilita o acompanhamento de processos de subjetivação, movimentos foram realizados com a ajuda dos dispositivos de pesquisa: o diário de campo, as conversas e as oficinas de criação de histórias. Para tanto, foi necessário compreender esse processo como construtivo, além de ouvir, conversar, sentir e produzir com as crianças. Para a problematização dos dados, utilizamos a filosofia da diferença, inspirada principalmente em Gilles Deleuze, que pauta seus princípios na imanência, fugindo de toda representação, do semelhante, para pensar a partir da lógica da multiplicidade e do rizoma, que abrem

possibilidades à invenção da vida. As crianças participantes da pesquisa apontam que o Ensino Fundamental de Nove Anos muda a lógica escolar e sinalizam o brincar como possibilidade de conhecer, experimentar e criar outros espaços da/para/na escola. Pode-se concluir que a entrada da criança de seis anos propõe um diálogo entre o lúdico e a escolarização, principalmente no que tange a garantia de espaços e tempos brincantes para as crianças viverem suas infâncias de modo potente.

Palavras-chave: Brincar, Ensino Fundamental de Nove Anos, Infância

**E4T33 - LOS MaticES DEL TRABAJO INFANTIL: DISCURSOS
HEGEMÓNICOS Y DEBATES A PARTIR DE DIFERENTES EXPERIENCIAS DE
INVESTIGACIÓN EN ARGENTINA**

Laura Frasco Zuker
CONICET – IDAES
laurefz@gmail.com

El trabajo infantil es un fenómeno que hace varias décadas se ha constituido como problema social sobre el cual diversas investigaciones del ámbito académico - principalmente de las ciencias sociales- así como de organismos internacionales han centrado su atención. Sea para analizarlo en toda la complejidad que reviste o para proponer estrategias adecuadas de intervención que instalan un discurso sobre la necesidad de erradicarlo. Se ha tornado parte de la agenda de las políticas de infancia y de trabajo latinoamericanas, lo que se vio potenciado por el avance en los derechos del niño. Entre los aportes que los organismos internacionales –principalmente la OIT- realizan se tiende a asumir una visión normativa y prescriptiva, apoyada en un conjunto de argumentos que aquí buscamos problematizar y discutir con base en distintas experiencias de trabajo de campo con niños trabajadores de diferentes lugares la Argentina –rurales y urbanos-, con modalidades de inserción laboral disímiles. Los objetivos de esta comunicación radican en establecer diálogos y contrapuntos con un conjunto de tópicos en los que la OIT se apoya para “eliminar el trabajo infantil”: 1) la noción de infancia y familia que subyace en tales discursos, de lo que se deriva que los niños trabajadores no tendrían infancia 2) la idea de explotación, de la cual buena parte de los trabajadores infantiles serían objeto 3) la tensión

con la escolaridad 4) los riesgos que el trabajo infantil implica para la salud. Estos cuatro tópicos -rastreados en estos discursos- se ponen en tensión a partir de los hallazgos de nuestras experiencias de investigación empírica, que apuntan a señalar las formas singulares en que se ponen en juego. La perspectiva metodológica es cualitativa y se vale de diferentes técnicas: análisis documental, entrevistas a niños trabajadores y miembros de la familia y observación participante. Concluimos en la necesidad de tener una mirada crítica sobre los supuestos acerca de la infancia, el trabajo y las familias en que se basan los estudios mencionados y señalamos la relevancia que tiene el trabajo microsociológico para esta tarea. Argumentamos que la retórica de los derechos esgrimida para proponer la lucha contra el trabajo infantil debe ser analizada en los contextos específicos en que estas experiencias tienen lugar pues no hay una infancia universal ni tampoco un único trabajo infantil universal.

Palavras-chave: Trabajo infantil – Políticas de organismos internacionales – Revisión – Argentina

E4T35 - O IMPACTO DA REDEMOCRATIZAÇÃO BRASILEIRA NA PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Patrícia Junqueira Grandino

patrjg@uol.com.br

Marco José Domenici Maida

maida@usp.br

EACH / USP

O presente trabalho pretende discutir a colaboração do ambiente democrático para o avanço da política de proteção dos direitos humanos ocorrida, mais especificamente, no último período brasileiro de redemocratização experimentado desde o final da ditadura militar, em 1985, até o golpe institucional de direita ocorrido em 2016 marcado pelo processo de impeachment da Presidenta Dilma Rousseff. Por meio de análise documental, serão apresentados os principais marcos históricos na evolução das políticas públicas brasileiras voltadas à proteção dos direitos humanos da criança e do adolescente. Será dada ênfase à aprovação da Lei Federal 8.069 - Estatuto da Criança e do Adolescente – por ter significado o ápice de um processo intenso de mobilização técnica, política e social ao mesmo tempo

em que regulamentou um sistema de controle, promoção e defesa de direitos baseado no paradigma da proteção integral, substituindo a política anterior que se baseava no paradigma da situação irregular. Adotando uma postura interdisciplinar, resgatar-se-ão elementos conceituais do direito internacional, da ciência política, da sociologia e da psicologia social para identificar as principais características socioculturais presentes neste momento político de redemocratização, aproveitando a oportunidade para apresentar as diferenças entre o clima da democracia e o do ambiente militarizado da ditadura de 1964 a 1985 e demonstrar como as transformações ocorridas nas décadas de 80 e 90 somente foram possíveis por causa deste clima. Além das referências históricas que baseiam o estudo, o levantamento qualitativo relacionado ao crescimento do número de órgãos, instituições e pessoas envolvidas na defesa, promoção e controle dos direitos humanos da criança e do adolescente, no período de 1985 a 2016, corroborará na verificação do avanço positivo alcançado pelas políticas de proteção destes direitos no Brasil democrático.

Palavras-chave: Direitos Humanos da Criança; Estatuto da Criança e do Adolescente; Redemocratização; Política Pública; Brasil

E4T37 - REFLEXÕES SOBRE O DIREITO DE PARTICIPAÇÃO DAS CRIANÇAS NA PROPOSTA DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL

Queila Almeida Vasconcelos

queilalmeida@hotmail.com

Sariane da Silva Pecoits

sariane.pecoits@gmail.com

Maria Carmen Silveira Barbosa

licabarbosa@ufrgs.br

UFRGS

A discussão apresentada neste trabalho busca analisar a participação como direito de aprendizagem, tal como apresentado na proposta da versão preliminar da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para Educação Infantil no Brasil, documento que subsidiará as organizações curriculares das escolas para a primeira infância. O suporte teórico utilizado

para a realização das análises está fundamentado nas concepções sobre participação infantil pautadas nas interlocuções dos Estudos da Criança (Pedagogia da Infância, Sociologia da Infância, Antropologia da Infância e Psicologia da Infância). As estratégias metodológicas foram construídas a partir da análise e discussão entre os conceitos de direitos das crianças, aprendizagem e participação infantil, e as propostas referentes ao direito de aprendizagem à participação, presente nos cinco campos de experiência apresentados na BNCC. O objetivo desta discussão foi aprofundar os significados atribuídos ao direito de participar, considerando as especificidades das crianças de zero a seis anos de idade. Neste sentido a discussão foi organizada em três pontos principais: crianças e aprendizagem; a participação na escola infantil – especificidades da creche e da pré-escola; a participação e os professores. A discussão realizada indica que a participação infantil na organização do cotidiano da escola, por ser atravessada pela concepção de direitos, pelo significado atribuído às ações das crianças e pelas experiências de participação dos adultos, precisa ser amplamente debatida nos diferentes âmbitos da escola: com os familiares, entre equipe de trabalho da escola e com as crianças, no sentido de construir com todos o conceito de participação assumido pela comunidade escolar. Além disso, ao entender-se a participação como um direito de aprendizagem é preciso ter claros os conceitos acerca de como se aprende na infância. E, finalmente que o papel dos professores e demais adultos da escola, na promoção de um cotidiano escolar que viabilize o direito das crianças a participar, está intrinsecamente ligado à formação continuada em contexto.

Palavras-chave: Participação; Direitos; Aprendizagem; Educação Infantil

E4T41 - CURRÍCULO POR CAMPOS DE EXPERIÊNCIAS: APONTAMENTOS DAS CRIANÇAS PARA A POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Sandro Vinicius Sales dos Santos

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFJVM

sandrovssantos@gmail.com

A política de Educação Infantil em nosso país, seguindo a tendência de construir uma base nacional comum curricular presente em nossa legislação educacional, tem produzido significativas discussões sobre as especificidades do currículo de creches e pré-escolas,

organizando-o por campos de experiências. O artigo discute, a partir de dados de uma investigação realizada em nível de mestrado, alguns apontamentos das próprias crianças na proposição de um currículo para a primeira etapa da Educação Básica. Para tanto, busca responder a seguinte questão: Em que medida ações e as falas das crianças contribuem para a proposição de um currículo por campos de experiências para as instituições de Educação Infantil? As respostas para essa e outras questões são analisadas a partir de um quadro teórico-metodológico situado na interlocução dos Estudos Contemporâneos da Infância (CORSARO, 2002; 2009; 2011; SARMENTO, 2002; 2005 dentre outros), com a teoria crítica da cultura de Walter Benjamin (1970; 1984; 2011a; 2011b) e com as pedagogias da infância e da educação infantil. O estudo de caráter qualitativo e interpretativo foi realizado junto a um grupo de dezoito crianças – oito meninas e dez meninos de quatro/cinco anos de idade – ao longo de sete meses do ano de 2012 em uma Unidade Municipal de Educação Infantil situada em Belo Horizonte, Minas Gerais. O estudo de caso (SARMENTO, 2003) combinou diferentes instrumentos de produção de dados – registros em caderno de campo, desenhos produzidos pelas crianças conjugados com suas falas, entrevistas (com meninos e meninas) e registros audiovisuais – como forma de captar a densidade das ações e das falas das crianças. Verificou-se que ao vivenciar as experiências no âmbito da instituição, as crianças são capazes de produzir sentidos sobre as práticas de cuidado e educação participando ativamente do processo de socialização. Os dados demonstram que meninos e meninas são capazes de contribuir de modo ativo para a política pública de educação infantil, enfatizando suas percepções sobre a organização dos tempos, dos espaços e dos campos de experiências (produzidos tanto pelas docentes quanto por meninos e meninas). As implicações pedagógicas do estudo enfatizam a urgência de se considerar a perspectiva das crianças na formulação de políticas públicas de educação infantil (seja no âmbito da discussão curricular seja no âmbito de outras dimensões relativas à organização da instituição de cuidados e educação).

Palavras chave: crianças; Educação Infantil; Campos de experiências; Currículo da Educação Infantil

**E4T44 - POLÍTICAS SOCIAIS PARA INFÂNCIA E O ESTADO DE BEM-ESTAR:
UM OLHAR PARA AS PRODUÇÕES ACADÊMICAS ESPANHOLAS E
SULAMERICANAS**

Monique Aparecida Voltarelli

FEUSP

moniquevoltarelli@yahoo.com.br

Este trabalho é um recorte de uma pesquisa de doutorado em desenvolvimento que tem se preocupado em compreender os estudos e as produções em língua espanhola no campo da sociologia da infância na América do Sul. Entretanto na tentativa de entender e complementar os temas de destaque nas produções sobre a infância em castelhano, se incorporou também, para essa discussão, as publicações da Espanha. Esta investigação realizou a coleta de dados por meio da busca por publicações sobre a infância pautadas no novo paradigma proposto por James e Prout (1990) nos países hispano-falantes da América do Sul e na Espanha entre o período de 2000 a 2013. A pesquisa verificou que as políticas sociais para a infância e o Estado de Bem-Estar são objetos de estudos frequentes na produção acadêmica dos pesquisadores sul-americanos e espanhóis. Houve a intenção de identificar e examinar os diversos aspectos destas temáticas nas produções, com a finalidade de reconhecer quem são os acadêmicos que falam das crianças e da infância nos países hispano falantes da América do Sul a lado dos investigadores na Espanha de maneira que se possa compreender o que dizem essas produções sobre políticas para infância e o Estado de Bem-Estar.

Palavras-chave: Sociologia da Infância. América do Sul. Espanha. Infância. Políticas sociais

**E4T49 - SUBVERSÕES DO BRINCAR: DISPOSITIVOS NA INFÂNCIA FRENTE
AS NORMATIZAÇÕES INSTITUCIONAIS**

Giovana Glauca Fernandes

gi.fernandes@gmail.com

Rafael Delaguardia Felix

rafaelfelixa@hotmail.com

A pesquisa focaliza as expressões do brincar da criança como processos de dinâmicas e estruturas sociais globalizantes. Na Terapia Ocupacional é constante as produções entorno da infância atípica, demarcando suas preocupações sobre processos do desenvolvimento, crescimento e adaptações para uma infância típica, o que nos parece uma longa trajetória sustentada em modelos médicos e psicológicos. Devido a isso achamos pertinente a ampliação do olhar desse profissional para o campo social englobando a Sociologia da Infância como aporte teórico. O estudo teve como objetivo acompanhar o brincar de crianças em vulnerabilidade social em um contexto institucional, a fim de compreender suas redes sociais de suporte e as práticas assistenciais desenvolvidas por uma organização não governamental. Trata-se de uma pesquisa participante de caráter qualitativa, realizada em uma instituição para crianças e adolescentes na cidade de Santo André no estado de São Paulo. Os participantes tinham idades entre 5 e 12 anos, para coleta de dados foram utilizados diários de campo contendo as observações e trechos transcritos. As visitas ocorreram três vezes na semana durante um mês. Os resultados da pesquisa foram dispostos em quatro cenas denominadas de “cenas subversivas”. Os resultados e discussão basearam-se nas práticas disciplinares e de poder existentes no contexto institucional. Para sair desta lógica as crianças expressaram, por meio do brincar, suas redes sociais de suporte por meio de subversões das normas impostas. Baseando-se na teoria sociológica de que as crianças utilizam o brincar para se opor às normas institucionais (subversão) e esta atividade possui indícios das relações existentes, podemos afirmar que as redes sociais de suporte são vistas no cotidiano de crianças em situação de vulnerabilidade social. Reforçando a necessidade de um olhar mais amplo para esta categoria social.

Palavras-chave: infância; rede social; vulnerabilidade social; ONG; relações pesquisador-sujeito

**E4T51 - A INFÂNCIA E A DEFINIÇÃO DE PROBLEMAS SOCIAIS: A
TEMATIZAÇÃO DO TRABALHO INFANTOJUVENIL NO BRASIL**

Renata Lopes Costa Prado
Universidade Federal Fluminense

A definição de problemas sociais não se fundamenta apenas no âmbito do real e do concreto, ela baseia-se também no simbólico e, entre estes dois planos nem sempre há convergência. O que significa dizer que algumas situações são socialmente percebidas como problemas sociais, outras poderiam ser assim concebidas, mas não o são, e o que as diferencia não necessariamente é a relevância ou o sofrimento a que elas remetem, mas a atenção que conseguem despertar da sociedade. Tendo isso em vista, pretende-se discutir a construção do trabalho infantojuvenil como problema social brasileiro a partir da identificação de marcos que foram importantes para que ele deixasse de ser um tema negligenciado nas arenas públicas, como de fato o foi até o final da década de 1980, e anos depois fosse alçado à condição de problema social a ser erradicado. Dois desses marcos são especialmente observados: a alteração da conceituação de trabalho introduzida pelo IBGE em 1992, que acarretou incremento significativo na taxa de atividade de crianças e adolescentes, sustentando, de certa forma, a construção do problema social trabalho infantojuvenil; e o lançamento do Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), que toma o Brasil como uma referência mundial na redução do número de crianças trabalhadoras. Apoiando-se nos estudos sociais da infância, que se caracterizam, entre outros aspectos, por considerar as crianças como atores sociais e a infância como categoria estrutural subordinada da sociedade, o trabalho não é visto como inerentemente incompatível com a infância, por um lado, porque as crianças sempre trabalharam e continuam a assim fazê-lo, ainda que a forma de trabalho imanente ao atual sistema de produção – o trabalho escolar – não seja assim reconhecida (QVORTRUP, 2001) e, por outro lado, porque o trabalho delas, como propõe Myers (2001), pode ser interpretado a partir de diferentes perspectivas – a do mercado de trabalho, a do capital humano, a da responsabilidade social e a centrada na criança -, levando ou não em conta os interesses das crianças. O tratamento dado ao tema trabalho infantojuvenil é exemplar para a melhor compreensão das relações de idade nas sociedades ocidentais contemporâneas, bem como para se entender a influência das agências multilaterais na definição da agenda nacional de políticas públicas voltada à infância.

Palavras-chave: trabalho infantil, problema social, direitos das crianças

E4T55 - A PRESENÇA ATIVA DE CRIANÇAS EM EXPERIÊNCIAS DE EDUCAÇÃO ANARQUISTA

Rodrigo Rosa da Silva

FEUSP

rodrigo.rosa.silva@usp.br

A presente comunicação tem como objetivo apresentar parte dos resultados de pesquisa realizada sobre educação libertária, destacando a presença de crianças e seu papel político em experiências e práticas pedagógicas propostas por anarquistas. A infância presente nas escolas operárias e projetos libertários no Brasil influenciou fortemente inovações em materiais, metodologias e práticas educativas, bem como nas estruturas de organização e distribuição de poder. Pretendemos apresentar práticas históricas de educação libertária pelo mundo com destaque para Escola Moderna de Barcelona (1901-1906), fundada pelo catalão Francisco Ferrer y Guardia (1859-1909) e a comuna pedagógica A Colmeia (1904-1914), animada por Sébastien Faure (1858-1942). Ambas apresentam diferentes formas de envolvimento das crianças no processo pedagógico e político. Por fim, daremos destaque às crianças que estudaram nas Escolas Modernas de São Paulo entre os anos de 1912 e 1919, cujos diretores foram João Penteado e Adelino de Pinho. Analisaremos os exemplares do Boletim da Escola Moderna, publicação dirigida pelos diretores das escolas e o jornal O Início, órgão de expressão dos alunos da Escola Moderna. Através da análise do conteúdo dos periódicos podemos identificar parte do cotidiano escolar, do próprio ambiente escolar e de parte dos conteúdos e atividades que compunham o currículo de uma escola baseada em princípios anarquistas. Os próprios estudantes produziam o conteúdo do jornal, informando sobre suas atividades, festas e saídas de campo, mas também marcando sua opinião sobre assuntos como a guerra, o trabalho, etc.

E4T56 - A OBRIGATORIEDADE DA MATRICULA NA PRÉ-ESCOLA E AS REPERCUSSÕES NAS POLÍTICAS MUNICIPAIS

Rosânia Campos

Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE

zana.c2001@gmail.com

O presente trabalho é um recorte de uma pesquisa intitulada “As políticas de expansão da educação infantil a partir da Lei Nº 12.796/13: análise das propostas de atendimento para crianças de 0 a 3 anos nas 10 maiores cidades do Estado de Santa Catarina”, financiada pelo CNPQ, a qual teve como objetivo investigar as estratégias adotadas nessas cidades para atenderem a obrigatoriedade da matrícula aos quatro anos. Foi uma pesquisa do tipo documental que teve como fonte primária os dados estatísticos correspondentes ao período de 2010 (último ano da implementação da obrigatoriedade do ensino de nove anos) a 2015 – 2016. Esses dados foram coletados nos sites: a) IBGE; b) INEP; c) IPEA; d) FNDE; e) sites das respectivas secretarias municipais de educação. Após coleta dos dados, os mesmos foram organizados em diferentes tabelas, a partir de diferentes cruzamentos buscando apreender os movimentos em relação ao atendimento em educação infantil. Em paralelo a esse processo foi realizado um levantamento da produção documental referente à educação infantil, tanto em nível nacional, quanto em nível internacional. Seguindo esse percurso foi possível observar duas estratégias privilegiadas pelas cidades: prática de conveniamento e a parcialização do atendimento. De modo específico, nesse artigo, iremos discutir a estratégia de parcialização do atendimento, a qual teve impacto tanto na organização e funcionamento das instituições de educação infantil; quanto na organização das famílias. Para além desses aspectos, essa estratégia nos parece indicar o recrudescimento de direitos que, nunca chegaram a se consolidar. Nesse sentido, ao analisarmos os documentos internacionais e nacionais, observamos indicações que parecem justificar a parcialização do atendimento na educação infantil. Esses discursos, sob nossa análise, não apenas legitimam o desmonte de direitos, mas também a erosão das mediações reais e simbólicas, conforme indica Telles (1999), pelas quais as reivindicações pelos direitos são legitimadas. No atendimento específico para as crianças menores de três anos, esses discursos repercutem na consolidação de outra lógica da função da educação infantil e das famílias.

Palavras-chave: políticas para Educação infantil; Obrigatoriedade da matrícula na pré-escola; Parcialização do atendimento

**E4T60 - LA AGENCIA SE CONSTRUYE DESDE LA INFANCIA: VOZ,
PARTICIPACIÓN Y EJERCICIO DE AGENCIA A TRAVÉS DEL CASO DE LA
COMISIÓN NACIONAL POR LOS DERECHOS DE LAS NIÑAS, NIÑOS Y
ADOLESCENTES DEL PERÚ (CONADENNA)**

Silvia Larisa Espinal Meza

Pontificia Universidad Católica del Perú

s.espinal@pucp.pe

La niñez y adolescencia constituyen períodos clave en la vida de un ser humano. Es allí donde se construyen los primeros aprendizajes, el lenguaje, los vínculos con los padres y la seguridad emocional. Sin embargo, el contexto social no ha favorecido dinámicas de participación y agencia en la niñez, al considerarlos como “menores de edad”, “seres incompletos” o “en transición a la adultez”. No obstante, con la Convención sobre los Derechos del Niño (CDN, 1989), se reconoció que la infancia tiene un rol activo en la construcción de su propio desarrollo. De este modo, el Enfoque de Derechos (ED) garantiza estas atribuciones para la niñez. Por su parte, el Enfoque de las Capacidades (EC) considera que la CDN es un hito fundamental e imprescindible para avanzar en el quiebre de estos paternalismos sobre la infancia e insiste en analizar cómo se ejercen estos derechos en el terreno práctico a través de la agencia. En este contexto, existen un conjunto de desigualdades sociales, económicas y culturales que constriñen el libre ejercicio de la agencia en la niñez y adolescencia, pues las políticas de infancia en el Perú son todavía resistentes a promover la voz y participación activa de este grupo social. Por ello, el objetivo central del estudio es presentar el análisis de las trayectorias de participación y ejercicio de agencia de cinco adolescentes líderes que son parte de la red CONADENNA, “Comisión Nacional por los Derechos de las niñas, niños y adolescentes del Perú” durante los últimos cinco años. Esta organización peruana inició su trabajo en 1994 como iniciativa de UNICEF, Save the Children y otros colectivos con la misión de promover la participación de la infancia y adolescencia en diferentes espacios de debate en el Perú. Así, bajo los marcos teóricos del ED y el EC, se desarrolla una metodología cualitativa a través de grupos focales y talleres participativos que buscan profundizar en la construcción de la

“agencia” de estos adolescentes líderes durante las diferentes etapas de vida en interacción con espacios de socialización como la escuela, comunidad, hogar, entre otros. Como resultado de los hallazgos y primeras conclusiones, se evidencian sinergias importantes entre “capabilities” y “derechos” que contribuyen a entender las dinámicas de participación y ejercicio de agencia que se recrean en la infancia y adolescencia del Perú.

Palabras clave: Enfoque de las Capacidades, Enfoque de Derechos, niñez y adolescencia, participación, agencia

E4T62 - DIREITOS HUMANOS NA INFÂNCIA: CONTRIBUIÇÕES À EDUCAÇÃO ESCOLARIZADA

Talita Santana Maciel

Unesp

talita.s.maciel@hotmail.com

Este trabalho tem como objetivo discutir a educação em direitos humanos na Educação Infantil, a partir de produções teóricas sobre a infância e sobre a forma de educar em direitos humanos. Partimos do pressuposto de que a escola de Educação Infantil, por ser o local de realização da primeira etapa da Educação Básica e o primeiro ambiente, depois do seio familiar, em que a criança estabelece relações sociais, é ambiente propício para o desenvolvimento de ações pedagógicas que trabalhem os valores fundamentais da educação em direitos humanos, bem como o caráter político que caracteriza tal educação. Ademais, partimos da concepção de que a criança é sujeito de direitos (BASÍLIO; KRAMER, 2011; CARDOSO, 2009; OLIVEIRA, 2011; ORIANI, 2010). O texto busca, a partir de revisão bibliográfica, respostas para alguns questionamentos de cunho metodológico, tais como: quais metodologias de ensino podem favorecer a construção da cidadania ativa, desde a primeira infância? Que práticas pedagógicas podem estimular nas crianças a vivência dos valores fundamentais da convivência humana? Como promover o desenvolvimento do empoderamento de grupo? Para tanto, o artigo foi dividido em dois momentos: traçou-se o contexto da educação em direitos humanos, bem como seus fundamentos, aspectos metodológicos e importância da formação de professores; em seguida, foram levantadas considerações sobre a função da Educação Infantil e sobre a concepção de criança decorrente de tal função. Conclui-se que uma das premissas da Educação Infantil é a

formação cultural e social da criança de zero a cinco anos. Portanto, educar em direitos humanos visando à formação pautada na cidadania ativa e na afirmação da dignidade humana, desde os primeiros anos escolares, além de ser uma ação fundamentada nas atuais políticas educacionais, também se caracteriza por ser um direito da criança.

Palavras-chave: direitos humanos; infância; educação

E4T63 - A EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS DE 0 A 3 ANOS EM MANAUS: A ORGANIZAÇÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS E A NEGAÇÃO DO DIREITO

Vanderlete Pereira da Silva

UNICAMP – GEPEDISC Linha Culturas Infantis

vanderletesilva@yahoo.com.br

Este estudo tem como foco central de discussão, a exclusão das crianças pequenas do direito à creche na cidade de Manaus. A referência teórico-metodológica da pesquisa fundamenta-se no materialismo histórico-dialético, apoiada por corpus documental e pesquisa de campo. A composição empírica foi construída pela análise das resoluções produzidas pelo Conselho Municipal de Educação, responsável pela regulamentação da Educação Infantil no município e pela entrevista semiestruturada. Considerando a Creche como etapa mais fragilizada em termos de atendimento pelo setor público, o estudo buscou conhecer como foram construídos os marcos regulatórios da educação infantil em Manaus e sua contribuição no acesso à educação das crianças de 0 a 3 anos, pertencentes as camadas populares. No desdobramento do estudo dos marcos regulatórios, buscamos identificar a atuação do Conselho Municipal de Educação na organização da educação infantil no município e acompanhar como ocorreu o processo de regulamentação da LDB 9.394/96 em Manaus e; analisar se a regulamentação da LDB alterou o atendimento das crianças pequenas na rede pública. Como resultado das análises dos dados, identificamos uma política deliberada de focalização nos 4 e 5 anos em detrimento das crianças de 0 a 3 anos, inalterada mesmo após a regulamentação da LDB, pelo Conselho Municipal e um ínfimo e precário atendimento oferecido as crianças da faixa etária investigada. Utilizamos como aporte teórico da pesquisa, os estudos de Campos (2010, 2011), Faria (2007), Kuhlmann Jr. (1991, 1996, 2000), Palmen (2005), Rizzini (2004, 2011), entre outros.

Palavras-chave: Creche; direito; políticas de Educação Infantil em Manaus

E4T64 - ¿CÓMO PERCIBEN LOS NIÑOS, NIÑAS Y ADOLESCENTES EL ROL DEL ESTADO EN EL PERÚ? REFLEXIONES A PARTIR DE LOS SERVICIOS DE EDUCACIÓN Y SALUD

Vanessa Rojas Arangoitia

GRADE

vrojas@grade.org.pe

Este documento de investigación utiliza información cualitativa del estudio longitudinal Niños del Milenio de los años 2007, 2008 y 2011 para estudiar las percepciones de niños, niñas y adolescentes de contextos rurales y urbanos sobre los servicios educativos y de salud para comprender cómo es que estos perciben el rol del Estado Peruano. Además, y gracias a la naturaleza longitudinal del estudio, este trabajo permite hacer el análisis de dichas percepciones sobre las mejoras y riesgos respecto al lugar en que han crecido, lo que permitirá ampliar la discusión sobre el ejercicio ciudadano y la infancia. Los resultados de este estudio cualitativo sugieren que niños, niñas y adolescentes de localidades urbanas y rurales entienden que el Estado llega a la localidad donde está el ciudadano, en este caso, niños, niñas y adolescentes, pero sin equidad y sin transparencia. Las instituciones estatales parecen darles el mensaje de que ellas no están allí para velar por el beneficio de todos, sino todo lo contrario, que sus autoridades o funcionarios se benefician del servicio (sueldo, status, prebendas, coimas, etc.) a costa de los usuarios (niños, niñas y adolescentes), sin respetar o reconocer su ciudadanía. Entonces, el tipo de Estado percibido sería el de un Estado débil, con un carácter democrático también débil, donde prima la sensación de inseguridad. Ello evidencia que estos actores están, desde sus primeras experiencias de relación con las instituciones públicas, en un proceso constante de formación de una ciudadanía incompleta.

E4T67-EDUCAÇÃO INFANTIL NA PERIFERIA DE SÃO PAULO: RELAÇÕES ENTRE CONCEPÇÕES DE INFÂNCIA E QUALIDADE

Maria Aparecida Antero Correia

FEUSP

A produção teórica, a legislação e os documentos que orientam os trabalhos nas instituições de Educação Infantil apresentaram nos últimos anos vários avanços ao considerá-la como primeira etapa da Educação Básica, como uma política pública regulamentada como dever do Estado, direito da Criança e da família, tendo como base a concepção de criança como sujeito de direitos reconhecida como ser social ativo e autônomo. De outro lado, vários trabalhos também apontam o vácuo que existe entre a legislação e o que vem sendo praticado nas instituições que atendem a criança pequena. Essa distância entre os sujeitos de direitos e os sujeitos de políticas, pode ser verificada ao pesquisar o ciclo das políticas públicas, em que o momento da implementação determina as ações que serão oferecidas aos beneficiários. Este trabalho é fruto da pesquisa de mestrado realizada na região de Guaianazes, periferia do município de São Paulo, em que foi possível apreender as relações entre a implementação da política de Educação Infantil para as crianças de 0 a 3 anos e as concepções dos atores sociais envolvidos nesse processo no que se refere a dois aspectos fundamentais para uma educação de qualidade: os profissionais e o espaço físico. Também foi possível inferir sobre as diferentes qualidades que as crianças usufruem nos primeiros anos vida, com a pesquisa de campo realizada em dois Centros de Educação Infantil: um Direto e um Conveniado. Como referenciais teóricos foram utilizados textos da Ciência Política, Sociologia da Infância e sobre a Educação Infantil no Brasil. Como resultado verificou-se que a distância existente entre a legislação e a prática faz parte de mecanismos históricos construídos na sociedade brasileira que perpetuam desigualdades. Nas duas instituições prevaleceram concepções de infância que entendem crianças e famílias como necessitados de correções, o que enseja uma política pública que centra o problema da educação nos usuários/beneficiários e não no Estado. Esse quadro se agrava para as crianças pequenas em regiões onde o bem-estar social já está comprometido devido à realidade de exclusão e vulnerabilidade social.

Palavras-chave: educação Infantil, Concepções de Infância, Políticas Públicas, Qualidade da Educação

**E4T68 -ENTRE DIREITOS HUMANOS E “DIREITOS DOS MANOS”:
DISCURSOS SOBRE A INFÂNCIA NOS PARADOXOS DA DEMOCRACIA E DO
NEOLIBERALISMO**

Marisa Adriane Dulcini Demarzo

marisademarzo@gmail.com

Gabriela Guarnieri de Campos Tebet

gabigt@g.unicamp.br

Unicamp

Este trabalho tem como objetivo a análise sobre que compreensões/concepções em relação à infância vêm sendo consolidadas e/ou modificadas na atualidade brasileira, a partir de um contexto político/econômico de interesses neoliberais, democracia e luta por direitos humanos, num entendimento de que as relações macrossociais estão intimamente ligadas à compreensão sobre a infância. Deste modo, tem na sequência de seu objetivo, entender como essas compreensões vêm influenciando e podem influenciar as políticas públicas para esta faixa etária, seja na formulação da mesma, em sua modificação ou na sua implementação. A pesquisa está inscrita metodologicamente na perspectiva da análise do discurso, a qual busca compreender as diversas facetas sócio históricas que envolvem os diferentes discursos sociais, no caso, os referentes às concepções sobre a infância. Tem como principal referência metodológica os estudos de Foucault. Neste sentido, entende a infância como um dispositivo, inserido nas dimensões de poder, saber e subjetividades. A partir deste dispositivo, a pesquisa trabalha com a produção do discurso dentro dos Conselhos Tutelares, os quais envolvem a relação entre instituições governamentais, judiciário e comunidade. Os órgãos participantes são os conselhos das cidades de Campinas e São Carlos-SP, onde serão analisadas denúncias sobre violação do direito à criança, acompanhamento da rotina de trabalho, e entrevistas com conselheiros tutelares. Se os discursos sobre a infância não se desconectam de um nível macro de relações sociais permeadas por suas posições políticas e econômicas, isso se reflete na forma como as instituições e a sociedade vai construindo os conceitos sobre a infância, bem como as políticas públicas são formuladas e implantadas. Nesse sentido, a pesquisa vem percebendo

a relação ambígua e contraditória da produção desses discursos, a depender de fatores sociais, mesmo dentro das instituições que tem como premissa a proteção do direito e da cidadania plena. Mas, não só isso, percebe também mudanças na compreensão sobre o que são direitos humanos, cidadania, papel da educação, início etário do trabalho remunerado, responsabilização individual de atos penais. Nesta perspectiva, questiona o sentido moderno sobre a infância, inventado a partir do século XVIII, indagando o que é e para onde vai a infância hoje.

Palavras-chave: infância, concepções/compreensões, direitos humanos, contexto sócio histórico, políticas públicas

EIXO 5 – Infância, Estado e Movimentos sociais

EST1 - O DIREITO À EDUCAÇÃO E A MATRÍCULA OBRIGATÓRIA DAS CRIANÇAS DE 4 E 5 ANOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: AVANÇO OU RETROCESSO?

Aliandra Cristina Mesomo Lira

Universidade Estadual do Centro-Oeste/UNICENTRO

aliandralira@gmail.com

Jane Maria de Abreu Drewinski

Universidade Estadual do Centro-Oeste/UNICENTRO

janeadrewinski@gmail.com

Simone Maria de Bastos Nascimento

Universidade Estadual do Centro-Oeste/UNICENTRO

simobastos@hotmail.com

A Lei 12.796, de 4 de abril de 2013, coloca a obrigatoriedade escolar para as crianças a partir dos 4 anos de idade, devendo essa se efetivar nos sistemas de ensino até 2016. Este trabalho apresenta resultados de pesquisa cujos objetivos foram acompanhar e problematizar a implementação da matrícula obrigatória para crianças de 4 e 5 anos de

idade nas Escolas Municipais de Guarapuava/PR a partir dos encaminhamentos efetivados no sistema público de educação infantil do município. Teoricamente, os estudos apoiaram-se em autores que discutem a educação infantil como Santos e Vieira (2006) e Campos (2013), dentre outros. Trata-se de uma pesquisa qualitativa e quantitativa, que acompanhou por meio da coleta de dados (entrevistas), o número de crianças matriculadas, assim como analisou as ações dos gestores municipais para efetivar tais matrículas e organizar o trabalho pedagógico com as crianças. Os resultados da investigação apontam que o cumprimento da legislação com relação à obrigatoriedade de matrícula para a pré-escola, por parte do município, vem sendo feito por meio da adoção e implementação de estratégias que podem comprometer o direito das crianças à educação infantil promotora de aprendizagens e desenvolvimento. As crianças estão sendo retiradas dos Centros de Educação Infantil e atendidas em turmas de pré-escola em instituições que antes atendiam apenas o ensino fundamental, condição que acentua a separação entre creche e pré-escola; muitas delas não dispõem de espaço físico adequado; as crianças são atendidas em jornada parcial e não mais integral; os professores que com elas trabalham são concursados para atuar no ensino fundamental e não desejam atuar com crianças pequenas. Se por um lado a legislação trouxe pelo viés da obrigatoriedade a universalização da pré-escola às crianças brasileiras, por outro lado, pela forma como o município tem encaminhado essa implementação, observa-se a fragmentação da concepção de educação infantil construída ao longo de 30 anos no Brasil, descaracterizando esta etapa da educação. Entendemos que o momento que vivemos instaura uma tendência de retrocesso na educação infantil, especialmente se considerarmos que os arranjos que os municípios estão fazendo para expandir a pré-escola e cumprir com a obrigatoriedade nem sempre consideram as necessidades e especificidades das crianças pequenas e se distanciam da qualidade desejada à educação infantil.

Palavras-chave: pré-escola; legislação; escolaridade obrigatória

**E5T2 - IMPLEMENTAÇÃO DA EMENDA CONSTITUCIONAL 95/2016:
REFLEXÕES SOBRE SUAS POSSÍVEIS IMPLICAÇÕES NAS POLÍTICAS
EDUCACIONAIS DA INFÂNCIA**

Andre Mafra Calderan

Unifesp
andremafracalderan@gmail.com

Andréa Calderan

UFSCar

an.calderan@gmail.com

As emendas constitucionais são uma ferramenta de importante relevância política-administrativa, pois alteram diretamente a Constituição Federal, e os direitos dela provenientes. Após uma série de cenários políticos de incertezas, corrupção e desfavorecimento dos direitos sociais, ainda nos restam dúvidas sobre a eficiência, eficácia e efetividade das mudanças propostas pelo novo governo, agora, principalmente, as que afetam uma gama de gastos públicos, dentre eles, os destinados à educação infantil. Diante desse cenário, nosso trabalho apresenta uma análise da emenda constitucional número 95 de 2016, também referenciada como emenda constitucional do teto dos gastos públicos, destacando, a partir de análises de indicadores estatísticos e das principais legislações referentes à educação (Lei de Diretrizes e Bases e o Plano Nacional de Educação), suas possíveis implicações sobre as políticas educacionais para a infância. A partir dessa perspectiva, fora utilizada a própria literatura sobre implementação de políticas públicas no desafio de prescrever cenários por meio de variáveis comumente utilizadas nesses estudos, sob metodologia própria. Traçar um panorama possível para uma política pública constitui em um grande desafio metodológico, tendo em vista que os estudos pautados nesse escopo apresentam a imprevisibilidade na análise da implementação como um de seus principais paradigmas (LIMA & D'ASCENZI, 2013; SILVA & MELO, 2000). Para a delimitação do trabalho sob óptica da infância, tomamos como pressuposto a criança de zero a doze anos incompletos, conforme Estatuto da Criança e do Adolescente. Em um primeiro momento, fortalecemos a ideia da imprevisibilidade da emenda, no que diz respeito aos impactos à educação básica, pois o sucesso da implementação depende do alinhamento de expectativas com seus implementadores, o que perpassa por variáveis imensuráveis (sejam elas cognitivas, políticas, culturais, dentre outras). Em um segundo momento, ao analisarmos o choque entre a implementação das políticas educacionais referidas e da emenda, correlacionando as variáveis propostas pelo estudo, temos como cenário possível a não efetivação de leis e metas em andamento, visto que a emenda não prevê outros planos para

a contemplação dos direitos e metas contidos nas leis, o que afetaria o modus operandi das práticas pedagógicas da infância e os direitos sociais das crianças.

Palavras-chave: Políticas Públicas, Políticas Educacionais, Infância, PEC 55/2016

E5T4 - DIALOGO INTERCULTURAL DE SABERES EN NUTRICIÓN PARA LAS INFANCIAS INDIGENAS EN CONTEXTOS

Edgar Oswaldo Pineda Martínez
Universidad Santo Tomas – Colombia
edgarpin535@gmail.com

Paula Andrea Orozco Pineda
Corporación Universitaria Minuto de Dios UNIMINUTO - Colombia
paulaorozpi@gmail.com

En investigaciones realizadas por Alonso (2008) y Guevara, Lemus, Sánchez (2013), se puede identificar como las migraciones de comunidades indígenas a centros urbanos, derivan en situaciones de problemática sociocultural. La presente investigación ha rastreado el desplazamiento de tres comunidades indígenas (Inga, Tukano, Embera) no originarias en su proceso de asentamiento en un centro urbano. Este desplazamiento además de desarraigo cultural, y pérdida de tierras ha generado problemáticas enfocadas a la proliferación de la mendicidad debido a la falta de fuentes de trabajo y por consiguiente dificultades alimentarias que recaen en baja nutrición para las infancias indígenas desplazadas, tal situación es el reflejo de la falta de oportunidades que poseen las comunidades indígenas en contextos urbanos para la crianza y desarrollo de sus niñas y niños. Partiendo de dicha contextualización, la investigación ha priorizado el trabajo en el campo de la nutrición como proceso para el desarrollo de diálogos de saberes (Pineda y Cruz-Casallas, 2016) entre el manejo de cocinas tradicionales y suplementos dietarios. En primera medida se desarrolló un perfil antropométrico de 25 niños y niñas entre los 4 y los 7 años de edad de las tres comunidades intervenidas. Posterior se realizaron observaciones de prácticas y hábitos alimentarios para con las infancias en los grupos seleccionados, seguido se realizaron entrevistas y grupos focales de identificación de saberes ancestrales en el uso de recursos naturales para la alimentación según creencias de cada comunidad (Pineda y Cruz-

Casallas, 2016), dando como resultado un catálogo de recursos naturales comestibles. Posterior se trabajó con la implementación de huertas caseras y se intervino las preparaciones comunes con la adición de un suplemento nutricional Little bits de Nutrilite®, después de tres meses de desarrollo de la intervención, se ha podido aumentar peso de niños y niñas de población indígena en un 3% sobre su peso inicial, además de otras características asociadas a una buena nutrición.

Palabras clave: infancias, comunidades indígenas, nutrición, dialogo de saberes, interculturalidad

EST7 - AS ORGANIZAÇÕES INFANTIS NA PEDAGOGIA DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST) DO BRASIL

Ellen Felício dos Santos

Unesp

ellen.felicio@hotmail.com

A história do MST, cuja fundação ocorreu formalmente em 1984, está ligada a uma grande obra educativa. Isto quer dizer que educação do MST está relacionada à própria existência do Movimento, e foi sendo ampliada, modificada e adaptada conforme as suas necessidades política, econômica e cultural. Além de colocar em prática os princípios filosóficos e pedagógicos, a educação do MST objetiva alcançar uma formação técnico-política voltada para a sua luta pela reforma agrária e para as soluções dos problemas encontrados na produção. E isso ocorre desde tenra idade. O objetivo principal desta pesquisa é verificar e analisar as organizações voltadas para a educação infantil (EI) do campo, de acordo com o projeto político pedagógico do MST. Uma das formas que toma a EI é a denominada Ciranda Infantil (C.I.), implantada e mantida com recursos próprios do Movimento, e que atende crianças de zero a 6 anos de idade. A CI se constitui como um espaço de educação não formal, elaborada a partir da demanda do trabalho educativo com as crianças Sem Terra e com seus educadores. Outra importante forma de organização é o Movimento dos Sem Terrinha, que forma politicamente crianças até aos 12 anos de idade, inserindo-as na mística, na luta e na realidade dos Sem Terra. Autores como Caldart (1997, 2004, 2004),

Camini (1998), Dalmagro (2010), Da Matta (2015), Dal Ri (2004, 2015), Rosseto (2009) e documentos do Movimento, tais como MST (1995, 1996, 1997, 1998, 1999, 2001, 2004, 2010), dentre outros, foram utilizados para a elaboração teórica deste trabalho. Considerando a bibliografia e os documentos analisados, a experiência da Ciranda Infantil parece ser uma importante e consistente proposta de EI para o campo, e representa um avanço para a educação das crianças, já que escolas de educação infantil estatais são raras no meio rural. Ainda, de acordo com a bibliografia, o Movimento dos Sem Terrinha é um movimento das crianças e adolescentes do MST, visto como ousado, extraordinário e com potencial revolucionário. Tanto a CI quanto o Movimento Sem Terrinha têm por objetivo, também, aproximar a criança Sem Terra de sua realidade social, econômica e cultural, formando-as crianças Sem Terra engajadas na luta pela reforma agrária e permanência no campo. A organização infantil do Movimento é um espaço privilegiado de educação, ensino e aprendizagem que se vincula, especialmente, ao processo de formação pedagógica e política dos seus educandos.

**E5T8 – AGITAÇÃO INFANTIL EM SERVIÇOS DE SAÚDE MENTAL E
ESCOLAS DE SANTOS E CAMPINAS-SP: DEMANDAS DE CUIDADO,
ENCAMINHAMENTOS E AGÊNCIA**

Eunice Nakamura

Universidade Federal de São Paulo, campus Baixada Santista

eunice_nakamura@hotmail.com

Tatiana de Andrade Barbarini

Universidade Federal de São Paulo - campus Baixada Santista

tati.barbarini@gmail.com

Agitação é um termo associado a diferentes conceitos do senso comum (atividade extrema, turbulência, inquietação, entre outros) e a categorias psiquiátricas (Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade, Transtorno de Conduta, Transtorno Opositor Desafiador). O termo “agitação” indica as representações de diferentes comportamentos infantis definidos como problemáticos. Nesse sentido, consideramos a agitação como uma categoria polissêmica e multidimensional, por meio da qual é possível descrever e analisar diferentes

aspectos dos contextos sociais, tais como as redes de demandas por cuidado e de encaminhamentos, considerando os atores e instituições envolvidos, bem como a circulação de objetos (como o laudo médico), discursos, saberes e práticas. Redes e fluxos são, portanto, conceitos privilegiados e agregam as proposições de Gilles Deleuze sobre a cartografia e de Bruno Latour acerca da expressão ator-rede. Implicam também uma concepção da criança enquanto sujeito e pessoa, como apresentado por Clarice Cohn, e a noção de agência trabalhada por Allisson James, propondo a reformulação do olhar sobre a criança e a infância. Em nossos estudos, esse referencial teórico associa-se à metodologia de análise comparativa de dados coletados por meio de diferentes estratégias: prontuários médicos e entrevistas com profissionais de um serviço de saúde mental infantil, em Santos; observação participativa em um serviço de psiquiatria infantil e escolas públicas e entrevistas semiestruturadas com profissionais de saúde e educação, pais e crianças, em Campinas. Os dados organizam-se conforme as seguintes questões: Como a agitação e seus termos correlatos aparecem nos discursos de profissionais de saúde e educação, de pais e de crianças? Quais relações se estabelecem entre comportamento infantil, problemas sociais e categorias psiquiátricas? Como funcionam as demandas de cuidado e os encaminhamentos médicos e quais atores sociais e instituições estão envolvidos? Quais são as opiniões de profissionais de saúde e de educação, pais e/ou crianças sobre as categorias psiquiátricas e o tratamento medicamentoso? Entre as principais conclusões destaca-se a ampliação de uma concepção geográfica de circulação territorial que, fundada nas noções de fluxo e de rede, abrange não apenas o deslocamento de pessoas, mas também de objetos, conceitos científicos e do senso comum, discursos e práticas, bem como a relação entre agentes na construção de subjetividades infantis.

Palavras-chave: rede de demanda de cuidados; agitação; criança; agência; subjetividade

E5T9 - O TRANSPORTE ESCOLAR EM ESPAÇOS DE REFORMA AGRÁRIA: O QUE DIZEM AS CRIANÇAS

Giana Amaral Yamin

UEMS

giana@omturbo.com

O trabalho desoculta aspectos da vida de crianças que residem em assentamentos rurais da reforma agrária. Elucida a realidade acerca do percurso dos alunos lote-escola-lote para estudar, revelando sua percepção e os mecanismos de resistência criados para enfrentar as dificuldades. Os caminhos da investigação foram orientados pela Sociologia da Infância. A socialização de experiências das crianças, sujeitos experientes do campo, resultou em dados que elucidam suas infâncias e contribuem para repensarmos a garantia dos seus direitos. Somado a isso, representa a valorização do campo, um lugar de morada e de construção de infâncias. Colaboraram com o estudo crianças de quatro a 12 anos de idade que estudavam em assentamentos do cone sul do Estado de Mato Grosso do Sul. Foram visualizados/as como cidadãos/ãs que criam e participam de suas culturas de pares singulares por meio da apropriação de informações do mundo adulto de forma a atender aos seus interesses próprios enquanto crianças” (CORSARO, 2009, p. 31). A metodologia da pesquisa abarcou a escuta das crianças e a vivência das pesquisadoras nas viagens escolares. Como resultado, contatou-se que a maioria dos alunos considera o fato de ter que utilizar o transporte escolar como a situação que deve ser mudada nas suas vidas, uma determinação imposta pela sujeira dos ônibus, pelas condições das estradas e pelo cansaço das viagens. Por isso, sonham com a edificação de asfalto e a reorganização das rotas dos transportes. A pesquisa denuncia a precariedade dos veículos que atendem as crianças, imputando-lhes perigo bem como a necessidade da contratação de um profissional monitor para acompanhar o trajeto. Aliado a isso, os alunos indicaram para a necessidade de que o calendário escolar atenda às necessidades de trabalho nos lotes. Apesar do exposto, a pesquisa revela o protagonismo das crianças. Elas recriavam os tempos e construía mecanismos de resistência para enfrentar as viagens diárias, inventando criativas formas para driblar as horas de espera. Indo e vindo, conversavam, brincavam, estabeleciam laços, (re)construíam aprendizagens, vivenciavam culturas infantis. Enfim, burlavam e interferiam nas determinações e regras imposta pelos adultos, o que não justifica, em hipótese alguma, a manutenção da realidade apresentada.

E5T10 - SENTIDOS DA ESCOLA: O QUE DIZEM AS CRIANÇAS DA CIDADE E DA ZONA RURAL

Maria da Conceição Passeggi

mariapasseggi@gmail.com

Gilcilene Lélia Souza do Nascimento

lelianascimento@ufersa.edu.br

Vanessa Cristina Oliveira da Silva

vanvan_cristina@yahoo.com.br

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

O objetivo deste artigo é trazer uma reflexão sobre a infância, focalizando o sentido da escola para crianças de 6 a 12 anos de idade. O estudo se situa na perspectiva da pesquisa (auto)biográfica com crianças e se assenta no pressuposto da legitimidade da sua palavra como sujeito de direitos. A pesquisa, financiada pelo CNPq, foi realizada em dois cenários: numa escola da zona urbana e numa escola da zona rural, recorrendo a um protocolo comum. Numa situação de faz-de-conta, em uma roda de conversa, as crianças falam da escola para um pequeno alienígena que vem de um planeta que não tem escolas. As análises evidenciam que as crianças da cidade apontam, espontaneamente, para a banalização da violência na escola e fora da escola, ressaltando o sentido da escola como refúgio. As crianças da zona rural enfatizam a importância da escola como uma porta de entrada indispensável para mudanças de vida e lugar de convivência. Essas narrativas da infância nos ajudam a compreender as singularidades da escola em cada contexto, ressaltando o sentido desses espaços de acolhimento da infância para as próprias crianças.

Palavras-chave: Narrativas da infância - Pesquisa (auto)biográfica com crianças – Sentidos da escola

E5T12- CULTURAS INFANTIS NO QUILOMBO URBANO: RESISTÊNCIAS NA LUTA PELA TERRA E NAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

Márcia Lúcia Anacleto de Souza

FE/UNICAMP - SME/CAMPINAS

negramarsea@gmail.com

O objetivo deste trabalho é evidenciar como as crianças de um quilombo urbano participam dos processos de construção do território, da identidade étnico-racial e das formas de resistência à negação de si e do lugar onde moram. Estes processos foram analisados na pesquisa de doutorado realizada entre os anos de 2011 e 2015, envolvendo o significado de ser criança no Quilombo Brotas, uma comunidade remanescente de quilombo urbana cuja história perpassa o crescimento da cidade de Itatiba-SP; embates políticos, jurídicos e institucionais em torno da defesa do território; e a resistência aos processos de negação da identidade negra e quilombola do grupo (SOUZA, 2015). A abordagem teórico-metodológica da pesquisa envolveu o diálogo entre Educação e Antropologia, (GUSMÃO, 1997 e 2012; GUSMÃO E SOUZA, 2011; ROCHA E TOSTA, 2009); e os estudos da Sociologia da Infância e da Antropologia da Criança (CORSARO, 2005; COHN, 2005; DELALANDE, 2009; NUNES, 2002; PAULA, 2014; PIRES, 2007; PRADO, 2002, ROCHA, 2008). Com a pesquisa de campo realizada junto às crianças do Quilombo, em 2013, seus desenhos e fotografias, produziu-se a análise da compreensão infantil sobre a luta pela terra, a relação com a cidade e o modo como se posicionam diante das relações étnico-raciais. Neste universo, as crianças revelaram percepções acerca da relação entre o lugar onde moram – uma comunidade negra, uma terra indivisível, coletiva, comum e inalienável –, e a cidade em crescimento, cuja lógica está pautada no desenvolvimento do capital imobiliário, na propriedade individual da terra e na expansão do sistema viário. Nesta relação, também mostraram que o Quilombo Brotas, apesar de estar na cidade, é um território excluído, discriminado, silenciado e negado pela sociedade e o Estado. No que tange a este último, um dos espaços que o representa – a escola – é apontado pelas crianças como o lugar das primeiras experiências em que ser diferente é ser desigual, o que as mobilizam na construção de expressões de resistência, em meio à afirmação e à negação de suas identidades enquanto negras e quilombolas.

Palavras-chave: crianças, território, quilombos, relações étnico-raciais, cidade

EST13 - EDUCAÇÃO EM MOVIMENTO: INFÂNCIA E A LUTA POR MORADIA

Marta Menezes Santos

Faculdade de Educação – Unicamp

mms_marta@hotmail.com

Pensando na presença das crianças nas ocupações urbanas organizadas por movimentos de luta por moradia, o presente trabalho busca pensar em como elas inserem-se nesse contexto e como vivenciam os processos de luta, bem como suas consequências mais imediatas. Para tanto, por meio de uma pesquisa de campo e de entrevistas semiestruturadas com membros da ocupação Vila Soma, localizada na cidade de Sumaré-SP, temos o olhar que os adultos lançam à questão da infância no interior da luta pela moradia, como a representam e quais os contextos em que as crianças estão inseridas dentro da ocupação e de seus processos organizativos e de luta. De tal maneira, nas visitas à ocupação e nas falas dos adultos, temos as crianças presentes nos diferentes momentos, pois a vida no bairro, na ocupação, as inclui e as coloca diante das contradições, resistências e precariedades vivenciadas por todos os moradores. O que nos colocou diante de depoimentos que expunham situações em que a relação estabelecida pela escola e pela polícia com as crianças moradoras da Vila Soma foi considerada marcante, sendo assim uma forma de pensarmos em como o Estado, via suas instituições, exerce influência e dá significado à infância na ocupação. Entendendo a infância como processo social e histórico, temos a inserção das crianças em um contexto mais amplo de construção do espaço urbano, permeado pelas relações socioeconômicas do sistema capitalista. Traz-se, assim, alguns dos conflitos estabelecidos nesse contexto e das políticas que permeiam a produção do espaço urbano e a emergência das lutas populares por moradia.

Palavras-chave: infância, Movimento social, Moradia

Equipe

Comissão Organizadora:

Afua Twun-Danso Imoh (University of Sheffield, UK)
Bruna Breda (UNIFESP)
Celia Regina Batista Serrão (UPM)
Flavia Pires (UFPB)
Lisandra Ogg Gomes (UERJ)
Marcia A. Gobbi (USP)
Maria Letícia B. P. Nascimento (USP)
Renata Lopes Costa Prado (UFF)
Sandra Mara da Cunha (EMIA-PMSP)
GEPSI – Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Sociologia da Infância e Educação Infantil
Sociologia da Imagem, Artes e Infância

Comissão Científica:

Ana Vergara (Universidad Diego Portales, CL)
Ana Paula Soares da Silva (USP RP)
Anete Abramovicz (UFSCar)
Célia Serrão (UPM)
Fabiana de Amorim Marcello (UFRGS)
Fernanda Müller (UnB)
Fernanda Wanderley (Universidad de San Andres, BO)
Flávia Ferreira Pires (UFPB)
Jader Janer Moreira Lopes (UFJF)
Juliana Prates Santana (UFBA)
Leni Vieira Dornelles (UFRGS)
Lisandra Ogg Gomes (UERJ)
Lucia Rabello de Castro (UFRJ)
Maria Cristina Soares Gouvea (UFMG)
Mariana García Palácios (CONICET – Universidad de Buenos Aires)
Marie Claire Sekkel (IP USP)

Renata Lopes Costa Prado (UFF)

Renato Seixas (PROLAM USP)

Valeria Silvana Llobet (CONICET - Universidad de San Martin, AR)

Coordenação Geral

Marcia Gobbi (FE USP)

Maria Letícia Nascimento (FE USP)

São Paulo, março de 2017